



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



FABIANA MÉRCIA SOUTO
STEFANO MOUFARREG

**A História Local no currículo em escolas públicas
municipais de Porto Seguro – BA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

AGOSTO/2022

FABIANA MÉRCIA SOUTO STEFANO MOUFARREG

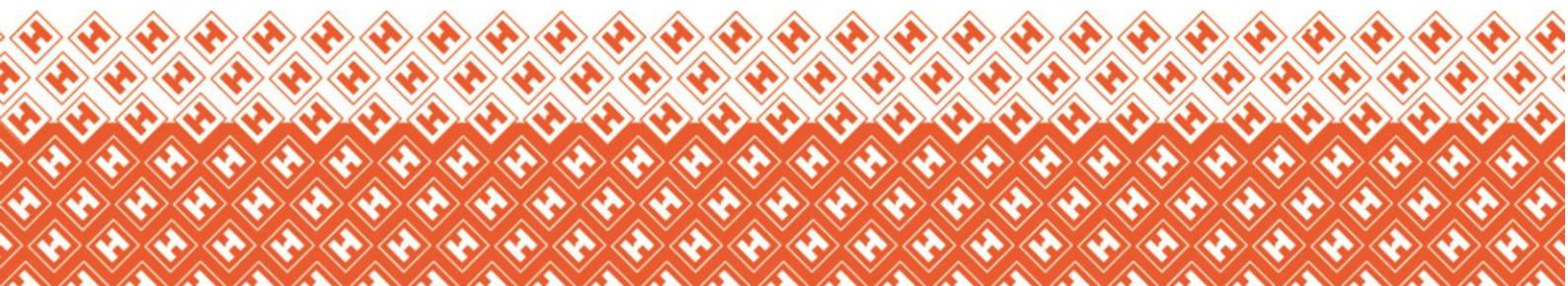
**A HISTÓRIA LOCAL NO CURRÍCULO EM ESCOLAS
PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PORTO SEGURO – BA**

Dissertação apresentada ao Mestrado
Profissional em Ensino de História, da
Universidade Federal de Sergipe, como
requisito final para obtenção do título de
Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Heimar
Souto

São Cristóvão – SE

2022



**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

M925h Moufarreg, Fabiana Mércia Souto Stefano
A história local no currículo em escolas públicas municipais de Porto Seguro - BA / Fabiana Mércia Souto Stefano Moufarreg ; orientador Paulo Heimar Souto. – São Cristóvão, SE, 2022.
155 f. : il.

Dissertação (mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal de Sergipe, 2022.

1. História - Estudo e ensino. 2. História - Fontes. 3. Currículos. 4. Escolas municipais – Porto Seguro (BA) - Currículos. 5. Porto Seguro (BA) - História. I. Souto, Paulo Heimar, orient.. II. Título.

CDU 94:37.016(813.8)

FABIANA MÉRCIA SOUTO STEFANO MOUFARREG

**A HISTÓRIA LOCAL NO CURRÍCULO EM ESCOLAS PÚBLICAS
MUNICIPAIS DE PORTO SEGURO – BA**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito final para obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Heimar Souto (Orientador)
PROFHISTÓRIA- Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição (Avaliador interno)
CODAP/PROFHISTÓRIA- Universidade Federal de Sergipe/ PPGED-UFS

Profa. Dra. Ilka Miglio de Mesquita (Avaliadora externa)
Professora aposentada – UNIT

Profa. Dra. Marizete Lucini (Avaliadora interna/suplente)
PROFHISTÓRIA- Universidade Federal de Sergipe /PPGED-UFS

São Cristóvão

2022



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA



PROF. HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Ata da Defesa de **FABIANA MÉRCIA SOUTO STEFANO MOUFARREG** do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História, do Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, da Universidade Federal de Sergipe, ocorrida no dia 24 de agosto de 2022.

Aos vinte quatro dias do mês de Agosto de 2022, às 14h, através de videoconferência da Universidade Federal de Sergipe, reuniu-se em sessão pública a banca examinadora aprovada pelo Colegiado do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História, constituída pelos Prof. Dr. **PAULO HEIMAR SOUTO** (Orientador), Prof. Dr. **ILKA MIGLIO DE MESQUITA** e Prof. Dr. **JOAQUIM TAVARES DA CONCEIÇÃO** (via videoconferência). Iniciados os trabalhos, a presidência deu conhecimento aos membros da banca e a candidata das normas que regem o Exame de Defesa. A seguir, a candidata iniciou seu Exame, apresentando seu projeto de Defesa, intitulado **A História Local no currículo em escolas públicas municipais de Porto Seguro – BA** na Linha de Pesquisa: **Saberes Históricos no Espaço Escolar**. Os membros da banca formularam questões para serem respondidas pela mestranda. Após suas respostas, procedeu-se o julgamento do Exame de Defesa, sendo a Mestranda considerada **APROVADA**. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se presente Ata, que vai assinada pelos membros da banca examinadora. Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos (São Cristóvão), 24 de Agosto de 2022.

Prof. Dr. Paulo Heimar Souto
Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - UFS

Prof. Dr. Ilka Miglio de Mesquita
Universidade Tiradentes – UNIT (Aposentada)

Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição
Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - UFS

Fabiana Mércia Souto Stefano Moufarreg

Aos queridos tios que partiram

AGRADECIMENTOS

Nesse pequeno espaço de tempo do mestrado, muitas transformações ocorreram em minha vida. Casei, mudei, engravidei, nasceu a pequena Giovanna. Foram mudanças que trouxeram alegrias e muita ansiedade. Não foi fácil terminar a pesquisa, ainda mais vivenciando os desdobramentos de uma pandemia, em que a COVID-19 me levou 4 tios muito queridos e, até agora, mais de 600 mil pessoas só no Brasil, o que afastou a maioria de nós do convívio social por um tempo.

Foi um momento difícil, mas que trouxe reflexões e possibilidades de crescimento. Sei que a finalização desse trabalho só foi possível devido à proteção espiritual que me guarda, purifica e guia, permitindo-me vencer os obstáculos internos. Agradeço a essa força divina que me auxilia a reconhecer a riqueza da vida e a buscar meus propósitos com saúde e energia.

Agradeço à minha mãe que, pela segunda vez, tem sido um apoio mais que especial nos cuidados com minhas filhas desde recém-nascidas. Ela tem compartilhado comigo, com o mais puro amor, a maternidade da Giovanna e da Sofia.

Agradeço ao meu esposo, que além de ter se transformado em um pai responsável e amoroso, me incentivou a concluir essa etapa com a coragem e a segurança necessárias.

Agradeço às minhas lindas filhas, que são meus maiores tesouros e uma das maiores motivações para eu me tornar uma pessoa e uma profissional cada vez melhor.

Obrigada aos colegas professores que foram verdadeiros colaboradores deste trabalho. Vocês tiveram a firmeza de expor sem receios, por meio das conversas e entrevistas, as suas percepções, os obstáculos, os estímulos e os anseios vivenciados mediante, muitas vezes, a difícil tarefa de ensinar. Sem vocês esse trabalho não seria possível. Muito obrigada!

Agradeço aos colegas de turma que, mesmo distantes presencialmente, estiveram próximos e incentivaram nos percalços experimentados durante esse momento. Desejo que possamos nos encontrar e brindar os nossos desafios e as nossas conquistas.

Aos professores do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Sergipe, que sempre estiveram dispostos a compartilhar e a provocar o saber, suscitando em nós a sede e a busca pelo conhecimento.

Meu agradecimento especial ao Prof. Dr. Paulo Heimar Souto, que tenho a sorte de compartilhar o sobrenome e que a vida me presenteou como orientador. O senhor foi um exemplo de profissionalismo e excelência. Foi uma sustentação experiente para meus

iniciais devaneios, de modo a me alertar para as reais possibilidades. Além disso, foi ainda uma companhia sábia e cuidadosa para a confecção de todo o trabalho. Obrigada, professor! Desejo que muitos outros tenham a sorte de tê-lo como orientador.

Agradeço, enfim, à possibilidade de ser professora e estar diretamente envolvida com a aprendizagem de muitos cidadãos. Desejo, também, que minha busca por aperfeiçoamento contribua diretamente na transformação da sociedade e que seja para meus alunos uma forma de abrir as suas *janelas para o mundo*, mas como sujeitos ativos, participativos e comprometidos com a realidade que os cerca.

RESUMO

O presente trabalho tem como principal objetivo pesquisar os desdobramentos da implantação da Lei municipal nº 236/96 em Porto Seguro – BA, em escolas municipais da região urbana enquadradas na categoria de porte especial e de grande porte. A referida Lei de 10 de dezembro de 1996 cria a disciplina História de Porto Seguro (HPS) e estabelece a obrigatoriedade de seu ensino em todas as escolas públicas da educação básica do município. O objeto da pesquisa é o ensino de História Local, entendida aqui como a História de Porto Seguro em sua construção enquanto disciplina escolar autônoma, sua implantação, trajetória, usos políticos e apropriações para as práticas docentes. Os procedimentos adotados são pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas. Já a nossa investigação, esta se apoia na bibliografia sobre o Ensino de História, sobretudo História Local, nas discussões sobre Identidade e Teoria Curricular, os fundamentos teóricos que articulam os conceitos de saber acadêmico, saber docente e saber escolar, bem como os princípios que norteiam o uso de fontes históricas em sala de aula. Desse modo, como resultado da pesquisa, elaboramos um produto didático que visa auxiliar a prática docente no atendimento as demandas da Lei nº 236/96, tendo em vista que, durante o percurso da pesquisa, examinamos que o ensino de História Local no município de Porto Seguro ainda carece de uma organização mais efetiva das fontes e suportes disponíveis para o ensino nas escolas públicas do ensino fundamental. Propomos trabalhar a utilização de fontes históricas no ensino da disciplina como uma estratégia para que os professores superem as limitações advindas de uma concepção mais tradicional de ensino. O produto é em formato de mídia virtual – site – que funciona como um banco de fontes para o ensino da disciplina nas escolas e será gerenciado por nós, e de forma colaborativa pelos professores e demais pesquisadores interessados na temática local no município. Com a iniciativa, busca-se estimular uma atitude de interação e colaboração entre os professores de HPS, do componente curricular História bem como outros profissionais que se interessem pela temática local a fim de auxiliar a prática da sala de aula.

Palavras-chave: História Local; História de Porto Seguro; Ensino de História; Currículo; Fontes históricas

ABSTRACT

The main objective of this work is to research the consequences of the implementation of Municipal Law nº 236/96 in Porto Seguro - BA in municipal schools in the urban region classified in the category of special and large size. The aforementioned Law of December 10, 1996 creates the discipline History of Porto Seguro (HPS) and establishes the obligation of its teaching in all public schools of basic education in the municipal. The object of the research is the teaching of Local History, understood here as the History of Porto Seguro, in its construction as an autonomous school discipline, its implementation, trajectory, political uses and appropriations for teaching practices. The procedures adopted are bibliographic and documentary research and interviews. Our investigation is based on the bibliography on the Teaching of History, especially Local History, on the discussions on Identity and Curricular Theory, the theoretical foundations that articulate the concepts of academic knowledge, teaching knowledge and school knowledge as well as the principles that guide the use of historical sources in the classroom. As a result of the research, we developed a didactic product that aims to assist the teaching practice in meeting the demands of Law No. a more effective organization of the sources and supports available for teaching in public elementary schools. We propose to work with the use of historical sources in the teaching of the subject as a strategy for teachers to overcome the limitations arising from a more traditional conception of teaching. The product is in a virtual media format - website - that works as a source bank for teaching the subject in schools and will be managed by us in a collaborative way by teachers and other researchers interested in the local theme in the municipality. With the initiative, we seek to encourage an attitude of interaction and collaboration between HPS teachers, the History curricular component as well as other professionals who are interested in the local theme in order to help the practice in the classroom.

Keywords: Local History; History of Porto Seguro; History Teaching; Curriculum; Historical Sources

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da localização de Porto Seguro.

Figura 2 – Portal da Cidade.

Figura 3 – Centro Histórico de Porto Seguro.

Figura 4 – Página principal do HPS em sala de aula.

Figura 5 – Sessões.

Figura 6 – Sugestões para estudo.

Figura 7 – Contribuições.

Figura 8 – Formas de contribuição.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BA – Bahia

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CEDOC- Centro de Documentação e Memória

CNE- Conselho Nacional de Educação

CONSED- Conselho Nacional de Secretários de Educação

DAD – Diversidade Afrodescendente

DADI – Diversidade Afrodescendente e Indígena

DCN- Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

HPS – História de Porto Seguro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFBA- Instituto Federal da Bahia

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MADE – Museu Aberto do Descobrimento

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEC – Ministério da Educação

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PNE – Plano Nacional de Educação

PNE- Plano Nacional de Educação

PROAPEX - Programa de Apoio a Projetos de Extensão

PROFHISTORIA – Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História

UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UNDIME- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

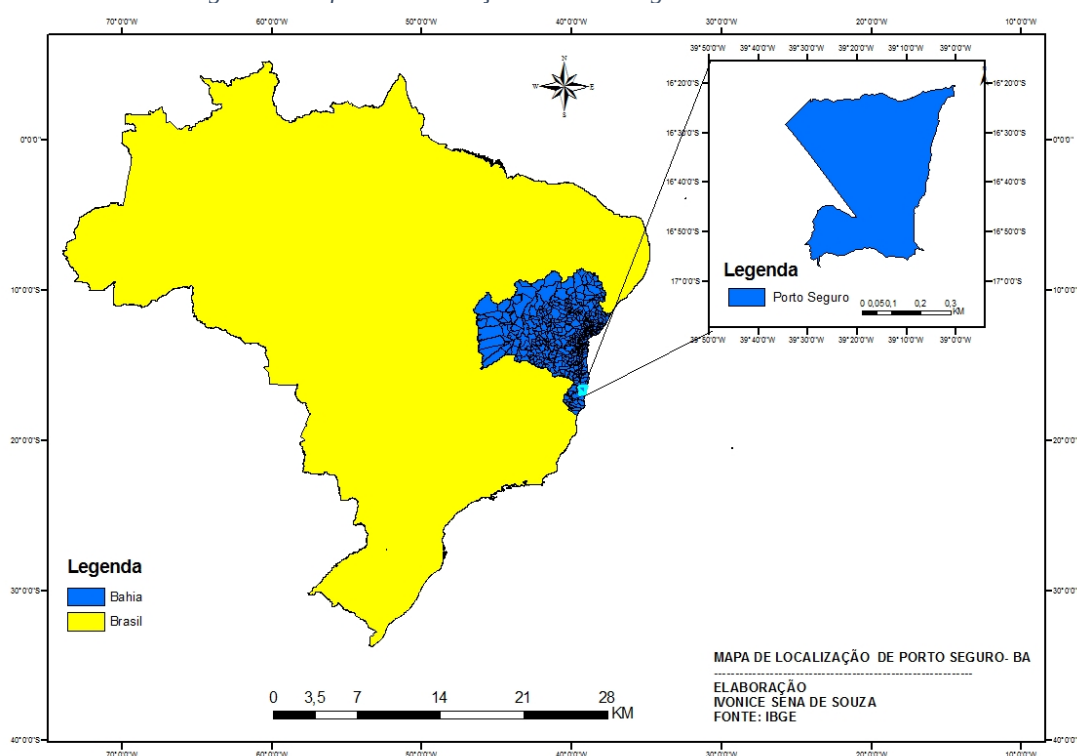
INTRODUÇÃO	15
Questões e hipóteses	24
Objeto, objetivos e percurso metodológico	26
Nosso produto.....	32
Capítulos.....	33
CAPÍTULO 1 - QUESTÃO DE CURRÍCULO: BREVE HISTÓRICO DA DISCIPLINA HPS NO MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO	36
1.1 O Turismo como disciplina no currículo municipal.....	55
1.2 História de Porto Seguro é História.....	58
CAPÍTULO 2 - CONFIGURAÇÕES DE UMA HISTÓRIA LOCAL: O CASO DE PORTO SEGURO – BA	62
2. 1 A História Local no ensino e suas aplicações.....	75
CAPÍTULO 3 - PARA QUE ENSINAR HISTÓRIA DE PORTO SEGURO	84
3.1 A análise das entrevistas.....	86
3.2 Quem é o professor de HPS?.....	87
3. 3 A secundarização das Ciências Humanas e o ensino como qualificação para o mercado	89
3.4 Olhares integrantes sobre a finalidade do ensino e contribuição da História.....	94
3. 5 Recursos didáticos, saberes docentes, formações continuadas, transposição didática	97
3.6 Livro didático: solução ou engodo?.....	106
CAPÍTULO 4 - POR UMA HISTÓRIA DE PORTO SEGURO SIGNIFICATIVA .	111
4.1 As fontes	114
4.2 O produto: o site HPS em sala de aula	116
4.3 Possibilidades de trabalho	121
4.4 Algumas sugestões para os docentes desenvolverem atividades com documentos históricos em sala de aula	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS	137
ANEXOS	143
Anexo 1	143
Anexo 2	144

Anexo 3	145
Anexo 4	149
Anexo 5	156
Anexo 6.....	156

INTRODUÇÃO

Nosso trabalho consiste em uma investigação sobre os desdobramentos da implantação da Lei municipal nº 236/96, em Porto Seguro-BA¹, em escolas municipais da região urbana enquadradas na categoria de porte especial e de grande porte². A referida Lei introduz a disciplina História de Porto Seguro – HPS no currículo de escolas municipais, logo, temos como propósito entender as formas de abordagem da História Local, entendida aqui como a História de Porto Seguro, pelos professores da disciplina. Com isso, nosso objetivo também se refere à oferta de um subsídio para que a prática do ensino-aprendizagem se torne cada vez mais efetiva. Como resultado de nossa pesquisa, desenvolvemos um produto em formato de mídia virtual – um site intitulado: *HPS em sala de aula*, que tem o intuito de funcionar como um banco de fontes para o ensino nas escolas públicas da região. O mapa da figura 1 mostra a localização do município de Porto Seguro em relação à Bahia e ao Brasil.

Figura 1: Mapa da localização de Porto Seguro - BA



Fonte IBGE, 2010.

¹ O município de Porto Seguro está localizado no extremo sul do estado da Bahia e possui cinco distritos: Arraial D'Ajuda, Caraíva, Porto Seguro (distrito sede municipal), Vale Verde e Trancoso.

² Caracterização baseada nos critérios do Plano de Carreira e Estatuto do Magistério de Porto Seguro disposto na Lei Municipal nº 992/12 de 04 de abril de 2012. Ver anexo 2.

A opção pela história local no currículo se dá pela experiência durante a minha graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, em que fui estagiária do Museu Regional de Vitória da Conquista – Casa Henriqueta Prates. Durante esse trabalho, fiz parte de um projeto de iniciativa da coordenação do Museu que buscava levar conhecimentos sobre a História da cidade para as escolas por meio de ações educativas do projeto *Museu vai à escola*, bem como também recebia, por meio de visitas guiadas, os alunos da rede de ensino público e privado no espaço do museu. Dito isto, o projeto era muito bem recebido nas escolas e a partir das minhas vivências cotidianas com os estudantes percebi que o ensino de História se torna mais atrativo e significativo quando o aluno tem uma maior identificação com o conteúdo trabalhado.

Essa experiência foi expressiva, de forma que comecei a ter um olhar diferenciado para esse tipo de recurso. Ademais, é possível entender, no momento, que além de identificação, o trabalho com História Local em sala de aula traz outros benefícios para o ensino, principalmente no tocante à questão da percepção dos alunos enquanto sujeitos da História.

Nesse sentido, quando iniciei o trabalho como professora do ensino fundamental, em Porto Seguro, notei o grande potencial que o município oferecia quanto ao seu patrimônio histórico e a sua riqueza cultural, de maneira que pouco da pesquisa existente era levada para a sala de aula, mesmo tendo no currículo uma disciplina que tratava especificamente de um conteúdo local. Abordamos, assim, em artigo intitulado: *O Museu do Descobrimento como recurso didático: O caso da utilização em aulas de História nas escolas municipais de Porto Seguro (BA)*, em 2014, a necessidade de mostrar como podemos, enquanto educadores, propiciar uma maior interação dos alunos da Rede Municipal de Ensino com o patrimônio cultural existente no município, buscando maior interação nas aulas quanto na compreensão e preservação do patrimônio, que contribui para uma prática escolar além do espaço formal.

O estudo era uma iniciativa de pensar o ensino de História e as suas possibilidades no município, tornando a prática mais atenta às especificidades das escolas municipais. Todavia, infelizmente, ainda observo na prática muitos problemas quanto à efetivação de um trabalho como esse, isto é, a falta de recursos para a locomoção dos alunos para atividades de campo é, ainda, um entrave que o inviabiliza, por exemplo. Diante disso, percebo que os gestores precisam voltar o seu olhar para a compreensão de que a cidadania cultural passa por ações educativas como essa, de forma que o poder público

ainda precisa rever o seu entendimento sobre o papel da escola e, principalmente, do docente de História para a efetivação da legislação em questão.

Minha experiência profissional, enquanto docente de História em escolas públicas do município de Porto Seguro, também me fez experimentar o desconforto que é gerado pela desvalorização da área dentro da escola. A História, enquanto disciplina curricular, é vista, na maior parte das vezes, dentro da instituição – tanto pelos alunos, pais e mesmo colegas professores – como uma matéria irrisória, sem muita finalidade, como se fosse completamente inútil se comparada com as outras disciplinas consideradas fundamentais da matriz curricular como, por exemplo, a Matemática e a Língua Portuguesa. Nesta ótica, o pensamento mais expresso é de que a História é uma disciplina que trata do passado e que, para ensiná-la, são necessárias uma boa memória e uma boa retórica. Em outras palavras, para aprender tal disciplina basta decorar. Assim, qualquer pessoa com esses atributos poderia ensiná-la de maneira completa.

Flávia Eloísa Caimi em *Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagens e formação de professores de História* (2006) atribui a negligência como um dos aspectos pedagógicos, nas formações de professores de História, responsáveis por essa concepção e coloca que

Neste aspecto, é paradoxal verificar como persiste, nos meios acadêmicos, a concepção de que, para ensinar História, basta a apropriação, nos cursos de formação, pelo futuro professor, dos conhecimentos históricos produzidos e sistematizados pela historiografia e pela pesquisa histórica, negligenciando-se a preocupação com os estudos sobre a aprendizagem, ou seja, com a construção das noções e dos conceitos no pensamento da criança ou do jovem (CAIMI, 2006, p. 21).

Refletir sobre como o aluno aprende História é um questionamento relevante na prática do ensino e, muitas vezes, a ideia de que o domínio dos conhecimentos históricos pelo professor seja condição suficiente para aprendizagem dos alunos nos faz negligenciar essa tarefa. É correto afirmar, portanto, que se o professor desconsiderar reflexões acerca do que ensinar (conteúdo), para que ensinar (objetivo), que história ensinar (posição historiográfica), como ensinar (metodologia/didática) e também como o seu aluno aprende (processo de aprendizagem), a sua prática de ensino poderá ficar menos qualificada.

Quanto à minha prática como educadora, mais especificamente na docência para alunos do fundamental II ³no município de Porto Seguro–BA, esta mostra que os discentes chegam na escola com a compreensão de que a História é a matéria que trata sobre assuntos do passado, sobretudo dos indígenas, portugueses e pessoas escravizadas, ou melhor, nas palavras deles: dos “antepassados”, termo que eles usam bastante ao serem questionados sobre o que a História estuda. Além disso, alguns educandos também falam do “Descobrimento”, da Independência, República e tudo o mais que costumam lembrar que estudaram nos anos anteriores, lembrando de alguns episódios como fatos isolados, distantes e sem serventia. Quando questionados do motivo que estudam a História, os alunos fazem referência novamente aos antepassados, que é para saber a História deles, porém, não sabem dizer o porquê.

Nesse sentido, percebo que a concepção de História que lhes foi transmitida é de uma História estática e seu sujeito consiste em alguns grupos ou pessoas consideradas importantes, de modo que aprender sobre não fará diferença em suas vidas. Em síntese, é uma História com ausência de significado.

Para Zaslavsky (2006) essa ausência de significado é uma das causas do desinteresse pelas aulas de História. Diante disso, citando Alcântara (1997) e Cabrini (1987), a autora atribui a uma visão empirista da aprendizagem⁴ atrelada ao ensino tradicional de história, grande parte das dificuldades que passam os alunos nesta área. No artigo *Dificuldade de aprendizagem em história e a construção do pensamento histórico* (2006), tal autora ainda diz que

[...] para ser um bom professor de história é preciso manter uma coerência entre a posição historiográfica, epistemológica e pedagógica. Ou seja, a preparação das aulas e a sua realização prática precisam levar em conta o aluno como sujeito ativo, capaz de transformar-se e transformar. As aulas de História precisam se constituir um desafio, no sentido de buscar alternativas nas problemáticas de diferentes tempos e espaços, instigando a mobilidade temporal do pensamento, no intuito de promover uma construção temporal sincrônica e diacrônica, condição necessária para a construção de tempo histórico. Isto significa também um papel ativo do professor, promovendo o estabelecimento de relações entre os aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais,

³ Desde 2008 o ensino fundamental é dividido em dois: os anos iniciais ou fundamental I que abrange do 1º ao 5º ano e os anos finais ou fundamental II que abrange do 6º ao 9º ano.

⁴ A autora cita que existem modelos epistemológicos que dão sustentação teórica aos modelos pedagógicos usados em sala de aula. Ela explica que: “a pedagogia diretiva, do ponto de vista epistemológico, corresponde ao empirismo, em que na relação entre sujeito e objeto, o aluno não é sujeito do conhecimento, é considerado “tábula rasa”, na qual vão se imprimindo os conteúdos [...] em termos de aula de história, caracteriza-se pelo privilégio ao conteúdo, que é um fim em si mesmo, com a presença passiva do aluno e ativa do professor, como transmissor do conhecimento (ZASLAVSKY, 2006, p.6).

religiosos, ideológicos, etc, em um mesmo tempo, e/ou ao longo do tempo, em um mesmo espaço, e/ou em espaços diferentes, relativizando com os alunos, na interação, essas relações (ZASLAVSKY, 2006, p-p 7-8).

Em modelos pedagógicos em que é impresso, aos alunos, a ideia de que a eles cabe apenas o papel de reprodutores do saber transmitido pelo professor, fica inoportuno interrogações a respeito do conhecimento, ou seja, não existem interações produtivas. Nesse modelo tradicional, o ensino é feito através de um repositório de informações passadas por terceiros através do livro didático, de maneira que estes são cobrados pelo professor em forma de respostas corretas – em geral aquelas respostas semelhantes ao livro didático, nos longos questionários aplicados nas aulas. Sobre esse ensino tradicional, Bittencourt (2009) ressalta que:

[...] o conceito de “método tradicional” merece uma reflexão constante. É essencial entender que ele, assim como qualquer outro método de ensino, foi criado segundo uma concepção de aluno e de aprendizado. Fundamenta-se na ideia de que *ensinar é transmitir um conhecimento e aprender é repetir tais conhecimentos de maneira como foi transmitido*, sustentando a visão de que o aluno não possui nenhum saber sobre o que está sendo apresentado como objeto de ensino (BITTENCOURT, p.229-230, grifo do autor).

Com isso, ao refletirmos essa concepção, muitos de meus alunos do 6º ano já vieram questionar se naquele dia eu iria dar aula ou apenas ficar conversando com eles. Afinal, aula para eles (e para alguns professores) é sinônimo de cópias enfadonhas no quadro e respostas aos questionários, uma vez que esta foi a única metodologia já utilizada por muitos dos seus professores. Em outras palavras, de modo a acentuar a função da memorização e as suas consequências negativas para o ensino da disciplina. Dito isto, Zaslavsky (2006) caracteriza a história tradicional citando outro pesquisador:

Para Cabrini (1987), a história tradicional é aquela em que o professor apresenta aos alunos conteúdos prontos, como verdades estabelecidas, distantes de sua realidade e de seu tempo; não valoriza as experiências do aluno, desconsiderando sua história. O uso do livro texto de forma sistemática e sem contestação faz parte dessa história. Do ponto de vista do ensino, se caracteriza pelo estudo de fatos e datas marcantes, através da memorização. Grande parte dos alunos, em suas críticas às aulas de história, reclama justamente da necessidade de “decorar” fatos e datas, caracterizando-as como aulas “chatas” (ZASLAVSKY, 2006, p.5, aspas do autor).

O uso restrito da memorização de forma mecânica como estratégia didática não oferece uma aprendizagem qualitativa em História, pois acaba não desenvolvendo o senso

crítico do aluno, assim como o interesse pelo conhecimento fica também prejudicado. Nessa perspectiva, aliar um método de ensino tradicional ao ensino de uma história tradicional, possivelmente, trará grandes dificuldades de aprendizagem aos alunos. Ademais, considerando um ensino no qual predomina a memorização como um desperdício para aprendizagens mais significativa, Caimi (2006) afirma que

Em se tratando do predomínio de um ensino mecânico, pautado na memorização, basta conversar com adultos egressos de uma escolarização básica completa, isto é, com pessoas que concluíram os estudos secundários, para perceber quão pouco resta dos conhecimentos estudados nas aulas de História. Nada mais do que fragmentos desconexos de fatos, datas, nomes, muitas vezes sobrepostos aleatoriamente, formando [...] [uma bagunça]. Pode-se pensar, então, que, se os conteúdos escolares subsistem tão superficialmente, sua quantidade e extensão importam menos que a qualidade do trabalho desenvolvido, ou, ainda, que não vale a pena priorizar a memória de fatos eventuais em detrimento do raciocínio, da construção e da descoberta do conhecimento histórico, sob pena de se perder um tempo realmente valioso para aprendizagens mais significativas (CAIMI, 2006, p. 20).

Consideramos, desse modo, que uma forma de avançar o tradicional método “aprender de cor” consiste no uso de fontes históricas em sala de aula, tendo principalmente o professor como mediador. Utilizadas de forma interativa com os alunos, as fontes históricas fornecem a possibilidade do professor se desvencilhar do papel de simples transmissor do conhecimento e assumir a função de orientador, o que faz com que os alunos possam atuar ativamente: questionando, fazendo comparações e descobertas. Na Base Nacional Comum Curricular – BNCC⁵, o processo de ensino e aprendizagem da História no Ensino Fundamental – Anos Finais está pautado por três procedimentos básicos e um deles diz respeito ao trabalho com documentos:

O segundo procedimento diz respeito à escolha de fontes e documentos. O exercício de transformar um objeto em documento é prerrogativa do sujeito que o observa e o interroga para desvendar a sociedade que o produziu. O documento, para o historiador, é o campo da produção do conhecimento histórico; portanto, é esta a atividade mais importante a ser desenvolvida com os alunos. Os documentos são portadores de sentido, capazes de sugerir mediações entre o que é visível (pedra, por exemplo) e o que é invisível (amuleto, por exemplo), permitindo ao sujeito formular problemas e colocar em questão a sociedade que os produziu (BRASIL, 2018, p. 418).

⁵ A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018) é o mais recente documento normativo para as redes de ensino e suas instituições públicas e privadas, referência obrigatória para elaboração dos currículos escolares e propostas pedagógicas para a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Levar em conta o universo do discente também traz benefícios à aprendizagem. Se o professor considerar esse universo, a apropriação do conhecimento ocorre permeada de sentido e significação, resultando em aprendizagens mais sólidas (CAIMI, 2006). A História Local acaba sendo uma aliada nesse sentido quando seu ensino-aprendizagem está dissociado da “decoreba”.

Numa aula com métodos tradicionais, o livro didático torna-se o depositário de todo o saber e a fonte de todo o conhecimento. Inclusive, muitas das vezes é o único suporte didático utilizado. Contudo, quando pensamos na História Local, geralmente o conhecimento desta não está nos livros didáticos, e os professores sentem essa falta, pois muitos já se acostumaram a usá-los de forma restrita. A pesquisa com documentos, portanto, torna-se um subsídio oportuno no trabalho com a história local e no distanciamento da rotina de aulas tradicionais,

[...] mas sair da rotina de uma aula tradicional requer mais conhecimento e dedicação. Esse desafio com certeza é grande, os livros didáticos disponíveis não estão voltados para o ensino de História local, aí entra a pesquisa em documentos, museus, literatura e letras de música, de escritores e compositores locais, o artesanato, a arte e publicações de jornais ou revistas. O aluno precisa de estímulos e cabe ao professor desenvolver esse interesse em aprender história (ASSIS; BELLÉ; BOSCO, 2013, p. 3).

Uma história e um ensino que desvalorizam a experiência do aluno, que o coloca como um agente passivo e receptivo, que destaca fatos célebres e é narrada sob a ótica dos vencedores, pouca contribuição trará para a aprendizagem. Os conteúdos trabalhados em uma História Local permitem um ensino mais voltado para o universo cotidiano do discente que, através das aulas, vai assimilando novos conhecimentos em relação aos que este já possui. Diante do exposto, é tarefa do ensino (do professor) proporcionar situações para que os alunos possam avançar de suas primeiras interpretações da realidade para outras mais complexas, de maneira que a História Local traz essa oportunidade. Nesse aspecto, como professora formadora de professores na licenciatura em História, Caimi (2006) experimenta que

Quando se transita pelas escolas, no acompanhamento de estágios ou na realização de pesquisas, muitos dados vão emergindo. Os professores, de um lado, reclamam de alunos passivos para o conhecimento, sem curiosidade, sem interesse, desatentos, que desafiam sua autoridade, sendo zombeteiros e irreverentes. Denunciam, também, o excesso a complexidade dos conteúdos a ministrar nas aulas de História, os quais são abstratos e distantes do universo de

significação das crianças e dos adolescentes. Os alunos, de outro lado, reivindicam um ensino mais significativo, articulado com sua experiência cotidiana, um professor “legal”, “amigo”, menos autoritário, que lhes exija menos esforço de memorização e que faça da aula um momento agradável (CAIMI, 2006, p.18-19).

Quando o professor não proporciona condições para que o aluno compreenda a relevância da apreensão do conhecimento para a sua vida prática, ele provavelmente vai continuar o considerando abstrato e distante, o que torna as aulas sempre enfadonhas para os alunos e também para o professor. Além disso, temos como resultado outros motivos como, por exemplo, o desinteresse e, por consequência, a indisciplina, gerando uma série de dificuldades para o aprendizado.

Então, para tornar mais relevante o processo de ensino-aprendizagem em História, o professor do fundamental precisa ter como uma de suas tarefas demonstrar ao seu aluno a importância do conhecimento histórico para a sua vida. Como coloca Zaslavsky (2006, p.7), “desde a preparação das aulas até a sua realização prática é indispensável que o professor considere o discente como sujeito ativo capaz de transformar-se e transformar”. O aluno precisa compreender o sentido da História ao verificar que esse sentido está no presente. No texto que caracteriza a área de História, para o ensino fundamental na BNCC, o diálogo entre presente e passado é enfatizado

As questões que nos levam a pensar a História como um saber necessário para a formação das crianças e jovens na escola são as originárias do tempo presente. O passado que deve impulsionar a dinâmica do ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental é aquele que dialoga com o tempo atual. (BRASIL, 2018, p. 397)

Assim, ao percebermos que a História está em seu cotidiano e que o discente é também sujeito atuante desta, a aprendizagem da disciplina para este se torna mais significativa ao seu universo e, possivelmente, mais interessante. Dessa forma, no intuito de aproximar a História da realidade do aluno, a História Local pode ser considerada um método de abordagem didática eficiente para o ensino, visto que propicia uma aproximação do aluno com o objeto estudado. Em outros termos, também, como tal disciplina trata de conteúdos que estão voltados ao universo mais particular e cotidiano do aluno, ela se torna um diferencial para o ensino-aprendizagem em História. Enquanto professora regente da disciplina História, percebo que a disciplina com uma temática mais local aproxima o aluno do conhecimento e o torna mais interessante. O historiador Rafael Samuel (1989) problematiza as possibilidades de trabalho que envolvem a história local

na relação com a história oral e destaca, acerca dessa percepção de proximidade e imediatismo com a História, colocando que

A História Local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos [...] (SAMUEL, 1989, p.220).

Para exemplificar a perspectiva do trabalho com a história local em minha experiência pessoal, ao utilizar, por exemplo, modelos próximos da realidade dos alunos em uma aula sobre o Egito Antigo, de modo a ponderar sobre a importância dos rios para o abastecimento naquela região e traçando alguns paralelos com os rios do município de Porto Seguro (alguns até mesmo forçosos), obtenho uma melhor participação dos educandos e a aula se torna mais dinâmica e prazerosa. Uma das justificativas para o ensino de História dentro da BNCC é justamente “na relação do presente com o passado, valorizando o tempo vivido pelo estudante e seu protagonismo, para que ele possa participar ativamente da construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (BNCC, 2018).

Essas vivências nos mostram a necessidade de investigar a trajetória do ensino de História Local no currículo do município de Porto Seguro, ressaltando a importância desse conhecimento para uma aprendizagem significativa em História. Na condição de objeto de estudo e de ensino, a história local oferece novas possibilidades de análise, quando confrontada com escalas mais amplas, como a regional, a nacional e a mundial (FAGUNDES, 2006). O interesse no objeto aqui proposto vem justamente da percepção de que a História Local se constitui uma importante estratégia de abordagem no ensino e também da singularidade existente no currículo do município em que temos, há mais de 25 anos, uma disciplina que visa o trabalho específico com o tema, mas que ainda possui entraves para o seu desenvolvimento.

Outro aspecto que deve ser frisado consiste no fato de que, como em Porto Seguro já temos um grande diferencial quanto à maioria das escolas municipais dos outros municípios, uma vez que já possuímos na matriz curricular uma disciplina que trabalha justamente com a História Local, consideramos que estamos munidos de um elemento que, se trabalhado de forma adequada, será de grande contribuição para o ensino de História. Em suma, temos uma oportunidade ímpar que deve ser aproveitada pelos

professores, o que faz com que devamos alertá-los das possibilidades existentes em sua prática profissional.

Dito isto, as questões levantadas mostram a necessidade de investigar a história e a organização da disciplina História de Porto Seguro – HPS, a fim de entendermos as motivações, os obstáculos e as possibilidades que os professores se deparam ao longo do tempo ao trabalhar com a disciplina, bem como verificarmos de que forma o trabalho com História Local pode contribuir para uma aprendizagem significativa em História na rede pública de Porto Seguro. Dentro desse contexto, esse trabalho procura, também, oferecer subsídios para a realidade das escolas e dos professores, visando construir um produto didático-pedagógico que disponibilize, em forma de banco de fontes, um suporte que oriente o trabalho daqueles que lecionam a disciplina HPS nas escolas municipais de Porto Seguro, ou seja, tendo em vista ainda o potencial que o município oferece para a construção do conhecimento histórico em sala de aula.

Questões e hipóteses

Sobre o ensino na disciplina, conduzimos a pesquisa a partir das seguintes questões: a forma que os professores abordam a História Local, na disciplina HPS, tem contribuído para um ensino que reduza a distância do conteúdo apreendido com a realidade – realidade esta em que o aluno está inserido –, ou este ensino continua preservando os mesmos pressupostos norteadores da história nacional, conhecendo por exemplo apenas nomes de personagens e fatos acontecidos em outras épocas? Os professores se sentem motivados em trabalhar com a história local ou o fazem apenas para cumprir uma lei estabelecida? Quem são esses professores e que concepção de História eles têm? Quais são os obstáculos do ensino de HPS?

Ademais, inicialmente, refletimos sobre a política do município quanto à implantação da disciplina, levando em consideração tais perguntas: será que foi feito em razão de uma compreensão de que o ensino de História Local pode constituir em componente significativo da produção do conhecimento ou foi apenas para atender a demanda do mundo do trabalho? Ou levando em consideração o período da promulgação da primeira Lei municipal sobre o ensino de História Local, poderia ser até mesmo no sentido de introduzir no currículo do município os debates que estavam acontecendo sobre o ensino de História, que deu origem a Lei de Diretrizes e Bases e aos Parâmetros Curriculares Nacionais, por exemplo? Qual é o verdadeiro significado dessa introdução?

Será que Porto Seguro estava na vanguarda dos debates sobre o currículo? Uma análise da documentação e das falas dos profissionais envolvidos com essas discussões irá nos ajudar a entender o significado dessa implantação.

Nossa hipótese em relação ao ensino qualitativo na disciplina é de que o ensino de HPS, apesar de ter se efetivado há mais de duas décadas no currículo, ainda encontra obstáculos para a sua implementação. A principal limitação para os professores seria a falta de um material didático que os oriente e forneça subsídios para lecionar a disciplina, levando em conta que a concepção de ensino e aprendizagem desses professores ainda está ligada a um conservadorismo educacional no qual existe uma hierarquia entre o saber acadêmico e o saber escolar, sendo o primeiro o melhor qualificado – o que impede que muitos profissionais incorporem, ao ensino, inúmeras fontes e documentos históricos que poderiam auxiliar na construção do conhecimento em sala de aula. Outras questões que dificultam o trabalho é a deficiente formação que esses professores tiveram, seja nas universidades ou em formações continuadas que, geralmente, têm sido incompletas ou inexistentes.

Nosso estudo, por essa via, visa atender a essa demanda através do apoio ao uso de variadas fontes e documentos no ensino de HPS. Assim, consideramos que a utilização de fontes como recurso para as aulas da disciplina constitui uma forma de superação desse conservadorismo educacional dos professores e que esse trabalho poderá se tornar um importante elemento para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes.

Quanto à política do município em relação à implantação de HPS nas escolas, entendemos que há aumento da busca por História Local nas últimas décadas, de maneira que um dos motivos é o interesse pelo desenvolvimento do turismo. O município de Porto Seguro tem como principal atividade econômica o turismo, sendo famoso por suas praias paradisíacas e muito conhecido nacional e internacionalmente como o “Berço do Descobrimento⁶”. Dito isto, ao examinarmos o episódio da chegada dos portugueses ao Brasil, o município supracitado é o local que se convencionou a ser considerado o de desembarque da esquadra cabralina, o que faz com que possua uma grande quantidade de pontos turísticos que exploram esta temática. Nesse sentido, explica-se a isto o interesse

⁶ No município de Porto Seguro, a palavra: descobrimento é muito anunciada e popular. Ela é encontrada nos nomes de monumentos, museus, títulos de livros, cordéis, músicas, poemas, comemorações, áreas territoriais dentre outros. Usada para descrever o momento histórico que marca a chegada dos portugueses ao território que veio a se tornar o Brasil, ela é questionada por muitos historiadores pois, trata-se de uma expressão eurocêntrica. A expressão “descobrimento” ignora a existência dos povos indígenas que viviam na região naquele período e como combatemos essa visão enganosa, ela é aqui utilizada sempre entre aspas.

econômico em apoiar setores da cidade, o que também podemos considerar o “*boom da História*” em que estamos passando e justificarmos esse interesse em práticas de História Local na escola como um meio de estimular um conhecimento sobre a História do município, a fim de garantir um turismo mais receptivo. Sobre esse interesse crescente pela História na sociedade, Alberti (1996) diz:

O historiador Henri Rousso, diretor do Institut d’Histoire du Temps Présent (IHTP-CNRS), quando esteve no Brasil, em maio deste ano, para participar do III Encontro Nacional de História Oral realizado em Campinas, chamou a atenção justamente para esse boom da história. Segundo ele, a televisão francesa estava produzindo cada vez mais programas de história, mormente sobre a Segunda Guerra Mundial, e cogitava-se da inauguração de um canal de TV a cabo exclusivamente voltado para a história. [...] Essa nova modalidade de relação com o passado, em que se privilegia sua “materialidade”, em detrimento de sua interpretação, pode ser relacionada com uma certa falência do paradigma hermenêutico de apreender o mundo. Não são tanto os significados subjacentes aos documentos ou a necessidade de preencher as lacunas de sentido deixadas pelos restos do passado que interessam, e sim os próprios restos, sua plasticidade pura e simples (ALBERTI, 1996, p.2.).

Levados por essas questões, analisaremos o ensino de História no componente curricular HPS em consideração aos documentos escritos e que tivemos acesso, a experiência de 6 professores que residem no município e atuam em escolas de grande porte e de porte especial, assim como uma entrevista com um profissional que, como coordenador pedagógico do município e interessado na área de História, ajudou-nos a entender algumas situações. Portanto, estes serão os sujeitos participantes da pesquisa no qual interagimos durante a investigação. Ademais, através do depoimento destes profissionais, considerados aqui como colaboradores, buscaremos compreender como o ensino da História Local tem sido efetivado com a finalidade de desenvolver estratégias para subsidiar melhorias para o seu ensino-aprendizagem.

Objeto, objetivos e percurso metodológico

O ensino de História de Porto Seguro passa a ter evidência, de modo oficial, no currículo das escolas municipais após ser instituído por Lei Municipal, no ano de 1996, através da Lei nº236/96⁷ (PORTO SEGURO, 1996), de 10 de dezembro de 1996, aprovada pela Câmara e sancionada pelo, à época, prefeito, João Carlos Mattos de Paula.

⁷ Ver anexo 1.

O conteúdo da Lei torna obrigatório a inserção da História de Porto Seguro nas escolas de 1º e 2º graus⁸ do município a partir do ano letivo seguinte, a obrigatoriedade da Lei se diz amparada pela Lei orgânica do município inciso IV do artigo 58. A redação ainda acrescenta que

Artigo 3º - Fica a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, responsável pelo estabelecimento da Comissão de Estudos Históricos, com participação também de representante da Casa de Cultura Portuguesa de Porto Seguro, representante do Centro de Cultura de Porto Seguro e de representante da DIREC 8, com a finalidade de pesquisar, coordenar e laborar o compêndio da História de Porto Seguro, para ser referendado pela Câmara Municipal (PORTO SEGURO (BA), 1996).

É a partir daí que buscaremos elementos para a compreensão do nosso objeto: o ensino de História de Porto Seguro. A Lei Municipal foi promulgada em um momento que havia se firmado muitas discussões em torno da reestruturação da Educação no Brasil. Assim, destacando-se a promulgação em 20 de dezembro de 1996 da Lei 9.394, a chamada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e, conseqüentemente, a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais e em que foram traçados os princípios gerais e objetivos específicos para cada área do conhecimento escolar, em cada nível da Educação Básica: Infantil, Fundamental e Médio.

O objeto da pesquisa é o ensino de História Local, entendida aqui como a História de Porto Seguro, em sua construção enquanto disciplina escolar autônoma, sua implantação, trajetória, usos políticos e apropriações para as práticas docentes. Assim, o presente trabalho tem como principal objetivo pesquisar os desdobramentos da implantação da Lei municipal nº 236/96 em Porto Seguro – BA em escolas municipais da região urbana, enquadradas na categoria de porte especial e de grande porte⁹. A referida Lei de 10 de dezembro de 1996 cria a disciplina História de Porto Seguro (HPS) e estabelece a obrigatoriedade do ensino de História de Porto Seguro em todas as escolas públicas de 1º e 2º graus do município.

Nesse sentido, os objetivos específicos são: identificar e analisar as formas de abordagem da História de Porto Seguro pelos professores da disciplina HPS; apontar as implicações da inserção da disciplina no currículo da Rede Municipal no trabalho dos

⁸ A denominação 1º e 2º grau era usada em referência ao que atualmente se denomina respectivamente: ensino fundamental e ensino médio. A alteração é verificada na LDB de 1996, Art.21: “A educação escolar compõe-se de: I – a educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio”. (LDB,1996)

⁹ Sobre os critérios da categorização, ver anexo 2.

docentes; discutir as motivações da implantação da disciplina no currículo escolar do município; confeccionar um produto que auxilie os professores no atendimento às demandas da Lei nº 236/96 e que estimule uma atitude de interação e colaboração entre os docentes e demais interessados na História Local, a fim de estimular um ensino-aprendizagem mais significativo em Porto Seguro e nas adjacências.

Observamos, diante disso, que o cumprimento da Lei nº236/96 não foi de imediato e nem completo, sendo a disciplina incorporada na matriz curricular apenas nos anos finais das 32 escolas municipais de ensino fundamental II. Além disso, tendo em vista a grande quantidade de escolas e a não funcionalidade de um trabalho quantitativo, optamos por analisar as nuances e os desdobramentos da implantação da disciplina HPS no currículo das escolas municipais tidas como unidades de porte especial e de grande porte da zona urbana, visto atenderem o maior percentual de alunos do município que tem a disciplina HPS no currículo.

Dentre o caminho de investigação, inicialmente, refletimos na escolha dos professores, sujeitos da pesquisa, que atuam na área e que foram concursados especificamente para a disciplina, mas o fato de que só houve um concurso específico para tal, o de 2007¹⁰ e o fato dos professores terem sido convocados em momentos distintos, fez-nos modificar esse critério e pensarmos em analisar o ensino de História na disciplina a partir dos depoimentos dos professores que lecionam HPS. No entanto, levamos em consideração o critério das escolas selecionadas, podendo os professores serem concursados para a disciplina específica ou não. Intenciona-se perceber, também, as particularidades do ensino de cada profissional, bem como as suas congruências, compreensões, concepções, questionamentos – de modo que isto constitui, para nós, elementos fundamentais para a interpretação dos dados para a pesquisa.

Para tanto, primeiramente fizemos um levantamento acerca dos professores que lecionam esse componente curricular no município e realizamos entrevistas semiestruturadas com os professores regentes da disciplina das 6 escolas selecionadas para a pesquisa, que são: Escola Municipal Governador Paulo Souto, Escola Municipal Padre José de Anchieta, Colégio Municipal de Porto Seguro, Escola Municipal do Arraial D' Ajuda, Colégio Municipal Brigadeiro Eduardo Gomes e Escola Pero Vaz de Caminha. As questões levantadas visam entender as formas de abordagem da História de Porto

¹⁰ O concurso nº002/2007 abriu vagas para profissionais formados em História, Turismo ou Sociologia lecionarem as disciplinas HPS, Turismo ou Diversidade Afro descendente e indígena. Edital disponível em: pciconcursos.com.br/concurso/edital-prefeitura-de-porto-seguro-ba-abre-1715-vagas. Acesso:05/01/2021.

Seguro dos profissionais das escolas selecionadas, de forma que a análise buscará investigar suas concepções sobre História e sobre o ensino da disciplina em questão, quais são os suportes didáticos utilizados por eles nas aulas, metodologias, seus desafios, suas adaptações, com o intuito de caracterizar a prática docente.

A opção por compreender as formas de ensinar História Local a partir das perspectivas dos docentes se justifica pelo entendimento de que é o professor o sujeito principal dos estudos sobre o currículo real. Nessa perspectiva, não adianta analisarmos o currículo somente sobre a aparência das leis que o englobam. As fontes primárias levantadas, tais quais os documentos curriculares nacionais e também municipais – leis, portarias, matriz curricular, propostas curriculares, suportes didáticos utilizados pelos professores – também serão analisados, já que a concepção de História presente nestes nos dizem muito, todavia, consideramos que é o professor que está na sala de aula e quem mais tem autoridade sobre a prática do ensino. Dito isto, ouviremos estes profissionais e, a partir disso, buscaremos perceber, por meio de uma análise qualitativa, baseada no exame dos dados das entrevistas, as implicações da inserção da disciplina no currículo da Rede Municipal de Porto Seguro quanto ao trabalho dos docentes. Desse modo, a fala dos professores intimamente ligados com o chão da sala de aula será analisada e apoiada com o debate teórico acerca do ensino.

Além disso, com o intuito de satisfazer o objetivo central de nossa pesquisa, a análise dos desdobramentos da Lei 236/96, optamos pela utilização metodológica qualitativa. Segundo Chizzoti (2003)

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após esse tirocínio, o autor interpreta e produz um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competências científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa (CHIZZOTTI, 2003, p. 1).

A parte documental escrita, referente às leis e às portarias que tratam da disciplina, foi buscada em sites tanto da Prefeitura Municipal de Porto Seguro quanto da Câmara Municipal. No entanto, apenas a Lei nº 236/96 (PORTO SEGURO, 1996) se encontra digitalizada e publicizada em meio aos documentos da Câmara. Os documentos acerca das alterações feitas na disciplina HPS foram solicitados junto à Secretaria de Educação de Porto Seguro, mas, somente alguns documentos foram disponibilizados, a exemplo da

Lei 1038/12¹¹ que versa acerca da inclusão no currículo do conteúdo de Turismo Sustentável (PORTO SEGURO, 2012) e a Portaria nº001/2013¹² (PORTO SEGURO, 2013) que cria a comissão especial de estudos históricos e a apresentação de proposta de regulamentação da Lei nº 236/96 (PORTO SEGURO, 1996).

Esses documentos e o levantamento dos professores que lecionam a disciplina foram disponibilizados pela Secretaria de Educação no recém-criado Centro de Documentação e Memória de Educação de Porto Seguro – CEDOC, setor responsável pelo arquivamento da documentação. Outra parte da documentação, condizente à matriz curricular e ao Plano Municipal de Educação (PME) foi disponibilizada pela Secretaria da Escola Municipal Governador Paulo Souto. Já os planos de curso dos professores colaboradores, estes foram solicitados aos mesmos.

Com isso, analisamos a história da disciplina HPS no currículo do município de Porto Seguro à luz dos poucos documentos escritos que nos foram disponibilizados e que pensamos ser mesmo os existentes. Para a investigação, utilizamos da técnica da História Oral que nos foi bastante proveitosa e entrevistamos o Prof. Dr. Geovani de Jesus Silva, professor de ensino superior e profissional, pertencente ao quadro de funcionários da educação do município no cargo de coordenador pedagógico desde 1997, período em que foi o ano de vigor da Lei nº236/96 no currículo das escolas municipais de Porto Seguro. Por ser um funcionário atuante no seu cargo, no período concomitante à Lei, apresentar um interesse pessoal na área da História e também ter trabalhado por algum tempo na Secretaria de Educação com a coordenação da disciplina, inclusive na produção de material para tal, entendemos que ele poderia nos fornecer informações valiosas para a escrita de um breve histórico de HPS, de forma não poderíamos encontrar explícitas ou subjacentes aos documentos.

Com informações produzidas a partir da memória de nosso entrevistado, considerado um colaborador, pudemos entender as nuances que envolveram a criação, as alterações, as faltas e as necessidades referentes à disciplina ao longo do tempo, informações estas que nos foram muito válidas para a construção do primeiro capítulo do trabalho e o esclarecimento de outras questões. Salientamos, também, que ainda que lancemos mão da entrevista como metodologia para a pesquisa e para construção de uma narrativa sobre a disciplina, nosso trabalho não tem a pretensão de enquadrar-se como um trabalho de História Oral, pois, de acordo com os historiadores Seawright e Meihy (2020),

¹¹ Ver anexo 3.

¹² Ver anexo 4.

a história oral se distingue da simples utilização de fontes orais (MEIHY e SEAWRIGHT, 2020, p.33).

Utilizamos, nesse aspecto, a entrevista semiestruturada, com estímulos para que o colaborador exercesse o seu papel de narrador. Sua narrativa, muito reveladora para nós, fez despontar situações ímpares e relevantes para a pesquisa. Seu protagonismo narrativo foi estimulado e a sua versão nos foi bastante elucidativa, de maneira pudemos entender melhor as nuances da efetivação da disciplina no currículo escolar. Importante ressaltar, outrossim, que consideramos a individualidade da entrevista dialogada e seu produto não foi considerado apenas mais um documento estanque, ao contrário, entendemos que o produto é fruto da memória do colaborador e sujeito às suas variações. Assim, entendemos esta como um documento, mas como todos os outros, produzido pelo ser humano e passível de suas manipulações. Em *Memórias e Narrativas*, por exemplo, livro que consideramos como um manual de História Oral, os autores esclarecem que

É relevante reconhecer que no fabrico dos documentos de codificações oral e escrita está um dado fundamental: o ser humano como produtor. Porque é o ser humano quem manipula os códigos oral e escrito, que joga, que estabelece relações de poder, que reinventa o passado, que talha em artesanatos narrativos e cria as regras para assegurar confiabilidade; quaisquer documentos são passíveis, portanto, de desnaturalização e de crítica porque carregam os interstícios das impressões, dos jeitos de perceber o imediato. Ao mesmo tempo, o documento não é suficiente se não sofrer a crítica e se ficar restrito ao espírito do “documentismo”. Por lógico, nem mesmo a vida inteira cabe nas documentações, e, por argumentos bem mais consistentes do que os naturais, serve como provocação natural à suficiência de suportes (MEIHY e SEAWRIGHT, 2020, p. 89).

Abordaremos, com isso, a trajetória da disciplina História de Porto Seguro no currículo do município desde a sua implementação até o presente, com o intuito de entendermos os aspectos dessa inserção por meio de análise da documentação escrita e das entrevistas semiestruturadas com nossos colaboradores. Desse modo, buscaremos compreender as motivações da implantação da disciplina no currículo escolar do município e como está sendo estruturado o seu ensino na sala de aula.

O campo empírico da investigação é formado por escolas da Rede Municipal de Educação de Porto Seguro, sendo estas escolhidas por sua localidade, além de que são escolas que estão inseridas em áreas urbanas de grande concentração populacional e que estão enquadradas na categoria de porte especial e de grande porte.

Dessa forma, através do relato de docentes regentes da disciplina na rede municipal, captado por meio de entrevistas, buscaremos identificar e analisar as suas

concepções de História e a finalidade de seu ensino, uma vez que consideramos que o significado da História de cada um implicará na forma como os mesmos ensinam ou podendo haver discrepâncias, iremos analisá-lo. Os professores colaboradores não terão seus nomes identificados a fim de evitarmos quaisquer tipos de represálias devido às suas narrativas e isso foi acordado com eles em momento anterior à entrevista. A nossa investigação, diante disso, apoia-se na bibliografia sobre o Ensino de História, sobretudo História Local, nas discussões sobre Identidade e Teoria Curricular, os fundamentos teóricos que articulam os conceitos de saber acadêmico, saber docente e saber escolar, bem como os princípios que norteiam o uso de fontes históricas em sala de aula.

Nosso produto

Como resultado da pesquisa, elaboramos um produto didático que tem como objetivo auxiliar a prática docente no atendimento às demandas da Lei nº236/96, tendo em vista que durante o percurso examinamos que o ensino de História Local no município de Porto Seguro ainda carece de uma organização mais efetiva das fontes e suportes disponíveis para o ensino nas escolas públicas do ensino fundamental. Com a iniciativa, busca-se estimular uma atitude de interação e colaboração entre os professores da disciplina HPS, do componente curricular História, bem como outros profissionais que se interessem pela temática local a fim de auxiliar a prática da sala de aula.

Esse produto surge da necessidade de pensar formas mais dinâmicas e coletivas de trabalhar, em sala de aula, as demandas da Lei nº236/96. Desse modo, propomos trabalhar a utilização de documentos no ensino de HPS como uma estratégia para que os professores superem as limitações advindas de uma concepção mais tradicional de ensino. O produto foi elaborado em formato de mídia virtual – site – para que funcione como um banco de fontes para o ensino de, especialmente, HPS nas escolas. Assim, estabelecemos que será gerenciado por nós e de forma colaborativa pelos professores e demais pesquisadores interessados na temática local no município. Quanto ao site, abastecemos este com fontes selecionadas durante o percurso da pesquisa e apresentamos algumas sugestões para os professores utilizá-las, levando em consideração certos cuidados para se tomar ao optar por empregar essa metodologia, por exemplo, utilizando-a para suscitar reflexões sobre a construção do conhecimento histórico e não sendo uma mera ilustração do conteúdo.

Ademais, propomos a produção de um suporte que signifique mais um subsídio para o desempenho das ações pedagógicas dos docentes, a fim de mostrá-los a possibilidade de produção de conhecimento com os seus alunos, tornando-os mais participativos, interessados e vendo-se como sujeitos ativos da História. Nosso produto será apenas um pontapé inicial com a proposta de estimular os professores de HPS na superação da queixa e espera de um material didático, feito extramuro, para uma atitude pedagógica mais comprometida com a construção do conhecimento em sala de aula.

Este projeto tem no banco de fontes seu produto principal e o público alvo no qual é direcionado são os professores de HPS e de História, podendo se estender para demais interessados na temática do ensino de História de Porto Seguro. O uso desses documentos pelos professores nas aulas de HPS visa o estímulo de atitudes investigativas dos alunos e o desenvolvimento da capacidade de reflexão e análise, visto que compreendemos que é um importante elemento para o desenvolvimento cognitivo dos mesmos. A utilização do material nas aulas também busca superar um ensino mecânico e tradicional sem relevância para o aluno, de modo a impulsionar um ensino que o conduza à reflexão. As fontes que abastecem o site não são apenas primárias e/ou escritas, cabe aqui o conceito de fonte ou documento histórico no seu sentido mais amplo.

Dito isto, o uso do material reunido no site diz respeito a: **HPS em sala de aula** tem como proposta ser conduzida pelos docentes da disciplina, com o intuito de intervir de maneira inclusiva e dinâmica no ensino, a fim de tornar os professores e os alunos protagonistas do conhecimento numa busca de transformação e de rompimento com o conservadorismo que ainda vem sendo repassado pelos docentes em suas práticas, mesmo que de forma despropositada. O produto pretende possibilitar maior qualidade das aulas de HPS nas escolas públicas municipais de Porto Seguro. No quarto capítulo, apresentamos detalhadamente e analisamos os princípios que nortearam a sua concepção.

Capítulos

Para discutir as questões expostas acima, sendo estas relacionadas com o ensino de História Local no município de Porto Seguro, o trabalho será composto de 4 Capítulos e as Considerações finais. No primeiro capítulo, intitulado *Questões de currículo: breve histórico da disciplina HPS no município de Porto Seguro*, faremos uma discussão teórica a respeito do conceito de currículo escolar e destacaremos informações sobre a história das disciplinas escolares, a fim de apoiar a elaboração de um pequeno histórico sobre a

disciplina HPS. Refletiremos, a partir das narrativas da Secretaria de Educação sobre o assunto, sobre as intenções dos gestores e profissionais envolvidos de implantar HPS no currículo escolar e as alterações feitas na disciplina ao longo do tempo. Nessa perspectiva, ao trazermos um paralelo com as políticas públicas educacionais do período que abrange a Lei nº236/96 até o presente, procuraremos identificar os motivos da emergência e manutenção da disciplina no currículo municipal. Abordaremos, também, sobre a singularidade da abertura de vagas em concurso público para Turismólogos lecionarem a História de Porto Seguro.

Com isso, ao entendermos a necessidade para nosso trabalho de conceituar e localizar a História Local, destacaremos no segundo capítulo, intitulado *Configurações de uma História Local: o caso de Porto Seguro – BA*, algumas reflexões sobre os conceitos de História Local, de modo a compreender o seu conteúdo e método e apresentaremos uma síntese dos trabalhos de História Local no município de Porto Seguro. Discorreremos, outrossim, sobre as configurações da História Local no ensino através das pesquisas e dos principais documentos curriculares nacionais, bem como as suas aplicações.

Quanto ao terceiro capítulo, intitulado: *Para que ensinar História de Porto Seguro*, a partir das narrativas dos professores colaboradores sobre as suas práticas, buscamos compreender que História de Porto Seguro está sendo ensinada e qual é a visão que esses profissionais têm sobre a utilidade da sua prática, assim como os métodos e suportes didáticos que estão sendo utilizados por eles. Vale frisar, ainda, que é possível reconhecer, aqui, a importância de discutirmos os conceitos do saber acadêmico e do saber escolar que faremos ao longo do capítulo, assim como apoiar nossa análise nos estudos sobre o ensino de História, História Local e Identidade.

Essas informações nos trouxeram subsídios para elaborar um texto formativo para os que os professores obtivessem apoio nas concepções de documentos, fontes, seus usos didáticos e métodos de investigação, bem como para montar estratégias que auxiliem os professores para o ensino da História Local através de uma proposta de produto didático pedagógico, que será apresentada ao longo do quarto capítulo, intitulado *Por uma História de Porto Seguro significativa*. Assim, propomos um banco de fontes, um produto de mídia virtual em formato de site intitulado: **HPS em sala de aula**, que será primeiramente abastecido com materiais elencados durante a pesquisa e, posteriormente, de forma colaborativa entre os professores. Neste capítulo, apresentaremos detalhadamente o produto e iremos expor os princípios que norteiam a sua concepção.

No tocante às principais referências, para a nossa pesquisa, destacamos os trabalhos de Circe Bittencourt, Maria Auxiliadora Schimidt, Marlene Cainelli, Verena Alberti, José Evangelista Fagundes, Maria Aparecida Leopoldino Tursi Toledo, Erinaldo Cavalcanti, Sandra Cristina Donner, Carmem Alveal, Raimundo Nonato da Rocha e Vilma de Lurdes Barbosa e Melo.

CAPÍTULO 1 - QUESTÃO DE CURRÍCULO: BREVE HISTÓRICO DA DISCIPLINA HPS NO MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO

Outro saber de que não posso duvidar um momento sequer na minha prática educativo-crítica é o de que, como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo [...] que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto no esforço de reprodução da ideologia dominante quanto no seu desmascaramento (Paulo Freire).

Entendemos que, como um processo humano, todo e qualquer processo educacional tem finalidades, não sendo de nenhuma forma neutro. A educação atende a valores e a escola, enquanto instituição formadora, visa atender a objetivos estabelecidos pela sociedade, através de planos, diretrizes, normativas, metas, parâmetros, gestores, teóricos que levam diversos elementos em consideração. Tudo dentro dela, desde os currículos, as disciplinas, o tempo e o espaço escolar, métodos e linguagens, as relações entre as pessoas levam em conta esses objetivos, sendo assim, nada é neutro ou imparcial dentre as teorias e práticas educativas do/ou para o espaço escolar.

A escola, é importante destacar, integra um conjunto de objetivos determinados pela sociedade e articula-se com eles, contribuindo para os diferentes processos econômicos e políticos, como o desenvolvimento industrial, comercial e tecnológico, a formação de uma sociedade consumista, de políticas democráticas ou não (BIITENCOURT, 2009, p.42).

A centralidade da categoria currículo em nossa pesquisa se dá mediante a necessidade de se entender que as escolhas feitas em todas as instâncias que o pensam, elaboram e organizam não são isentas e expressam questões políticas. Diante disso, não é um campo neutro sendo constituído de diferentes e múltiplas ações em conflito que, de certa forma, equilibram-se dentro da sua configuração oficial. Sobre essa parcialidade dos currículos, Apple (2002) vai dizer que

A educação está intimamente ligada à política da cultura. O currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos, que de algum modo aparece nos textos e nas salas de aula de uma nação. Ele é sempre parte de uma *tradição seletiva*, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. É produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas econômicas que organizam e desorganizam um povo (APPLE, 2002, p.59).

Numa análise que ajusta tanto a construção prescritiva e política dos currículos quanto as suas negociações no campo da prática, no caso aqui pensamos a prática na sala de aula, em que Goodson (1997, p.17) diz que “o currículo escolar é um artefato social, concebido para realizar determinados objetivos humanos específicos”. Assim, esse autor também observa que este está longe de ser um fator neutro. Refletimos, em concordância com o autor, que “o currículo está concebido para ter um efeito sobre as pessoas, produzindo processos de seleção, de inclusão/exclusão e de legitimação de certos grupos e ideias” (NÓVOA, A. IN: GOODSON, 1997, p.10). Existem interesses subjacentes à produção do currículo, do plano de estudos e das disciplinas escolares, de maneira que para estudar a história de uma disciplina, por exemplo, não podemos nos basear apenas nos textos e documentos formais, mas também pensar a prática, os modos distintos ou não de aplicação das determinações legais.

As finalidades das disciplinas escolares fazem parte de uma teia complexa na qual a escola desempenha o papel de fornecedora de *conteúdos de instrução*, que obedecem a objetivos educacionais definidos mais amplos. Dessa forma, as finalidades de uma disciplina tendem sempre a mudança, de modo que atendam diferentes públicos escolares e respondam às suas necessidades sociais e culturais inseridas no conjunto da sociedade (BITTENCOURT, 2009, p.42).

Construir a história de uma disciplina no currículo, sobretudo o escolar, passa pela discussão dos objetivos da aprendizagem, da análise dos documentos referentes ao mesmo, das apropriações e reapropriações, das leituras e dos silêncios. A História como disciplina encontra-se justificada nos documentos oficiais em que encontramos elementos político-culturais das teorias pedagógicas e compreensões da epistemologia que fazem um currículo oficial, porém, no exame das narrativas dos docentes podemos encontrar outras justificativas e intenções que interferem na construção curricular. Sendo assim, percebemos que na construção do currículo real também atuam a intenção dos professores, seus posicionamentos através de adesões, rejeições, apropriações e também os educandos, que não são apenas sujeitos passivos – estes interferem também, na prática, nas suas configurações reais.

Sem ignorar a importância central do controle e definição do currículo escrito, Goodson o defende como “testemunho público e visível das racionalidades escolhidas e da retórica legitimadora das práticas escolares” (1997, p.20). Ele ressalta que

[...] é como se o currículo escrito servisse de guia à retórica legitimadora das práticas escolares, uma vez que é concretizado através de padrões de afecções de recursos, de atribuição de estatuto e de distribuição de carreiras. Em suma, o currículo escrito proporciona-nos um testemunho, uma fonte documental, um mapa variável do terreno: é também um dos melhores roteiros oficiais para a estrutura institucionalizada da educação. [...] o currículo escrito fixa frequentemente parâmetros importantes para a prática da sala de aula (GOODSON, 1997, p. 20).

O ensino de História de Porto Seguro passa a ter evidência formalmente no currículo das escolas municipais de modo oficial após ser instituído por Lei Municipal, no ano de 1996, através da Lei nº236/96 (Porto Seguro, 1996) de 10 de dezembro de 1996, aprovada pela Câmara e sancionada pelo então prefeito, João Carlos Mattos de Paula. Seu conteúdo tornava obrigatório a inserção da História de Porto Seguro nas escolas de 1º e 2º graus do município a partir do ano letivo seguinte, a obrigatoriedade da Lei se diz amparada pela Lei orgânica do município inciso IV do artigo 58. Além disso, a redação ainda acrescenta que

Artigo 3º - Fica a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, responsável pelo estabelecimento da Comissão de Estudos Históricos, com participação também de representante da Casa de Cultura Portuguesa de Porto Seguro, representante do Centro de Cultura de Porto Seguro e de representante da DIREC 8, com a finalidade de pesquisar, coordenar e laborar o compêndio da História de Porto Seguro, para ser referendado pela Câmara Municipal (PORTO SEGURO (BA), 1996).

O inciso IV do artigo 58 da referida Lei Orgânica (1990) trata das atribuições e responsabilidades do Prefeito e diz que cabe privativamente a ele: “sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir os regulamentos para sua fiel execução” (PORTO SEGURO, 1990, p.39). Desse modo, no uso de suas atribuições, o prefeito sancionou a Lei nº236/96. No entanto, esta foi a única justificativa legal para o feito, a Lei não possui em sua redação nenhuma justificativa, explicação ou mesmo uma proposição que nos ajude a entender qual o pretexto da sua promulgação. Sobre isso, nosso colaborador o coordenador, Dr. Geovani de Jesus Silva, professor de ensino superior e profissional pertencente ao quadro de funcionários da educação do município,

no cargo de coordenador pedagógico desde 1997, período que foi o ano de vigor da Lei nº236/96 no currículo das escolas municipais de Porto Seguro, reitera que

[...] essa Lei ela foi criada da cabeça do legislador, então ele cismou que deveria entrar no currículo da escola, História de Porto Seguro, então foi no governo de João Carlos e isso sai do Executivo, da vontade do Executivo...a partir de agora as crianças que estudam em Porto Seguro, que estudam na cidade de Porto Seguro (explica: é que não é somente na rede pública, é na rede pública e privada) tem que ter a disciplina História de Porto Seguro. Então não houve um debate, se houve alguma discussão foi entre eles porque a gente já recebeu a Lei pronta. Eu lembro que quando eu cheguei em... comecei em 97, a Lei é de 96, foi o ano de vigor da Lei em 97 né, começa então em vigor em 97 e naquele momento, nós que estávamos na escola nós nem sabíamos que tinha uma Lei, era não: tem que entrar no currículo História de Porto Seguro [...] (SILVA, 2021).

A falta de uma proposição na Lei e a fala de nosso colaborador nos apontam que a mesma não estava alicerçada em um debate feito conjuntamente com os professores nas escolas, até porque “não houve debate”, afirmou Silva. Segundo ele, a Lei foi pensada e executada sem nenhum tipo de consulta, discussão, orientação, isto é, foi simplesmente imposta pelo Poder Público, de cima para baixo. Daí a grande confusão que se estabeleceu para sua execução nas escolas, do começo em 1997, ano de vigor da Lei, até o momento.

Contudo, ao longo dos anos 80 e 90, um grande número de propostas de reorganização curricular para o ensino mostra “um momento de intensa intervenção normativa do estado, na educação” (ALEM,2012, p.2). Dito isto, assim como o caso da Lei 236/96, algumas normativas que foram firmadas nesse período não tiveram ampla participação dos interessados. Em âmbito nacional, temos o exemplo dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1996), que, nas esferas estaduais, um grande número dessas intervenções normativas pode ser verificado. Na Bahia, o volume das mudanças na Educação pode ser verificado por uma retrospectiva histórica publicada pela própria Secretaria de Educação do Estado, em 2000: *Matriz Curricular: o que é preciso saber?* (ALEM,2012). Na publicação verifica-se que:

Para as décadas de 1960 e 1970, entre leis, portarias, decretos estaduais e nacionais, a publicação apresenta sete normativas, contra vinte e cinco nas duas décadas que se seguem. Somente durante a década de 1990, temos quatorze documentos que, de alguma forma, intervêm na estrutura curricular do ensino no estado da Bahia (Cf. BAHIA, 2000 *apud* ALEM, 2012, p.2).

Em vários estados, tal como na Bahia, por exemplo, temos a construção das *Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental – História* (BAHIA,1995) em 1995 e um novo modelo para a disciplina História foi estabelecido. Nesse sentido, acerca dessas novas propostas dos estados, Bittencourt (BITTENCOURT, 2000) diz que algumas delas serviram de parâmetros para as outras “especialmente quando as matrizes apresentavam fundamentação teórico-metodológica mais completa, não significando, no entanto, que os conteúdos selecionados fossem idênticos” (*apud* ALEM,2012, p. 13). Na bibliografia do documento do Estado da Bahia, podemos conferir essas influências dos parâmetros dos outros estados como os exemplos do Rio Grande do Norte e Paraná.

Em trabalho no qual é discutida a construção desses novos modelos curriculares para a disciplina História no fundamental, na Rede Estadual da Bahia, nos anos 90, Alem (2012) diz sobre as *Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental – História* (BAHIA,1995):

Esse documento continha propostas de mudanças que se pretendiam constituir, e nos permitiu compreender o discurso da Secretaria de Educação do Estado da Bahia sobre a disciplina. Sua análise coloca-nos a possibilidade de entender as disputas políticas que o engendram, dado que não se constitui em uma peça técnica e/ou pedagógica simplesmente, mas em um elemento normatizador de relações sociais que não se limitam aos muros das escolas (ALEM, 2012, p. 4).

As questões curriculares postas nos anos 80 e 90 quanto a um novo modelo curricular são evidências que acontecia uma transformação na educação brasileira no momento em que a Lei foi estabelecida em Porto Seguro, mas não são garantias de uma mudança efetiva na sala de aula. Segundo Fagundes (2006), em fins da década de 90, uma importante contribuição para a disseminação do ensino de história local no Brasil veio com os Parâmetros Curriculares Nacionais. Em outras palavras, trazendo informações legais e uma apreciação sobre a emergência da história local no currículo, o autor coloca que

[...] Mesmo determinando que o currículo do ensino fundamental deve ter uma base nacional comum e que ao educando deve ser oportunizado a *formação comum* indispensável ao exercício da cidadania, a LDB de 1996, em seu Artigo 26, prevê na parte diversificada que os estabelecimentos escolares considerem “[...] características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela” (BRASIL,1996). Ou seja, os elementos característicos da localidade deverão ser ressaltados a partir da parte diversificada do currículo, cuja definição é de responsabilidade de cada escola.

Além de apontar a diversidade da sociedade brasileira como um valor a ser considerado, os Parâmetros reconhecem a autonomia intelectual, pedagógica e política dos professores e das instituições de ensino. Essas condições são fundamentais para que a história local possa vir a se colocar como uma alternativa coerente e viável, pois a falta de autonomia tem contribuído para que professores e instituições de ensino, comodamente, assumam posturas com história de tipo nacional (FAGUNDES, 2006, p.143).

Poderíamos atribuir aos debates que deram origem aos Parâmetros uma justificativa para a iniciativa local de introduzir o estudo da História de Porto Seguro no currículo. Nessa perspectiva, reconhecendo a autonomia intelectual, pedagógica e política dos professores e das instituições, o texto abre a oportunidade para essa introdução. Todavia, os dados que obtivemos de nosso colaborador e dos documentos analisados não nos aproximam desse pretexto e entendemos aqui que o texto do PCN estava longe das motivações do prefeito ao implantar a Lei nº 236/96 no currículo municipal.

Diferente da mudança feita no período de redemocratização no Brasil, em que verificamos a extinção dos Estudos Sociais do currículo e a volta da História e da Geografia, de maneira que podemos colocar como resultado da luta de professores e sociedade civil que denunciavam seu caráter ideológico, bem como criticavam a formação de professores em licenciaturas curtas (ALEM, 2012), outras alterações feitas no currículo de História são alvo de reprovação justamente por não contar com debates mais populares.

Nathalia Alem, em seu estudo sobre as *Diretrizes* (BAHIA, 1995), que teve como *locus* o município de Eunápolis-BA¹³, município fronteiriço a Porto Seguro, entrevistou alguns docentes e evidenciou a perspectiva dos diferentes atores no processo de construção de novos modelos curriculares nas décadas de 80 e 90. Dito isto, a autora percebeu as divergências devido ao papel desempenhado por cada um no processo, “aqueles que participaram, direta ou indiretamente, da sua construção, ou representavam o Estado, terminaram por apontar a participação dos diferentes atores em algum momento do processo, até como uma forma de legitimá-lo” (ALEM, 2012), já os professores que não estavam no papel de representantes diziam não ter participado da elaboração e, muitos deles, narravam que recebiam o documento sem a devida orientação. Essa desarmonia das narrativas é uma característica já preliminarmente concebida pelo pesquisador nos trabalhos de análise da oralidade, de forma que a memória tem suas nuances e o lugar de

¹³ O município de Eunápolis (BA) foi criado pela Lei Estadual 4770/1988 e está localizado no sul baiano. Distancia-se 63,7 km de Porto Seguro. Ver: [IBGE | Cidades@ | Bahia | Eunápolis | Panorama](#).

fala influencia a narrativa dos entrevistados. Nas nossas entrevistas isso deve ser também levado em consideração.

Entretanto, essa estratégia de construção de propostas, leis, parâmetros que estabelecem novos currículos para serem adotados sem a participação dos professores e até sem as capacitações necessárias para implementá-las, tem sido duramente criticada por muitos profissionais da Educação que, apesar de estarem intimamente ligados com a prática da sala de aula, são privados das decisões que visam alterar o seu trabalho por meio de documentos oficiais. Neste aspecto, isso acaba até desmotivando a incorporação das mudanças propostas quanto à sua prática. Com os Parâmetros Nacionais, por exemplo, aconteceu o mesmo, assim como com os documentos estaduais e até com a BNCC mais atualmente – sendo este último apesar da consulta pública ser malvista pela falta de diálogo direto entre gestores e educadores. Na sua concepção e implementação, Calil (2015) expõe que

A consulta pública é feita através de questionário fechado, nos moldes de pesquisa de “satisfação do cliente”, onde para cada conteúdo cabe apenas responder “concordo fortemente”, “concordo”, “sem opinião”, “discordo” e “discordo fortemente”. Tal formato impede a discussão, problematização ou crítica dos pressupostos gerais da área e seus eixos constitutivos (a única possibilidade aberta é a proposição de “novos objetivos” (CALIL, 2015, p. 40, aspas do autor).

Alem (2012), em seu trabalho de análise das Diretrizes (BAHIA, 1995), conclui que:

As discussões e propostas contidas nas Diretrizes (BAHIA, 1995) são resultado dos embates e concepções que vigoravam durante a década de 1990, na Bahia e no Brasil, cujo conteúdo as aproxima de uma proposta curricular crítica, comprometida com as mudanças sociais e formação para a cidadania. Entretanto, no seu processo de constituição, não se efetivou o envolvimento e participação de todos os atores que iriam implementá-las. Desse modo, apresentam-se incongruentes, o que as compromete como proposta (ALEM, 2012, p.13-14).

Embora não haja garantias, um estudo sobre a História de uma disciplina deve passar pela análise das leis e normativas que a compõem. A Legislação referente à HPS é parca e nossa investigação fica incompleta devido às lacunas em questão, mas os elementos que temos nos convidam a interpretar os dados e constar que, no âmbito municipal, mesmo passados os 25 anos de efetivação da Lei, a disciplina HPS ainda é uma disciplina sem estabilidade.

Quanto à HPS, é importante mencionar que ela foi primeiramente implantada pela iniciativa do gestor público que, ao mesmo tempo, estabeleceu uma comissão para produção de material didático, de forma que, provavelmente, o faria somente depois de reuniões, pesquisas e consensos. Ademais, com o passar do tempo, poucas decisões foram tomadas no sentido de produzir um currículo formal para a disciplina, sendo que cada professor acabou por criar seus programas de forma descentralizada. Nesse sentido, nosso colaborador, testemunha dos acontecimentos naquele período, questiona:

[...] e como é que ia trabalhar com essa disciplina? Não havia uma produção de conhecimento, não havia um livro, não havia formação para o professor. E aí os professores começam a cada um na sua escola criar programas que eram totalmente distintos um do outro, então se houvesse uma reunião de professores de História de Porto Seguro iria perceber que cada um estava trabalhando [de forma] totalmente diferente, a seu próprio modo (SILVA, 2021).

No estudo de uma disciplina escolar, é necessário ficar atento, principalmente, à proposta curricular. Em HPS, uma proposta formal não foi consolidada efetivamente e os critérios de estudo e análise ficam ainda deformados, uma vez que se faz necessário um estudo caso a caso. Santos (1995) diz que

[...] De acordo com Ivor Goodson, os conflitos na definição do currículo escrito oferecem uma evidência visível, pública e documentada da luta contínua sobre as aspirações e propósitos da escola. Segundo ainda este autor, o currículo escrito mostra os interesses e influências que atuam no nível das formulações das políticas educacionais e, além disso, ele estabelece parâmetros para a realização da prática pedagógica. No entanto, é importante considerar que existe uma diferença entre o currículo formal (escrito) e o currículo real (prática de sala de aula). Entretanto, o estudo da história de uma disciplina não pode considerar apenas o que ocorre em sala de aula, o que levaria a uma visão muito restrita e mesmo deformada sobre o desenvolvimento da disciplina (SANTOS, 1995, p. 64).

Desse modo, de acordo com a narrativa de nosso colaborador, Prof. Dr. Geovani Silva, sobre as dessemelhanças no trabalho dos docentes de HPS, podemos perceber que os parâmetros para a realização da prática pedagógica da disciplina História de Porto Seguro, naquele momento, eram pouco definidos. A prática da sala de aula ficava, assim, sem direcionamento. A análise das entrevistas feitas com os docentes selecionados que será exposta em capítulo específico aponta que isto é uma das queixas da maioria dos professores que lecionam HPS. Segundo Silva (2021), uma das primeiras tentativas de se pensar um currículo para a disciplina foi na década de 90, mas o experimento não teve

sucesso. Para o autor:

A gente passa 97 sem currículo, 98 sem currículo, 99 a gente ensaia um currículo para os primeiros anos, pro sexto e sétimo ano porque se pensava muito: Esse currículo vai ser como? E aí eu que começo inclusive essa discussão com os professores de História, que trabalhando na Secretaria a gente vai pensar: como que a gente vai fazer? Vai fazer uma história temática pensando em vários temas para discutir em Porto Seguro? Vamos dizer assim, a população, os índios, o trabalho, a participação dos negros escravizados ou livres na composição da cidade. Mas aí não chegamos a tema nenhum. Porque na época havia uma preocupação muito maior em contar a história antiga de Porto Seguro por conta dos 500 anos. Então, havia toda uma preparação para os 500 anos, então era muito melhor pensar na tal da epopeia. Então, vamos pensar muito na figura do colonizador, então aqui é o palco do “descobrimento”, aqui é a terra mãe. Então vai reafirmando toda essa história europeizada e colonial em torno dessa história de Porto Seguro (SILVA, 2021).

Acrescenta, ainda, no relato as desavenças geradas entre os professores de História e HPS devido à falta de um currículo formal, de debates e consensos entre esses profissionais que atuam na mesma área.

E aí tem um problema muito sério, porque os historiadores começam a peitar o professor de HPS: pera aí, porque que você está entrando no meu assunto? Porque ele tá trabalhando com isso? Ah não, é a chegada dos portugueses, é a preparação dessa chegada, é a briga com os espanhóis, e aí vem processo de navegação, chega a Porto Seguro. Então repetia tudo aquilo que história *tava* trabalhando. E aí começa um problema muito sério nesse sentido. Então, 99 começa esse ensaio, 2000 desenvolve, começa a desenvolver mais linhas temáticas para se trabalhar em HPS e aí perde de vista porque muda de governo. Então, volta tudo para a estaca zero novamente (SILVA, 2021).

Segundo nosso colaborador, Prof. Dr Geovani Silva, naquele momento houve até uma iniciativa do Poder Público de se produzir discussões a respeito do currículo de HPS, mas foi interrompida pela mudança na administração municipal. Ademais, tivemos no período a comemoração dos 500 anos do “Descobrimento do Brasil” e os conteúdos sobre a história de Porto Seguro como um todo foram solapados apenas por essa temática. Nesse sentido, ao pensar nas mudanças curriculares causadas por eventos sociais e políticos, Luíciola Santos (1995) cita o autor Herbert M. Kleibard e afirma que

Segundo este autor, por um lado, é possível se perceber que no campo do currículo diferentes idéias disputam prestígio e aceitação, mas não conseguem se impor sozinhas. Por outro lado, parece claro também que os eventos sociais e políticos não definem por eles mesmos a direção do currículo. O que uma análise mais apurada tem mostrado é que

eventos políticos e sociais tornam plausíveis ou implausíveis certas idéias já existentes em um campo do currículo. Desta forma, por exemplo, não foi o lançamento do Sputnik em si mesmo que provocou mudanças no currículo, mas este fato fortaleceu certas idéias e enfraqueceu outras que já circulavam neste campo. Em decorrência disto, no estudo de uma matéria ou disciplina escolar é importante verificar quais são as propostas para o ensino da área, envolvendo conteúdo e método, bem como os eventos que estariam propiciando a hegemonia de determinada tendência em períodos e locais definidos (sic) (SANTOS, 1995, p. 62).

O município de Porto Seguro é considerado e lembrado como palco do “Descobrimento” por ter sido a região de chegada dos portugueses, em 1500, sendo este episódio bastante importante para nossa História e é muito explorado pelo turismo na região. A região faz parte do Museu Aberto do “Descobrimento”¹⁴ e alguns dos trechos são tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 1973, sendo valorizados como patrimônio histórico. Já a Costa do “Descobrimento” foi reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Natural da Humanidade desde 2000.

A Cidade Alta ou Cidade Histórica¹⁵ é tida como um Museu a céu aberto, todo ano é comemorado a Semana do “Descobrimento”, e o Centro Histórico de Porto Seguro é palco de diversas manifestações culturais e artísticas, incentivadas pela Prefeitura. Logo na entrada de Porto Seguro, encontramos no local do Portal da cidade o *slogan* com os dizeres: “Aqui nasceu o Brasil” ou “O Brasil nasceu aqui”, ou mesmo “Nasci em Porto Seguro. Meu nome é Brasil”, alterado conforme a mudança de gestão política, mas sempre reforçando a ideia de que o nascimento do país se deu com a chegada dos portugueses nesta região em 1500, de forma a atrair uma visão equivocada sobre a História do Brasil. No momento atual, como podemos ver na figura 2, o slogan é: “Porto Seguro: O Brasil nasceu aqui!”.

¹⁴ O Museu Aberto do “Descobrimento” foi criado pelo Decreto nº 1.874 de 22 de abril de 1996. Sua diretriz estratégica visa conservar, promover e explorar por meio do turismo qualificado os elementos históricos, culturais e naturais do sítio, sempre com a participação das comunidades residentes. Fonte: ARANTES. A. Museu Aberto do Descobrimento: guia cultural. Campinas, 2001.

¹⁵ Ver figura 3 na p. 46.

Figura 2: Portal da Cidade



Imagem do Portal da Cidade na BA-001 após a última revitalização concluída em 2021. Fonte: PMPS, 2021.

Figura 3: Centro Histórico de Porto Seguro



Imagem da Cidade Alta de Porto Seguro. Em primeiro plano, o Marco do “Descobrimento” e ao fundo (à direita), o atual Museu do “Descobrimento” e (à esquerda), a Igreja de Nossa Senhora da Pena, padroeira do Município. Fonte: Página do Facebook Centro Histórico de Porto Seguro, 2020.

A comemoração dos 500 anos do “Descobrimento” foi bastante aguardada e muito divulgada pelos meios de comunicação, o que influenciou e colocou o nosso colaborador,

professor Dr. Geovani Silva, nas discussões sobre a disciplina. Nas escolas, a *Semana do “Descobrimento”*¹⁶ também é sempre um momento aguardado e tornou-se a ocasião da culminância de projetos que tratam sobre o assunto entre os professores e alunos. A data do 22 de abril é feriado municipal em Porto Seguro e a temática do “Descobrimento”, geralmente divulgada levando-se bastante em consideração a versão europeizada, é alvo de críticas de professores de História ao poder público municipal. Consequentemente, isso gera debates a respeito da causalidade do “descobrimento” no território e sobre os conceitos de *chegada* x *invasão*. Como o conteúdo traz a possibilidade de uma análise sob a perspectiva local e também nacional, ao invés de atrair a possibilidade de uma ação pedagógica entre os professores das disciplinas de História e HPS, chegou ao ponto de ser objeto de desentendimentos profissional entre eles, conforme narrou nosso colaborador: “[...] pera aí, por que que você está entrando no meu assunto?”(SILVA, 2021).

Ainda que a disciplina HPS tenha sido criada para o currículo das escolas de todo o município, apenas a rede pública municipal acatou prontamente. A partir de 1997, a Lei entra em vigor e a disciplina passa a existir na matriz curricular das escolas municipais em todas as séries do ensino fundamental regular diurno. Já quanto à matriz curricular do turno noturno, naquele período considerada como ensino regular aceleração, atualmente compreendida como Educação de Jovens e Adultos (EJA), esta não consta. Devido ao EJA ser uma modalidade destinada ao público que não completou, abandonou ou não teve acesso à educação formal na idade apropriada ela fornece apenas as disciplinas base do currículo e, por isso, não contempla HPS que faz parte da parte diversificada. Quanto à matriz curricular do ensino fundamental diurno do ano de 1997/1998 consta, na parte de componentes curriculares diversificados, História de Porto Seguro em todas as séries e uma disciplina chamada Educação Ambiental nas 5^{as} e 6^{as} séries.

Nos anos de 1999/2000, observa-se a disciplina apenas entre os componentes curriculares das 5^{as} e 6^a s séries, tendo na parte diversificada também a disciplina de Educação Ambiental em todas as séries e uma disciplina intitulada de Educação para o Trabalho nas 7^{as} e 8^{as} séries. Entre 2001 e 2006, retira-se Educação Ambiental dos componentes curriculares do ensino regular diurno e mantêm-se as disciplinas História de Porto Seguro nas mesmas séries e Educação para o Trabalho nas 7^{as} e 8^a séries. Houve uma diminuição da carga horária total de 40 horas de 1999 para 2001, o que justifica a

¹⁶ Semana que compreende o dia 22 de abril, geralmente, marcada no calendário escolar.

retirada de uma disciplina. De acordo com nosso colaborador Prof. Dr. Geovani Silva, o componente curricular Educação para o Trabalho em Porto Seguro foi inserido devido às mudanças nas diretrizes curriculares nacionais. Assim, ele coloca que

Essa área educação para o trabalho era na verdade, uma área, um eixo temático ou um tema transversal era assim chamado no PCN que dizia o seguinte: que as escolas deveriam incluir no currículo como um todo esses eixos norteadores que eram chamados de temas transversais, o que que Porto Seguro entendeu? Que o eixo Educação para o Trabalho teria que ser traduzido pelo trabalho mais forte na cidade e aí, cria a disciplina Turismo e vai colocar no currículo essa disciplina (SILVA, 2021).

No documento da Matriz Curricular da Rede Municipal de Porto Seguro existe uma ressalva para Educação para o Trabalho, neste é afirmado que: “o estabelecimento de Ensino fará a opção na sua proposta pedagógica dos conteúdos a serem ministrados neste componente curricular”. A partir do ano de 2007, quando passa a existir a disciplina Turismo, vemos desaparecer Educação para o Trabalho do currículo municipal como se uma substituísse a outra, o que pode amparar a narrativa de nosso colaborador que diz que a disciplina Turismo foi criada conforme a ótica do trabalho mais intenso no município.

No ano de 2007, adequando-se à Lei nº 11.274/ 2006, sancionada pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, houve uma ampliação do ensino fundamental e uma modificação na nomenclatura. Em síntese, tratou-se do ensino fundamental, no qual, antes, denominava-se “séries” e, após esta supracitada lei, passa a ser definida por “anos”. Desse modo, com a ampliação o ensino fundamental passou a ter 9 anos, sendo que estes se dividiram em: Anos iniciais, atendendo à faixa etária de 6 a 10 anos de idade, com duração 5 anos; e Anos finais, atendendo à faixa etária de 11 a 14 anos de idade, com duração 4 anos. No portal do Ministério da Educação há uma justificativa para a alteração. Dito isto, na apresentação do Ensino Fundamental de nove anos podemos verificar que a motivação foi de “assegurar a todas as crianças um tempo mais longo no convívio escolar, mais oportunidades de aprender e um ensino de qualidade” (MEC, Portal MEC¹⁷).

Em Porto Seguro, o Conselho Municipal de Educação, conforme documento de 09 de março de 2007, acatou prontamente a mudança, mesmo tendo um prazo mais estendido estipulado para as modificações. Em relação às disciplinas da parte

¹⁷ Disponível em: [Apresentação - Ministério da Educação \(mec.gov.br\)](http://apresentacao.mec.gov.br) Acesso em 20/07/2022.

diversificada, conforme constatado na matriz curricular do fundamental II, dos 6ºs ao 9ºs anos, passa a existir também a disciplina Turismo para os 8ºs e 9ºs e a disciplina Diversidade Afrodescendente em todos os anos, mantendo-se a História de Porto Seguro nos 6ºs e 7º anos. A disciplina Diversidade Afrodescendente é, naquele momento, inserida no currículo municipal em atendimento à demanda da Lei 10639/06, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, incluindo a obrigatoriedade da presença da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Mais tarde, contemplamos a inclusão ao currículo a obrigatoriedade da temática indígena através da Lei 11645/08 e, em Porto Seguro, houve a integração por meio da alteração da disciplina “Diversidade Afrodescendente” para “Diversidade Afrodescendente e Indígena”.

Subsequentemente, verificamos as seguintes alterações na Matriz Curricular entre os anos de 2013 a 2015: a disciplina História de Porto Seguro passa a fazer parte da estrutura curricular de todos os anos do ensino fundamental II, juntamente com “Diversidade Afrodescendente e Indígena” na parte diversificada. Entre 2016 a 2018, não houve modificações no documento e, a partir de 2019, a parte diversificada do ensino regular do fundamental II passou a ter “Diversidade afrodescendente e Indígena” nos 6ºs e 7ºs anos, “História de Porto Seguro” nos 8ºs e 9º anos, “Leitura e Produção de texto” em todos os anos e “Ensino Religioso” em todos os anos.

Ainda no ano de 2019, a Resolução do Conselho Municipal nº 118/2019 alterou os anexos do documento anterior, a saber: a Resolução 041/2012 modificou a matriz curricular para os anos finais do ensino fundamental para as escolas do sistema municipal de educação que estão ainda presentes. As mudanças foram justificadas em seu art. 7º, em que se lê “As alterações estruturais da Resolução CME Nº 041/2012 deverão ser estruturadas associando-se a regulamentação da nova Base Nacional Comum Curricular – BNCC” (Conselho Municipal de Educação de Porto Seguro, 2019).

Tratando-se da disciplina “História de Porto Seguro”, dentre os documentos consultados, observamos que a primeira alteração da Lei Municipal 236/96 foi feita através da Lei Municipal nº 1038/12 de 19 de dezembro de 2012. O prefeito, no período empresário ligado à indústria do Turismo do município, sancionou a referida Lei que incluía “no currículo escolar do Primeiro Grau, para as turmas de 6ª a 7ª série, o conteúdo de Turismo Sustentável, dentro da disciplina, História de Porto Seguro, nas escolas de Porto Seguro, a partir do ano letivo de 2013” (PORTO SEGURO, 2012). No texto, ficou estabelecido que a Secretaria de Educação por meio do titular da pasta criaria uma comissão de 5 membros para “pesquisar, coordenar e elaborar, no prazo de 90 dias, o

compêndio relativo ao tema Turismo Sustentável, e posterior edição de livros e outros meios pedagógicos de divulgação” (ibidem). Diferente da Lei original, a nº236/96, a alteração não entraria em vigor no ano letivo subsequente e aconteceria após aprovação do programa do conteúdo pelos órgãos reguladores, no entanto, de maneira análoga à Lei nº236/96, o texto não justifica a mudança aprovada pelo Executivo.

Em 9 de julho 2013, através da Portaria nº 001/2013, o Conselho Municipal de Educação de Porto Seguro resolve criar uma Comissão Especial de Estudos Históricos e apresentar uma proposta de Regulamentação da Lei nº236/96. A Portaria previa a composição da Comissão com representantes da Secretaria Municipal de Educação, representante da Casa da Cultura Portuguesa de Porto Seguro, representante do Instituto Federal da Bahia (IFBA), representante da Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e do Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz. Curiosamente, quanto à composição desta comissão não havia nenhum profissional atuante no ensino de História de Porto Seguro nas escolas. Considerar os professores como apenas implementadores de decisões alheias, e não os considerar como parceiros ou promotores nas tomadas de decisões que afetam sobremaneira sua prática, não transforma a qualidade social da escola.

Embora tenha sido uma iniciativa formal de se estabelecer uma proposta de regulamentação da Lei nº236/96 que refletisse em realizar um diagnóstico da experiência dos profissionais envolvidos, em definir uma política curricular com ementas dos conteúdos para o ensino tendo em vista as discussões contemporâneas sobre o ensino de História Local e as novas determinações legais curriculares (PORTO SEGURO, 2013), a comissão não trouxe em seu interior nenhum profissional atuante no ensino de HPS nas escolas municipais. Alguns de seus membros eram, sim, professores pesquisadores da temática local nas Universidades com pesquisas de mestrado e/ou doutorado voltadas para a História Colonial de Porto Seguro, sendo apenas um deles também professor de História do município, não especificamente atuando com HPS. Contudo, a participação das instituições acadêmicas é salutar, visto que a produção historiográfica sobre a temática contribui para a formação dos profissionais atuantes na sala de aula e trazem inovações. Segundo Bittencourt (2000)

[...] nessas propostas nota-se a interferência de especialistas da área, com uma participação mais efetiva das universidades. Em todas elas as justificativas para uma nova proposta ocorrem em face das novas concepções de História, criticando os paradigmas da História

denominada positivista, em especial, quanto a concepção de tempo linear e evolutivo (BITTENCOURT, 2000, pág. 153 *apud* ALEM, 2012, p.7).

Em conformidade com Bittencourt, consideramos que a atuação de especialistas nesse processo é de extrema importância. A pesquisa acadêmica em desenvolvimento constante contribui para as reestruturações e inovações do conhecimento histórico que devem constar na atuação dos docentes, que orientam uma disciplina do ensino básico, e a parceria com a universidade certamente é benéfica para todos os envolvidos no processo de aprendizagem.

A Comissão Especial atuou com processos de formação dos professores de HPS, tendo realizado alguns encontros no período de ação, de modo que propôs uma organização curricular para a disciplina que foi distribuída entre os professores que participaram dos encontros e nas escolas. Em conversas informais com alguns de seus membros, os mesmos relataram que produziram um relatório, uma proposta curricular e orientaram a produção de material de apoio aos professores, mas que não saberiam dizer se o material chegou a ser implantado. Acerca disso, procuramos o material, mas infelizmente só nos foi disponibilizado a proposta curricular que foi enviada para as escolas. Os outros não foram disponibilizados pela Secretaria e nem pelos membros contactados, de maneira que não sabemos de seu conteúdo ou mesmo da existência material.

A proposta curricular para a disciplina HPS¹⁸ que analisamos não estava assinada, todavia, segundo nossos colaboradores, é fruto do trabalho dessa comissão. O documento traz um pequeno texto introdutório, os objetivos de aprendizagem, conteúdos, bibliografia e sugestões de filmes. No texto introdutório, lê-se:

A disciplina HPS (História de Porto Seguro), tem como princípio fundamental trabalhar os contextos sociais e morais da sociedade. Visando estabelecer aspectos direcionados a cultura, pois é preciso abordar sobre a História de Porto Seguro, em especial, a história local. Para que assim, o sujeito possa estudar o espaço específico e suas relações sociais. Por isso, é importante estabelecer o contato direto com os elementos direcionados a sociedade, que contribui na construção da identidade local, principalmente na riqueza cultural e natural da cidade. Tornando-se o aluno crítico, diante das relações e sensações direcionadas a realidade Histórica (PORTO SEGURO, sem data).

¹⁸ Ver anexo 5.

A importância da História Local intimamente ligada à construção da identidade é frisada e o conhecimento do espaço específico e das relações sociais são tidas como necessárias à formação de um aluno crítico diante da realidade. São capacidades que estão relacionadas ao conhecimento histórico, mas que para ser adquiridas pelos estudantes requer uma metodologia de ensino menos conservadora e um esforço dos professores.

Os objetivos da aprendizagem, para cada modalidade de ensino, são detalhados na proposta. Diante disso, com referência ao âmbito local, observa-se a preocupação com a valorização e preservação do patrimônio histórico, com o conhecimento do processo histórico no período colonial e atual, o estabelecimento de semelhanças e diferenças entre passado e presente, rupturas e continuidades, o conhecimento dos aparelhos turísticos numa perspectiva histórica e outros. Os objetivos são como um todo condizentes com o ensino da História Local e alguns dos conteúdos elencados levam em consideração temas de trabalhos acadêmicos já divulgados que têm a temática voltada para Porto Seguro e demais localidades adjacentes.

Como analisa a disciplina escolar enquanto parte integrante da cultura escolar, Bittencourt (2009) ressalta que a dinâmica das disciplinas escolares é diferente das suas ciências de referência, ou seja, a seleção de seus conteúdos depende de finalidades específicas, de interesses próprios da escola e do papel desempenhado na sociedade letrada e moderna, bem como a articulação entre as disciplinas escolares e as acadêmicas é complexa, não podendo ser entendida “como o um processo mecânico e linear, pelo qual o que se produz enquanto conhecimento histórico acadêmico seja (ou deva ser) necessariamente transmitido e incorporado pela escola” (BITTENCOURT, 2009, p. 49).

Na BNCC (2018), documento normativo mais recente produzido pelo Ministério da Educação (MEC), que define o “conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais” (BRASIL, 2018, p.7) comuns aos estudantes do Brasil, verificamos que na etapa do ensino fundamental poucas mudanças foram promovidas relacionadas ao ensino de História Local, dentro das competências específicas para o ensino de História, tendo em vista que nos anos iniciais a ênfase é dada “na compreensão do tempo e do espaço, no sentido de pertencimento a uma comunidade”. Já nos anos finais do ensino fundamental, a ênfase está na “mobilidade das populações e suas diferentes formas de inserção ou marginalização nas sociedades estudadas”, (BRASIL, 2018, p.417). A concepção de aprendizagem baseada nos círculos concêntricos continua presente e acaba existindo uma certa ruptura com o local quando o aluno passa para o 6º ano. Assim, considerando apenas

as competências específicas, o risco de o professor de História trabalhar o local apenas na etapa inicial do ensino fundamental é grande.

No entanto, a autonomia das escolas e redes de ensino ainda é um princípio verificado quando, no texto, se reconhece uma identificação com os princípios e valores que orientam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). Em suma, tal Lei ressalta que “As competências e diretrizes são comuns, os currículos são diversos” (BRASIL, 2018, p.11). Os currículos devem ter uma base nacional comum, de maneira que esta deve ser complementada por uma parte diversificada que “tenha relação com as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos” (BRASIL, 1996 apud BRASIL, 2018, p.11). Dessa forma, a História Local pode e deve continuar sendo um conteúdo ou método trabalhado nos anos finais em consonância com as habilidades e competências que podem ser adquiridas através dela.

Ao levarmos em consideração que a maioria dos municípios não tem uma disciplina que trata especificamente da História Local em seus currículos, precisamos refletir em como, sob a luz, da BNCC podem ser trabalhados às questões concernentes ao local no componente curricular História. Em Porto Seguro, a disciplina HPS tem essa função e geralmente aos professores do componente curricular História ficam a tarefa de trabalhar os conteúdos, digamos, mais “gerais” e se descomprometem da articulação com o local, salvo exceções. Uma parceria maior entre esses profissionais da mesma área é salutar, pois a articulação entre o mundial, nacional e local precisa estar presente no ensino- aprendizagem. A construção de nosso produto levará em consideração esse fator.

Apesar da aparente autonomia que é dada ao professor, o texto da BNCC, assim como de outros documentos normativos, acaba por estabelecer uma conduta geral a todos os professores e também às editoras que irão produzir os materiais com a influência da base, tornando o ensino cada vez mais padronizado. Geralmente, os professores usam o livro como referência e o círculo vicioso está formado. Além disso, o próprio texto apesar de dizer “respeitar a autonomia dos entes federados” (BRASIL, 2018, p. 21) diz que” por se constituir em uma política nacional, a implementação da BNCC requer, ainda, o **monitoramento** pelo MEC em colaboração com os organismos nacionais da área – CNE, Consed e Undime” (BRASIL, 2018, p. 21, grifo nosso). Então, as críticas ao documento em questão são salutares, de modo que debates em torno de sua apropriação são necessários.

Além disso, sabemos que os objetivos da aprendizagem e os conteúdos são fundamentais no processo de ensino aprendizagem, mas não podemos esquecer da necessidade de que o tratamento dado a eles deve ser bastante debatido entre os profissionais do ensino, isto é, levando em consideração o contexto e as características dos alunos. Na BNCC (2018) isto está posto como “currículo em ação”. O documento estabelece que as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica “só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação” e que “são essas decisões que vão adequar as proposições da BNCC à realidade local, considerando a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos” (BRASIL, 2018, p.16) Com isso, temos ações de contextualização dos conteúdos de ensino, tornando-os mais significativos com base na realidade do lugar e envolvendo a participação das famílias e de toda a comunidade escolar.

Fizemos entrevistas com alguns profissionais atuantes com o ensino de HPS que será exposta no terceiro capítulo do trabalho, no qual vamos perceber o curso que o currículo da disciplina está tomando na prática. Dentre esses professores colaboradores selecionados, muitos deles narram que a proposta curricular da disciplina foi elaborada e enviada sem um debate próximo com os profissionais que estavam no “chão da sala de aula” e que ainda não supriu a necessidade dos docentes. Entretanto, sendo ou não criticada, a iniciativa foi uma entre poucas nesse processo de desdobramento da Lei nº 236/96. Neste aspecto, foi a primeira vez que o Poder Público por meio do Conselho Municipal de Educação do município toma providências mais concretas a respeito da disciplina HPS e produz um material que, embora não preencha todas as lacunas, foi o primeiro com a função de orientação aos professores que atuam no ensino da disciplina.

Na análise das narrativas dos professores colaboradores feita caso a caso, percebemos que essa proposta curricular elaborada foi enviada para algumas escolas, mas até hoje existem professores que a desconhecem. Ademais, outros professores ainda dizem que ela não especifica onde encontrar os conteúdos que estão ali arrolados, de maneira que o currículo real da disciplina é diverso do escrito. As mudanças políticas do município atrapalham, e muito, o andamento de projetos como esse e o que se inicia em uma gestão não é finalizada na outra, ou seja, não dando prosseguimento a questões fundamentais que poderiam reduzir as dificuldades do ensino, por exemplo.

1.1 O Turismo como disciplina no currículo municipal

A falta de material didático é constantemente evocada como um empecilho para o ensino pelos professores da disciplina História de Porto Seguro. Sobre as dificuldades ao longo dos anos com a disciplina nas escolas, nosso colaborador Silva (2021) nos conta que no começo as ausências de um currículo, de material didático e de formação para o professor trouxeram muitas divergências, sendo que os professores criavam programas para trabalhar com a disciplina de forma individualizada. Também, houve ainda um período em que a solução para esta lacuna foi preenchida com a introdução do Turismólogo para lecionar a disciplina. Sobre isto, o professor Dr. Geovani diz que

[...] era muito complicado porque era do sexto ao nono ano, uma aula por semana, apenas uma aula por semana. Os professores não eram professores de História porque quem fazia o concurso, quem trabalhava era qualquer professor então repartia a disciplina para que fosse complemento de carga horária. Então era o professor de Português, de Matemática, qualquer professor pegava mais duas de HPS, mais uma de HPS. Então o currículo, na verdade, ele começou a ficar... é ... praticamente inexistente. Eram textos prontos, aquilo que o outro achava que deveria trabalhar e eles iam trabalhando com aquilo ali. Chegou o momento que não havia é... como posso dizer, preocupação pela formação e aí chega um momento que decidiram que era o turismólogo que tinha mais competência para trabalhar. Então da cabeça do negócio né... então eles disseram assim: o Turismo, o turismólogo ou guia de Turismo é aquele que guia na cidade, que conhece a cidade, logo é ele vai trabalhar com HPS e (nome da Secretaria) na sua primeira gestão ela faz seu primeiro concurso para professor de HPS. E o professor de HPS era o Turismólogo, então ele vai se efetivar, os primeiros professores de HPS mas sem licenciatura, era um bacharel em Turismo (SILVA,2021).

Com o propósito de elucidar os efeitos negativos da introdução do Turismólogo para o desenvolvimento da disciplina, Silva (2021) ilustra os resultados

Quando esse bacharel em Turismo chega na escola, que muitos deles nem era guia, nem era de Porto Seguro, então foi muito pior para fazer o trabalho com HPS né. Porque ele não conhecia a cidade. Acho que se houvesse uma produção científica sobre Porto Seguro, que já havia, mas havia muito pouco na época, aí seria mais fácil para pensar um currículo. Mas nem havia produção e nem havia formação desse professor que era formado em Turismo para ir trabalhar. Então ele trabalhava coisa da cabeça dele. Tinha a disciplina Turismo e a disciplina HPS e ele foi concursado para as duas disciplinas e ele misturava as coisas né. Então tratava o Turismo como negócio colocando Porto Seguro como um dos maiores polos do mundo, do

Brasil e na carona falava das praias dos entretenimentos né, muito mais da história recente de Porto Seguro do que uma história mais antiga (SILVA,2021).

O concurso a que se refere o nosso colaborador é o de 2007¹⁹, em que foram abertas vagas para as disciplinas da parte diversificada HPS, Turismo e Diversidade Afro Descendente e Indígena, em que o requisito para a investidura no cargo poderia ser a formação em História, Turismo ou Sociologia. No edital, diferente das outras disciplinas como História, Geografia e Português não foi listado o conteúdo programático para estudo do candidato e não sabemos qual conteúdo foi cobrado a esses candidatos na prova. Muitos profissionais sem licenciatura foram admitidos no período nestas vagas e quando foram atuar nas escolas lecionavam tanto História de Porto Seguro quanto Turismo, o foco dado por eles nas disciplinas era, segundo nosso colaborador, o Turismo propaganda.

Como professora do município fui admitida também através desse concurso, porém, para lecionar a disciplina História. Fui admitida somente em 2009 e quando comecei a atuar nas escolas designadas, a impressão que tive era de que a disciplina HPS era a mesma de Turismo. Em outras palavras, falava-se muito em HPS e Turismo como uma disciplina só. Eu, assim como muitos na escola, não percebia que existia duas disciplinas autônomas, pois era o mesmo profissional que lecionava as duas, contudo, na matriz curricular²⁰ HPS era direcionada aos 6ºs e 7ºs anos e Turismo aos 8ºs e 9ºs anos, mas sendo o mesmo profissional que atuava, pelo menos nas escolas em que eu trabalhava, o conteúdo das duas se misturava ao ponto de pensarmos que era apenas uma disciplina.

Seguindo essa mesma lógica, a partir de 2013, a disciplina Turismo passa a não ser mais vista nos documentos da matriz curricular do ensino fundamental. No entanto, a sustentação da intenção de manter a disciplina nas escolas ainda pode ser sentida na Lei nº1038/2012, em que é incluído no currículo escolar o conteúdo de Turismo Sustentável, também dentro da disciplina História de Porto Seguro. Quanto a isto, nosso colaborador nos esclarece que a inclusão de Turismo no currículo se deu mediante ao atendimento às mudanças nas diretrizes curriculares da educação básica e nos alerta que Turismo “Sustentável” não existia pragmaticamente dentro dos currículos

¹⁹ Consultar o edital nº002/2007 em: [Prefeitura de Porto Seguro - BA \(pciconcursos.com.br\)](http://Prefeitura de Porto Seguro - BA (pciconcursos.com.br)) Acesso em 02/04/2021.

²⁰ Ver Matriz Curricular em anexo 6.

Não tinha Turismo Sustentável não, era só Turismo mesmo. A disciplina era Turismo. Antes a disciplina era só HPS, aí depois tem uma mudança. *Num* é nem uma mudança em Porto Seguro, tem uma mudança nas diretrizes curriculares da educação básica e já nos próprios parâmetros curriculares nacionais já tinha uma linha que era Educação para o Trabalho. Essa área educação para o trabalho era na verdade, uma área, um eixo temático ou um tema transversal, era assim chamado no PCN que dizia o seguinte: que as escolas deveriam incluir no currículo como um todo esses eixos norteadores que eram chamados de temas transversais. O quê que Porto Seguro entendeu? Que o eixo Educação para o Trabalho teria que ser traduzido pelo trabalho mais forte na cidade e aí, cria a disciplina Turismo e vai colocar no currículo essa disciplina. Mais uma também sem diretriz, sem discussão, sem debate e aí ela vem novamente e entra no currículo sem o básico (SILVA, 2021).

O trabalho com temas transversais citado está presente nos PCN (1998) e pressupõe um tratamento integrado das áreas. Assim, a orientação é que sejam trabalhados em todas as disciplinas, ou seja, “os temas transversais que compõem os Parâmetros Curriculares Nacionais são Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual e Trabalho e Consumo” (BRASIL, 1998, p. 65). No documento é apontado que os temas podem ser adaptados para as necessidades de cada região e/ou escola e, além das adaptações, podem ser alterados em subtemas ou temas locais (BRASIL, 1998). No tema “Trabalho e Consumo”, a finalidade é “indicar como a educação escolar poderá contribuir para que os alunos aprendam conteúdos significativos e desenvolvam as capacidades necessárias para atuar como cidadãos, nas relações de trabalho e consumo” (BRASIL, 1998, p. 68). A proposta tem potencial de aproximar a escola da realidade vivida pelos estudantes, assim, eles teriam uma aprendizagem mais significativa e poderiam perceber-se como sujeitos mais ativos da História. No entanto, da forma como foi posto no currículo do município, esses objetivos não seriam capazes de ser alcançados.

Questionado sobre a contribuição do Turismo para a comunidade local, o professor Dr. Geovani acrescenta

[...] era uma disciplina altamente tecnicista né, então era para falar de quê? Era muito mais propaganda dos equipamentos turísticos de Porto Seguro do que algo para pensar o Turismo enquanto um...é... uma forma sustentável de trabalho e de produção de riqueza, é... pensar o Turismo enquanto uma forma de exploração do sujeito, pensar o sujeito enquanto aquele que sustenta o Turismo da cidade. Então não tinha isso, era falando dos equipamentos: as barracas, as praias, a *num* sei que lá mais, quantos hotéis, a capacidade, então era uma disciplina que não contribuiu com muita coisa não (SILVA, 2021).

Uma das evidências que justificariam a criação de uma disciplina específica sobre o Turismo na estrutura curricular de Porto Seguro e, talvez, a abertura de vagas em concurso público para Turismólogos, seria uma associação com o curso de Turismo do campus Eunápolis²¹, autorizado por Decreto em 17 de julho de 1986. Dito isto, podendo haver, neste caso, uma certa articulação e/ou a própria característica do município que o tem como principal atividade econômica.

Nesse sentido, sendo o Turismo a principal atividade econômica do município de Porto Seguro, seria um erro afastá-lo da História, mas a preocupação demonstrada por nosso colaborador é extremamente pertinente, uma vez que as oportunidades que a educação deve abrir para o educando devem ir além da obviedade de um mercado de trabalho que garanta apenas a manutenção das desigualdades sociais. O Turismo deve ser, sim, trabalhado, mas de forma que ajude o educando a tomar consciência do papel de cada um dentro dessa economia e da sociedade. Os temas transversais dos parâmetros precisariam ser trabalhados levando em consideração as diferenças que abrangem o território brasileiro e as questões sociais. Temas como o desemprego, a exploração, os direitos devem ser postos em pauta na escola. Para fazer propaganda do Turismo já temos um setor responsável e eficiente.

1.2 História de Porto Seguro é História

Após as últimas alterações na disciplina HPS, feitas pela Secretaria de Educação no ano de 2009, foi assentado duas horas semanais de aulas de HPS concentradas nos 8ºs e 9ºs anos, e também se passou a promover que apenas Licenciados em História trabalhassem com a disciplina nas escolas. Essa exigência, semelhante à meta estipulada pelo Plano Nacional de Educação (PNE) que almejava que todos os professores da educação básica tivessem formação específica de nível superior em curso de licenciatura, na área de conhecimento em que atuam até 2020, fez com que muitos dos professores sem essa formação buscassem uma Licenciatura. Os professores que tinham apenas a formação em Turismo e que entraram pelo concurso de 2007 fizeram a complementação em alguma Licenciatura como História e Geografia, de modo que hoje atuam com uma base mais sólida na sala de aula.

²¹ O município de Eunápolis está localizado no sul baiano e a distância de Porto Seguro são 63,7 km pela BR-367.

O Prof. Dr. Geovani é um dos que defende que apenas licenciados em História lecionem a disciplina HPS em sala de aula. Além disso, o professor supracitado ainda salienta que, se os professores ficarem esperando um currículo pronto e perfeito da Secretaria, essa espera será eterna. Desse modo, ele, como coordenador de área atuante na Secretaria na última gestão, e como doutor em Educação, entende que pensar um currículo para a disciplina HPS é função dos professores de História. Assim, ainda coloca que

[...] A gente tem na Secretaria técnicos que são pedagogos, como é que um pedagogo pode pensar, por mais que ele pode ajudar num método e tal, mas como é que ele pode pensar um currículo de História Local? [...] O que que aconteceu nesse movimento nos últimos dois anos? Se construiu um conjunto de objetivos de aprendizagem: o que se espera para HPS do oitavo e para HPS do nono. Então agora é: o professor pegar esses objetivos que, inclusive tá em análise, olha-los e elaborar uma proposta curricular e entender que HPS é uma disciplina do professor de História e de mais ninguém. Porque ela foi do professor de Matemática, de Inglês, todo mundo completava carga horária com HPS. É tanto que em 2019 quando a gente estava trabalhando na Secretaria a gente falou não, a partir de agora acabou, só quem trabalha com HPS é o professor de História. Eles diziam assim: a não fulano mora aqui há tanto tempo, fulano foi guia, fulano conhece. Não basta mais. E a historiografia de HPS quem é que vai fazer? Trata-la com mais cientificidade, com um método porque a História local tem método e eles estavam apenas brincando de contar História de Porto Seguro: ah era assim, era aquilo outro, então, acho que é isso, os professores (de História) assumirem e dizerem: Eeepa!!! (SILVA, 2021).

Embora tenhamos que estar atentos e não estabelecemos que o conhecimento escolar é único e diretamente resultado das suas ciências de referência, estabelecendo com isso uma hierarquia de conhecimentos, é preciso entender que a História, seja ela local ou não, possui um método e que a aprendizagem histórica, em sala de aula, para ser mais significativa deve apresentar o método histórico ao aluno. Já o professor especialista, este seria sim o profissional mais apto a essa tarefa, pois, segundo Bittencourt (2009) “deve-se considerar ainda que a ação docente não é um ato individual, mesmo que aparentemente o professor possa ficar isolado na sala de aula com os seus alunos. Sua ação é também coletiva e, talvez, aí resida seu maior poder” (BITTENCOURT, 2009, p.51).

Precisamos, portanto, considerar que a participação de agentes externos à escola também contribui para o conhecimento escolar, no caso, os moradores e guias de turismo são peças-chaves na produção desse conhecimento, de forma que a escola e os seus

sujeitos precisam estar atentos e se adaptados ao que é produzido fora dela. O conhecimento prévio do educando deve ser considerado, assim como toda uma cultura geral da sociedade. A partir disso, o professor orienta o aluno a buscar as fontes dessas informações, a investigá-las, confrontá-las. Em suma, o professor deve levar e ensinar ao aluno a buscar outras formas de conhecer e, assim, estimulá-lo a ir produzindo um conhecimento mais completo sobre determinado assunto. Desse modo, aqui consideramos que o conhecimento histórico escolar não é somente uma adaptação do conhecimento científico ao meio escolar e observamos que conteúdos e métodos são faces de uma mesma moeda.

Em decorrência da concepção de escola como lugar de produção do conhecimento, as disciplinas escolares devem ser analisadas como parte integrante da cultura escolar, para que se possam entender as relações estabelecidas com o exterior, com a cultura geral da sociedade. Conteúdos e métodos, nessa perspectiva, não podem ser entendidos separadamente, e os conteúdos escolares não são vulgarizações ou meras adaptações de um conhecimento produzido em “outro lugar”, mesmo que tenham relações com esses outros saberes ou ciências de referência (BITTENCOURT, 2009, p.39).

Assim, entendermos os fundamentos da disciplina no currículo municipal das escolas de Porto Seguro e estabelecermos a sua finalidade é essencial para garantir sua permanência no currículo. Estamos, dito isto, diante de uma disciplina que trata especificamente da História Local, mas que ainda carece de uma reflexão mais ampla sobre sua finalidade, conteúdos e métodos. É preciso que os professores de HPS analisem, com afinco, a proposta curricular elaborada pela comissão e que entrem como parceiros nessa produção, o documento pode e deve ser sempre reelaborado sendo que as finalidades de uma disciplina tendem sempre a mudanças.

Em relação a um material didático, é preciso saber o que é História Local, qual História de Porto Seguro está sendo ensinada e quais são os objetivos desse ensino para, finalmente, produzirmos em conjunto um suporte que traga subsídios aos professores de HPS e que eles possam intervir e modificá-lo levando-se em consideração os seus saberes e a realidade das escolas que estão inseridos.

Nessa perspectiva, sabendo que a História da disciplina HPS ainda não foi escrita e que os documentos não falam por si mesmos, para nosso empreendimento, estabelecemos a análise daqueles que tivemos acesso, a fim de escrevermos um breve histórico da disciplina em questão no currículo das escolas municipais de Porto Seguro. O que propomos, aqui, não se pretende único e nem absoluto, sendo assim, uma versão

que teve como objetivo compreender as motivações da implantação da referida disciplina no currículo escolar do município no ano de 1996.

CAPÍTULO 2 - CONFIGURAÇÕES DE UMA HISTÓRIA LOCAL: O CASO DE PORTO SEGURO – BA

Identificamos que o conceito de História Local é variado e nosso trabalho pretende elucidar qual História Local está sendo ensinada pelos professores da disciplina HPS no município de Porto Seguro. Para tanto, faz-se necessário refletir em qual história é considerada local. Aqui apresentaremos alguns pontos essenciais sobre nosso objeto apresentando uma síntese da temática no município de Porto Seguro.

No Brasil, por muito tempo, as pesquisas sobre história local, estiveram fora da academia. Muitos dos escritos com esse tema estava a cargo de diletantes, pessoas de diferentes segmentos sociais que tinham interesse em registrar a história, mas que não tinham formação profissional na área. Não obstante, os autores que começaram a escrever sobre a História das localidades, geralmente, tinham assim um contato bem pessoal com seu objeto. Alguns desses autores têm como característica de seus trabalhos uma escrita também chamada de memorialística, pois não escreveriam História e sim memórias.

Com isso, registrando a prática das pesquisas em história local, municipal, genealógica como uma prática antiga do Ocidente, Donner (2012) diz que

O alcance dos livros de história dos municípios, das regiões é significativo. Esse material é utilizado nas escolas como um “manual”, é relembado nas festas e datas comemorativas da região e é ali que muitos dos mitos da fundação da cidade e do povoado são escritos. Os autores destes trabalhos podem ser historiadores amadores ou profissionais, mas, em geral, são pessoas vinculadas a comunidade pesquisada. Pelo seu apelo junto à comunidade, este material torna-se um espaço para formação de identidades e memórias coletivas (DONNER, 2012, p. 223).

A historiadora nos esclarece que uma das grandes questões que envolvem a História Local diz respeito aos seus autores. A maior parte deles são diletantes, amadores, intelectuais, pessoas letradas que se dispõem a coletar a história da comunidade. Ela utiliza da fala de Diehl²² (2002) e nomeia esses autores como *historiadores diletantes*, uma vez que reconstroem o passado, tornando-o história. Porém, não tem formação específica. Para ela, outra possibilidade é nomearmos estes pesquisadores como *memorialistas*, uma vez que

²² DIEHL, Astor Antônio. Cultura Historiográfica, Memória, Identidade e Representação. Bauru: Edusc, 2002.

[...] eles não produziram História, e sim memórias. A história como fruto de uma operação racional, e a memória como resultado da experiência, uma construção do passado pautada pelas necessidades do presente e elaborada a partir das experiências posteriores. Via de regra, estes trabalhos não seguem métodos e procedimentos próprios do saber acadêmico (DONNER, 2012, p. 227).

No município de Porto Seguro, temos casos semelhantes. Um expoente é o escritor Romeu Fontana. Romeu foi secretário de Turismo do município nos anos de 1970 e é um grande interessado na temática local. Morador antigo e autor de vários livros que tratam da história, cultura, literatura sobre a região que reside desde a década de 1940, ele é bastante popular e homenageado por sua obra, tendo a biblioteca pública municipal de Porto Seguro o seu nome. Entre os seus títulos, podemos citar: *Porto Seguro: de uma aldeia de pescadores a uma aldeia global* (1988); *Porto Seguro: aqui começou o Brasil – o DNA do Descobrimento* (2000); *Porto Seguro: Memória fotográfica* (2004), este último com muitas imagens antigas da região fruto de um acervo pessoal e de pesquisa junto aos moradores. O autor também tem obras de literatura como: *Joshefina, a moça da cova da moça* (2019), que tem como pano de fundo a lenda da cova da moça, estória muito conhecida no local e que até nomeia popularmente a rua onde dizem estar sua jazida.

Seus livros de história, apesar de possuírem muitas fontes, são bastante parciais. Dito isto, têm informações que o autor busca da memória e são estas que influenciam seus escritos, ou seja, não existe uma preocupação com o método científico mais rigoroso, de forma que se enquadra mais como obras memorialísticas. Fontana tem uma escrita descontraída, seu texto é um misto de informações retiradas de fontes primárias que nem sempre são referenciadas e alguns fatos mais pessoais retirados da memória, como neste trecho:

À noite, depois de uma destas reuniões onde o general, defendendo a tese do descobrimento em Santa Cruz, acabara de fazer uma verdadeira lavagem cerebral, fui conversar, ou melhor, discordar dele e, só não tomei um soco na cara, porque “saí da possibilidade do soco” e a turma do deixa-disso entrou no campo para a acalmar os nervos (FONTANA, 2000, p. 21).

Segundo Sandra Cristina Donner, muitos desses escritores locais acabam entrando em uma mistura de memórias pessoais, com fontes não declaradas e citações a outros moradores, o que prejudica a credibilidade de suas obras (DONNER, 2012). Ela elucida que

No Brasil, os estudos sobre história local estão intimamente ligados aos cronistas, e, quando se imagina um tratamento “científico”, na figura de “pesquisadores”, ao Instituto Histórico Geográfico. Praticamente todos os estados e municípios possuem uma elite intelectual que se propõe a historicizar seu ambiente (DONNER, 2012, p.232).

A historiadora explica que o termo *pesquisadores* foi colocado entre aspas porque, em muitos desses casos, os autores se consideram como jornalistas e pesquisadores, advogados e pesquisadores, médicos e pesquisadores, mas, apesar de utilizarem o termo, seus trabalhos não adotam normas como referência a autores, fontes, citações (DONNER, 2012).

Diante disso, observamos no município de Porto Seguro a ação dessa elite intelectual que se propôs a historicizar seu ambiente, mas que consideram dispensável a explicitação da procedência de suas fontes. Geralmente, são profissionais liberais que têm um gosto pela história e que ficaram conhecidos como os historiadores locais do município, mesmo sem formação acadêmica em História. Um trabalho de pesquisa em História Local que obedeça a critérios e métodos da prática historiográfica acaba sendo mais reconhecido na esfera acadêmica. Em Porto Seguro, o período que antecedeu a comemoração dos “500 anos do “Descobrimento” foi um mote para uma série de publicações, uma delas foi do próprio Fontana. Em contrapartida, “é necessário, todavia, escapar das explicações fáceis e da onda comemoracionista, facilmente utilizada de forma política pelas prefeituras e organizações locais” (DONNER, 2012, p.233).

Outro nome que não podemos deixar de citar é Raimundo Costa Sampaio. O soteropolitano que chegou em Porto Seguro em 1946, e tem seu nome marcado em um logradouro do município, descreveu em sua primeira obra o amor pela terra que o acolheu. Em outra obra, *De intendentes e conselheiros a Prefeitos e Vereadores 1900 a 2006*, ele trata de uma parte da história política do município através de seus governantes.

Embora, em geral, o mundo acadêmico não considere as obras dos escritores locais como História, geralmente eles são boas referências quando se desenvolve uma pesquisa de recorte local, pois conhecem as fontes, possuem contato com os moradores ou com a prefeitura. Ademais, conhecem a região, seus aspectos econômicos e geográficos, mas suas obras muitas vezes são apresentadas como “versões definitivas”, como o “resgate necessário” da história esquecida de um determinado lugar, muitos “amadores” partilham de uma postura positivista em relação à História (DONNER, 2012). Sobre essa discussão entre os escritores locais que escrevem sobre história e os

historiadores, a historiadora Donner (2012) faz ainda uma observação através do trabalho de Marieta Ferreira (2000) e diz que

Uma reatualização desta discussão aparece na obra de Marieta Ferreira, que nomeia as produções não acadêmicas como sendo produto de *History Makers*. Segundo ela, existe uma confusão entre o que é história e memória, e entre os historiadores e os *history makers*, estes não fazem uso das regras acadêmicas e coletam depoimentos orais interpretando-os como se expressassem a história em si mesmos. Seria uma disputa entre a história-objeto e a história-conhecimento. (FERREIRA, 2000, p.326 *apud* DONNER, 2012, p.229)

Existe uma ligação forte entre a Memória e a História Local, ou seja, “os trabalhos que versam acerca da história local – no ensino ou na pesquisa (ou em ambos) fazem uso recorrente da memória” (CAVALCANTI, 2018). Bittencourt (2009) nos diz que “a questão da memória impõe-se por ser a base da identidade, e é pela memória que se chega à história local” (BITTENCOURT, 2009, p. 169). Cita, outrossim, que além da memória recobrada pela oralidade ou pela escrita, existem também os “lugares de memória”. A expressão de Pierre Nora é utilizada e pode ser manifestada pelos monumentos, praças, edifícios públicos ou privados, mas preservados como patrimônio histórico. Todos esses vestígios tornam-se objetos de estudo.

Nessa perspectiva, fazendo uma crítica à essa ligação muito estreita entre História Local e Memória, sobretudo quando esta se constitui fonte documental e/ou objeto de pesquisa daquela, Erinaldo Cavalcanti (2018) diz a esse respeito que

[...] essa reflexão da professora Circe Bittencourt precisa ser analisada com cautela para evitar análises apressadas, sobretudo quando ela refere que “pela memória se chega à história local” (Bittencourt, 2009, p.169). Cautela no sentido de evitar uma interpretação segundo a qual a história local estaria em um dado lugar e seria descoberta pelas veredas da memória. Ou seja, é importante evitar qualquer leitura que compreenda a existência, a priori, da história local, como se ela “se encontrasse lá”, pronta e definida, à espera do professor/pesquisador para desbravá-la, descortiná-la e, assim, fazê-la aparecer. Nada mais enganoso. Não existe essa história local que aguarda ser descoberta pelo professor/pesquisador. Nem tampouco há caminhos preestabelecidos, predefinidos, que garantam ter acesso a essa ou àquela história (CAVALCANTI, 2018, p. 279).

Desse modo, entendemos que a História Local parte, muitas vezes, da memória. Ela é uma fonte dispendiosa nas pesquisas com recorte local, mas como toda fonte, precisa ser analisada, interpretada com o rigor do método científico para se chegar a uma dada narrativa histórica.

Outro autor que se destaca entre os autores não acadêmicos, e que escrevem sobre Porto Seguro, é o jornalista Roberto Martins. Nascido em Ipiaú – BA, atualmente mora em Eunápolis -BA, onde dedica-se à pesquisa, escrita e política. Em seu livro *Porto Seguro: História de uma esquecida capitania* (2018) discute as polêmicas que envolvem a chegada portuguesa, trata de um período indicado como de esquecimento da capitania e do período atual. Mesmo com algumas apreciações da obra como historiográfica, o livro é caracterizado pelo autor como “de história fruto de pesquisa exaustiva” ao longo de 20 anos, mas não o enquadra como obra acadêmica, visto que “destina-se ao grande público pela atualidade do tema, simplicidade da escrita e estilo jornalístico” (MARTINS, 2018).

Ainda que traga uma visão um tanto evolutiva e factual da dinâmica da antiga capitania de Porto Seguro até os dias atuais, a obra é importante e algumas obrigações científicas são cumpridas como é o caso das fontes que são bem detalhadas e referenciadas, sendo uma boa indicação de material documental reunido. Inclusive, Martins traça uma divisão da antiga capitania de Porto Seguro pelas fontes de informação existentes. Logo, é um dos poucos livros que fazem uma discussão mais abrangente no tempo sobre a região.

Sobre o formato evolutivo do trabalho, isso pode ser encontrado também em textos acadêmicos, conforme nos mostra Melo (2015):

Uma considerável parcela da historiografia local apresenta -se com formato ainda tradicional, pois assume e desenvolve um tratamento personalista, memorialístico, e sem interações espaciais, em geral, na forma de relatos cronológicos dos fatos com pouca ou nenhuma articulação entre si. Tratam as comunidades regionais e locais como se tivessem um destino linear e evolutivo – congênere da história geral, no sentido do *progresso* da região, excluindo a ação histórica dos seus variados segmentos sociais formativos com suas experiências diferenciadas (MELO, 2015, p. 31).

No momento atual, o fenômeno da mercantilização do passado é observado pelo sucesso de vendas de livros que dizem ser sobre História escritos por leigos, que usam uma linguagem coloquial, anedótica e sem qualquer sistematização, mas que são, de certa forma, mais acessíveis ao grande público, devido justamente à linguagem menos academicista e de mais fácil entendimento. Os textos que se dizem História têm uma abordagem episódica em que os eventos são interessantes por si mesmo, as pessoas e acontecimentos entram numa trama que beira a uma ficção e que envolve o leitor, de modo a atender a indústria do entretenimento, e a qualidade dessa história feita por

peessoas sem treinamento é bastante duvidosa. Em texto que traz reflexões sobre a prática da história não acadêmica no Brasil, Jurandir Malerba (2014) diz que

Mas há também um lado sombrio desse fenômeno, que é justamente o da qualidade dessa história feita por pessoas sem treinamento profissional. Um dos maiores especialistas na área, Roy Rosenzweig, é muito crítico. Essa história produzida por leigos costuma ser uma história muito ruim. A história social, processual, interpretativa, estrutural, analítica, crítica, não chega ao grande público, e sim a história paroquial, episódica, factual, pitoresca, anedótica, biográfica, das grandes batalhas, em rápidas narrativas dramáticas inflamadas. Para Rosenzweig, a história é importante para o público. O problema é que essa história popular é de qualidade questionável (MALERBA, 2014, p. 32).

Esse autor analisa alguns desses textos que se tornaram *bestsellers* e uma de suas conclusões é de que a escrita da história não é e nem pode ser prerrogativa, propriedade de quem quer que seja, mas há de se manter a crítica permanente do que se veicula como historiografia, pois se trata da formação da consciência histórica de homens e mulheres (MALERBA, 2014, p. 43). Esses textos pseudohistoriográficos contém erros factuais, anacronismos e trazem muita confusão para seus leitores quando o creditam a uma ciência. A narrativa histórica precisa se ater a um método, a uma sistematização e, principalmente, a uma crítica das fontes.

No Brasil, a falta de rigor científico dos trabalhos dos amadores, termo geralmente usado para diferenciar esses escritores dos profissionais, foi um dos motivos para que a História Local ficasse por muito tempo na marginalidade acadêmica, provocando, por algum tempo, de acordo com Schmidt e Cainelli (2009), “até certo descaso pelos conteúdos de História Local” (SCHIMID, M, A. e CAINELLI, M. 2009, p.137). De acordo com Donner, “[...] inicialmente, falar em história local, ou apresentar seu trabalho como sendo de História Local era o caminho certo para taxá-lo de monográfico [...]” (DOONER, 2012, p.229). Atualmente, a historiadora diz que a publicação de revistas acadêmicas é fruto de avanços com os centros de pós-graduação, e uma maior discussão teórica e metodológica sobre o tema (DONNER, 2012).

Mais adiante, seguindo a ideia da onda comemoracionista dos “500 anos”, foi feita uma publicação pelo MADE (Museu Aberto do Descobrimento) em 2001. Trata-se de um *Guia Cultural* em que “tornam públicas as informações que foram mapeadas pelo Inventário de Referências Culturais, realizado em 2000 por pesquisadores e técnicos da empresa Andrade e Arantes Consultoria e Projetos Culturais em conjunto com a população local” (ARANTES, 2001, p. 9). O guia faz referência ao município de Porto

Seguro, incluindo seus distritos. Trata, também, da história, festas, paisagens, lugares, edificações, ofícios, modos de fazer arte e expressão cultural que caracterizam o extremo sul baiano (ARANTES, 2001). O trabalho já foi distribuído pela Secretaria de Educação de Porto Seguro a alguns professores como um material didático para ser usado nas aulas de HPS, inclusive com fabricação/alteração de uma capa com o cabeçalho e brasão da Prefeitura Municipal de Porto Seguro, e o nome da disciplina. Alguns de nossos colaboradores tinham o material no momento da entrevista. Dito isto, nosso colaborador, o professor Dr. Geovani Silva (2021), conta-nos sobre esse uso e diz:

[...] nos anos 2000, tem outro material que passou a ser praticamente a cartilha do professor de HPS, que é um material do MADE, do Museu Aberto do Descobrimento. [...] o professor começou a usá-lo como se fosse o livro didático de HPS, é um material produzido pelo IPHAN que vai trazendo várias informações sobre a cidade, sobre a vila, sobre as praias, sobre paisagem do lugar (SILVA, 2021).

Quanto à publicação com fins didáticos sobre a região, temos o livro: *Palavras em Movimento* (2006). De iniciativa da Secretaria Municipal de Educação do Município, tal livro surgiu de uma capacitação de professores realizada em 2005, o 1º Encontro de Capacitação da EJA (Educação de Jovens e Adultos), de modo que “foi elaborado conforme sugestão dos próprios professores e coordenadores da EJA, o 1º livro didático específico de Porto Seguro” para estes trabalharem mais “a realidade dos alunos, e daí poder ampliar seus horizontes” (SMED, 2006). A obra veio no sentido de trabalhar conteúdos significativos com os alunos da EJA e possui conteúdos de Língua Portuguesa, Literatura porto segurense, História, Geografia e Arte voltados para aquele público. Trata-se, nesse sentido, da única obra didática feita por iniciativa da Prefeitura Municipal de Porto Seguro sobre a temática e apesar de não específica de História, alguns dos nossos colaboradores a possuem e dizem utilizá-la para o ensino de HPS. Assim, simplificando a História de Porto Seguro quanto ao episódio do “Descobrimento”, o prefeito da época, fez uma introdução à obra

Porto Seguro não é apenas um dos lugares mais bonitos do mundo. É também o berço do Brasil: aqui nosso país nasceu. Por isto, o passado permanece vivo em nossa terra. Nos sobrados do Centro histórico, nas comunidades indígenas e suas aldeias, em Trancoso e Arraial D’Ajuda...por todos os cantos de Porto, respiramos história: vivemos a história do Brasil, em meio às nossas belezas naturais (SMED, 2006).

A obra em questão aborda conteúdos significativos para o universo discente, no entanto, de forma sintética. Dessa maneira, como é uma produção destinada a EJA, e essa

modalidade de ensino possuir uma carga horária menor do que o Ensino Básico, acreditamos que consista em uma obra adequada para aquele público.

Uma publicação que consideramos importante e que existem poucos exemplares distribuídos nas escolas, chama-se “o *Inventário Cultural Pataxó: tradições do povo Pataxó do Extremo Sul da Bahia*” (2011). Esta obra é assinada pelo Povo Pataxó através do Instituto Tribos Jovens, instituída em 2011 como organização da sociedade civil de caráter educativo e cultural sem fins lucrativos. No tocante ao livro, este traz valiosas informações sobre a história e cultura do povo Pataxó que habita a região e que estas deveriam ser trabalhadas em sala de aula. Dentre os nossos colaboradores, nem todos utilizam a obra em suas aulas e acreditamos que, por ser um exemplar mais divulgado entre os professores de Diversidade Afrodescendente e Indígena, por conter conteúdos que abordam especificamente a temática indígena, só alguns tiveram acesso e conhecimento dele.

Em 2004, com a chegada do curso de História no campus de Eunápolis da UNEB, houve um aumento expressivo de publicações científicas com temáticas locais e o interesse em pesquisar a História de Porto Seguro pode ser verificada nos títulos dos trabalhos acadêmicos de conclusão de curso. Anteriormente pouco explorada, a região que formava a Capitania de Porto Seguro sofria pela simplificação da sua história, retratada apenas frente ao episódio imortalizado pela historiografia como “Descobrimento”. Desse modo, com a chegada desse curso à região, professores e pesquisadores começaram a se interessar e a pesquisar para além daquela temática na academia.

Um desses pesquisadores é o Dr. Francisco Cancela que, já em sua monografia escreveu, *Um novo instrumento para uma velha prática: a criação da Ouvidoria de Porto Seguro e seu projeto de Civilização dos índios, 1763-1780* (2005) e, na tese de doutoramento, no ano de 2012, continuou seguindo a temática local, intitulado *De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808)*, de maneira a aprofundar-se sobre a região. O professor é hoje um dos maiores expoentes quando se trata dos estudos da Capitania de Porto Seguro e da temática indígena, tendo coordenado vários estudos. Era preciso, naquele momento, segundo ele mesmo diz: “romper com o ensurdecido silêncio sobre a história da antiga capitania de Porto Seguro²³”. Uma das obras organizadas por

²³ Ver resumo da tese em: [RI UFBA: De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro \(1763-1808\)](#) Acesso em: 11/06/2021.

ele com a temática local é o livro: *História da Capitania de Porto Seguro: Novos estudos sobre a Bahia Colonial, séculos XVI - XIX* (2016), em parceria com os pesquisadores que também se dedicam à história local, a saber: Me. Tharles Souza Silva e Me. Uiá Freire Dias dos Santos.

Schmidt e Cainelli (2009) salientam que, atualmente, na produção historiográfica existe um novo enfoque sobre a História Local motivado pelo interesse pela História Social que intenciona um olhar sobre a sociedade como um todo, sobretudo, em *escrever a História das pessoas comuns* (SCHMIDT e CAINELLI, 2009, p.137). O historiador Rafael Samuel no artigo *História Local e História Oral* (1990) diz que a “história local tem também a força popular” (SAMUEL, 1990, p.221). Para ele, existe uma grande possibilidade de trabalhos com fontes documentais para se analisar o universo constitutivo do que nomeia como história local. O autor cita, por exemplo, os jornais municipais como formidáveis fontes, cartões-postais, documentos paroquiais, pessoais, de empresas, fontes orais, para citar alguns exemplos. No entanto, atenta que “assim como em tudo, o historiador deve estar alerta à natureza da evidência apresentada” (SAMUEL, 1990, p. 239).

Sobre a valorização História Local pelos historiadores, Schmidt e Cainelli ressaltaram que:

A valorização da história local pelos historiadores teve reflexos nas propostas curriculares nacionais, como se pode observar nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental (1997-1998) e para o ensino médio (1999), nos quais as atividades relacionadas com o estudo do meio e da localidade são, enfaticamente, indicadas como renovadoras para o ensino da História e salutaras para o desenvolvimento da aprendizagem. No entanto, uma supervalorização dessa perspectiva de ensino também foi alimentada, provocando a ilusão de que a realidade imediata é a única e importante fonte de motivação do conhecimento e desencadeadora de problematizações. Essa exposição advém muito mais de elaborações de senso comum e da transposição mecânica de teorias de aprendizagem que de reflexões e relações com conteúdos específicos da História (SCHMIDT e CAINELLI, 2009, p.138).

Entre as definições de História local muito se observa como uma história sobre o mais próximo, o mais conhecido ou, muitas vezes, do entorno. No dicionário Aurélio, por exemplo, a palavra “local” encontra-se experimentada como sinônimo de “lugar”. Sobre essa concepção, Cavalcanti (2018) coloca que ela pode implicar uma interpretação reducionista da história e que devemos ter cuidados, mas que

Se concordarmos que o “local” é, por excelência, o espaço de experiências da vida cotidiana de homens e mulheres, e, por conseguinte, o lugar de atuação de diferentes sujeitos, esse se torna, portanto, um espaço privilegiado para problematizar as relações homem/espaço [...]. Por essa leitura interpretativa, o local como campo de microrrelações entre homens/homens e homens/espaço, o conceito de redução de escala de observação, proposto pela micro-história, pode se apresentar como uma ferramenta metodológica viável ao seu estudo. Concepção também defendida pela professora Márcia Gonçalves (2007). Para ela, as análises do “local” proporcionam outros efeitos de conhecimento nas diferentes especificidades, deslocam hierarquias e sobreposições entre nacional e regional e possibilitam repensar as relações entre as categorias centro/periferia (CAVALCANTI, 2018, p.280).

Entretanto, o autor afirma que é oportuno destacar que, para a micro história, a redução da escala é um procedimento analítico que pode ser aplicado independente das dimensões do objeto analisado. Então, “a micro história não é definida por um objeto específico, nem por suas microdimensões, como costuma ser representada a história local – como uma história ‘pequena’ ou do ‘entorno’” (CAVALCANTI, 2018, aspas do autor).

Constatando que existe um crescimento da História Local nas produções historiográficas e nas propostas pedagógicas nacionais, e ainda fazendo uma crítica à carência de estudos mais específicos sobre a abordagem local, Toledo (2010) diz que

[...] uma definição teórica e metodológica da história local, por meio de aportes da historiografia, ainda não tem integrado as preocupações centrais dos historiadores brasileiros, o que traz dificuldades para a definição clara (e consequentemente para o debate) do que tem sido a história local nesse campo de produção de conhecimentos (TOLEDO, 2010, p. 747-748).

Ela diz, também, que no que se refere à proposta pedagógica, “a História Local ou do ‘lugar’ tem ampliado os estudos e relatos de experiências com esses saberes no espaço escolar sem, contudo, abordar, especificamente, os nexos relacionais com a historiografia que vem sendo produzida” (TOLEDO, 2010, p.748, aspas da autora). Desse modo, existe um consenso entre os pesquisadores do ensino sobre as habilidades que podem ser desenvolvidas com os alunos em relação ao ensino da História Local, como: a inserção na comunidade que ele faz parte, criação de sua historicidade e identidade, a compreensão do entorno e a localização dos problemas significativos da história do presente sendo que as propostas de ensino preveem que o professor assuma um papel de pesquisador. Assim, a importância dada ao aspecto operacional traz para o debate questões de investigação histórica, os campos de conhecimento em história e suas relações com o ensino escolar (TOLEDO, 2010). Toledo afirma que

[...]no ato pedagógico (aparentemente simples) de localizar, selecionar fontes, por exemplo, cruzam-se vários saberes referentes, quer ao trabalho com o arquivo, quer às técnicas de leitura, à análise e interpretação dessas fontes; ação que suscita debate e investigação, já que exige “selecionar” com base em critérios teóricos e metodológicos válidos para esse campo de conhecimentos (TOLEDO,2010, p.748).

Portanto, a autora nos chama atenção para a importância de reflexões que ultrapassem a “justificativa pedagógica” do uso escolar da história local e afirma que, embora o interesse crescente por temáticas e propostas de história local não tenha vindo conjuntamente com a reflexão teórica sobre o mesmo no qual o professor possa apoiar suas ações, entende-se que nesse interesse pela localidade está a rejeição pelos recortes temporais e espaciais considerados tradicionais (TOLEDO, 2010).

Conceitualmente, a História Local confunde-se com a história do lugar ou de determinado espaço. O conceito tem sua historicidade e se redefine no contexto das mudanças historiográficas. Assim, para refletirmos sobre o sentido da história local, precisamos refletir também sobre o conceito de espaço e de lugar, pois “[...] perguntar sobre o que é uma região, um território ou um lugar, na aferição histórica do conceito é ambíguo e depende do conjunto das produções historiográficas realizadas num determinado tempo e espaço” (TOLEDO, 2010, p.750).

Sobre essa marca de distinção da História Local relacionada à história do lugar ou de determinado espaço, Cavalcanti (2018) ressalta que “não podemos esquecer que toda experiência é espacial” e continua

Não existe, portanto, experiência/acontecimento fora de um espaço, fora de um lugar, fora de um local. Talvez o fato de que a expressão “história local” contenha uma palavra que é sinônima de espaço (“local”) direcione certa concepção que atribui àquele conceito uma dada interpretação que o institui de maneira que a chamada história local seja tutelada ou condicionada pela dimensão espacial. Entretanto, o que institui que um acontecimento seja considerado local não é a dimensão do espaço, nem a dimensão do tamanho, pois quem institui a dimensão, a legitimidade, o reconhecimento e a representação é a dimensão política do acontecimento (CAVALCANTI, 2018, p. 282).

O geógrafo baiano Milton Santos empresta a História o conceito de região como espaço vivido, sendo assim, a História Local ou regional deve partir do estudo da relação entre o homem e os espaços habitados por ele, não estando ligado especificamente à ideia de fronteiras estabelecidas. Em síntese, “a reflexão sobre espaço é imprescindível para os estudos da história da região ou da história local, insistem os geógrafos. E um dos

conceitos fundamentais trabalhados por eles é o de *lugar*” (BITTENCOURT, 2009, p. 171). Diante disso, evidenciando que o conceito de lugar é dinâmico, Milton Santos afirma que a história

Atribui funções diferentes ao mesmo lugar. O lugar é um conjunto de objetos que têm autonomia de existência pelas coisas que o formam – ruas, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificação, calçamentos -, mas que não tem autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se interpõem e se exercem (SANTOS, 1991, p. 52 apud BITTENCOURT, 2009, p. 171).

Nesse sentido, problematizando e ligando o local a um conceito, Cavalcanti (2018) chama a atenção para o fato de que, assim, o sujeito desse espaço conceitual passa a ser o professor/pesquisador e coloca que

Para o sociólogo e urbanista francês Alain Bourdin (2001), o “local” é um lugar de sociabilidades, marcado pela proximidade e pela contiguidade das relações entre os sujeitos que as estabelecem. Nessa perspectiva, a “dimensão do local” permite ampliar e compreender a relação entre espaço e ação, ou pensar e problematizar o espaço como lugar de ação, o que coloca, por conseguinte, a relação sujeito/espaço no centro das discussões. Nesse sentido, o “local” seria um recorte eleito por aquele que desejasse refletir sobre as experiências dos sujeitos em espaços sociais delimitados. Portanto, o local, nessa acepção, está sendo instituído pelo professor/pesquisador. É ele o sujeito autor desse espaço conceitual (CAVALCANTI, 2018, p.275).

Donner (2012) cita outra definição sobre História Local de um artigo de Agnaldo Barbosa publicado em 1999 na revista *História e Perspectiva*, no qual o autor apresentou questões que ele compreende como “estatutos para a História Local e Regional” e ali destaca que

[...] o principal mérito da História Local é a busca das singularidades e da diversidade histórica, que fica apagada quando tratamos a História do Brasil de maneira uniforme: ‘A importância da História Local e Regional está, assim, no fato de que, enquanto a história generalizante destaca semelhanças, homogeneizando o amálgama das vivências dos locais, a história elaborada com base nas realidades particulares dos locais trabalha com a diferença, com a multiplicidade’” (BARBOSA, 1999, p.27 apud DONNER, 2012, p. 232).

Toledo (2010) cita algumas características que considera básicas para a História Local, que são:

1. É uma história que parte da situação presente para se reportar ao passado;

2. Embora também se faça no trato com dados quantitativos, é uma história mais qualitativa do que quantitativa;
3. É uma história setorial e limitada nas suas ambições de generalizações, embora possa oferecer elementos para a confirmação de hipóteses mais gerais;
4. É uma história concreta que, através da aproximação da vida cotidiana e do conhecimento empírico, busca atingir mediações com outros espaços e temporalidades sociais;
5. É uma história de caráter monográfico. Tende a produzir menos esforços de síntese do processo histórico nacional, pretendendo-se mais monográfica, mais atenta ao tratamento das fontes e às questões de método (TOLEDO, 2010, p. 752).

Erinaldo Cavalcanti (2018) salienta que, para ele, as configurações locais da história em nada se aproximam das acepções já atribuídas à história local. Dito isto, ele diz que não se trata de uma peça menor correspondente à história nacional, e que as relações de poder praticadas em dada configuração entendida como local dispõem de forças e práticas que, mesmo mantendo diálogo com relações e práticas ditas nacionais ou globais, não estão submetidas a elas numa relação de determinação (CAVALCANTI, 2018). Assim, o autor afirma que

A configuração local da história mantém relações de proximidade com a chamada história nacional, mas, também, de distanciamento. Ela é construída por práticas e relações da chamada história local, nacional e global; essas são relações de força, cuja composição não é de fácil distinção. Isso significa reconhecer que não podemos esperar encontrar, em dada configuração da dimensão local da História, um recorte em miniatura da história nacional ou global, mesmo que encontremos traços e sinais semelhantes. Em outras palavras, a dimensão local da História não é um simples e diminuto pedaço de uma história maior. Não é a consequência daquilo que teria ocorrido na história nacional. Se as tintas com as quais se pinta a dimensão local da História são análogas às que desenham as experiências da chamada história nacional, a tonalidade pode sofrer variação, e a tela, assim, ganhar outros tons, outros traçados e, por que não, outras cores. Entretanto, não podemos tampouco esperar que a dimensão local se constitua como uma história independente ou alheia ao que se passa em dada dimensão macro das relações de poder que constroem, historicamente, as experiências, como se não existissem, entre as dimensões local e nacional, pressões, abalos e ressonâncias (CAVALCANTI, 2018, p. 287).

Portanto, os professores de História precisam ter cautela. Essas dicotomias podem causar “armadilhas” ao ensino. É necessário buscar tratar esta estratégia/objeto de estudo de modo a articular, pedagogicamente, o conhecimento local, nacional e mundial, sabendo que estes são distantes, mas estão conectados e são, sobretudo, dinâmicos. Desse

modo, deve-se buscar identificar os processos históricos e articular o local quanto às relações com outros lugares.

Sobre a aproximação da História Local com a História do Cotidiano, Bittencourt (2009) afirma que

A história local geralmente se liga à história do cotidiano ao fazer das pessoas comuns participantes de uma história aparentemente desprovida de importância e estabelecer relações entre os grupos sociais de condições diversas que participaram de entrecruzamentos de histórias, tanto no presente como no passado (BITTENCOURT, 2009, p.169).

Esta é a característica que mais nos chama a atenção, o trabalho com a História Local em sala de aula permite o olhar para aqueles que não se viam na História, traz um avivamento daqueles sujeitos que já foram esquecidos e permite, aos estudantes, perceberem-se como sujeitos históricos.

2. 1 A História Local no ensino e suas aplicações

Em *História Local: contribuições para pensar, fazer e ensinar* (2015), a autora ressalta que existe dentro das novas tendências historiográficas uma tendência de análise dos microtemas e não mais um campo de estudos voltado para os grandes temas da cultura geral ou as grandes sínteses. Exemplifica, ainda, que na Nova História Francesa com seu enfoque no cotidiano e na memória, na História Social Inglesa com a recuperação da experiência social de contextos e sujeitos históricos e na Micro História Italiana com a abordagem em escalas de investigação, “cabem perfeitamente referências à história local, especialmente como recurso teórico-metodológico de abordagem para a pesquisa e, por extensão, para o ensino de história (MELO, 2015). Diante disso, ela aponta que:

Destacamos que a história local, como recurso teórico metodológico de abordagem, apesar do crescente interesse em sua aplicação, seja na pesquisa propriamente dita, seja na sua aplicação em sala de aula, tem, no Brasil, ficado circunscrito para além de trabalhos monográficos, dissertações e teses, às iniciativas e experiências localizadas, especialmente entre grupos de pesquisadores que têm se debruçado sobre a temática, produzindo materiais didáticos ou criando coletivamente projetos de pesquisa específicos e grupos de estudos (MELO, 2015, p. 39).

De acordo com Schmidt (2009), a história local pode ser vista como uma estratégia pedagógica que possibilita uma melhor apropriação do conhecimento histórico e coloca que:

Como elemento constitutivo da transposição didática do saber histórico para o saber escolar, a história local pode ser vista como estratégia pedagógica. Trata-se de uma forma de abordar a aprendizagem, a construção e a compreensão do conhecimento histórico com proposições que podem ser articuladas com os interesses do aluno, suas aproximações cognitivas, suas experiências culturais e com a possibilidade de desenvolver atividades diretamente vinculadas à vida cotidiana. Como estratégia de aprendizagem, a história local pode garantir melhor apropriação do conhecimento histórico baseado em recortes selecionados do conteúdo, os quais serão integrados no conjunto do conhecimento (SCHMIDT, 2009, p.139).

Notamos que a maioria das pesquisas sobre a temática local indica que, muitas vezes, ela não é contemplada nos conteúdos escolares ou quando é aparecem subjugadas à História Geral e do Brasil, existindo uma relação hierárquica das problemáticas históricas. De acordo com José Evangelista Fagundes (2006), em seu trabalho sobre o Estado do Rio Grande do Norte, são poucas as experiências educativas que incluem, no currículo formal, a história local no nível fundamental do ensino. Ademais, o autor encontra referências aos estudos de caráter local apenas nos programas curriculares de 1ª a 4ªs series, atualmente denominados anos iniciais do fundamental.

Entendemos que essa realidade local sobre o ensino de História, sistematicamente, traduz uma realidade brasileira. São ainda poucos professores, mas salvo que, em uma aparência crescente, que utilizam da História Local como conteúdo ou como uma estratégia pedagógica para as discussões históricas nas aulas dos anos finais do fundamental, isto, em parte, pode ser explicado pela falta de material didático para esse trabalho e a grande dependência dos professores por este instrumento. Em Porto Seguro, a existência de uma disciplina específica para o trabalho com a história local é, em tese, um grande incentivo para que os conteúdos sejam abordados pelos professores, mas existem algumas dificuldades que tornam o processo complexo.

A abordagem piagetiana que leva em consideração as etapas de desenvolvimento da criança teve uma influência grande nos currículos escolares, o que levou o relativo abandono da História Local nos anos finais do fundamental ou no ensino médio. A História foi sendo ensinada de acordo com os círculos concêntricos nas séries iniciais do fundamental, começando pelo inicial: a rua, depois o bairro, a cidade, o estado, o país que foram assim sendo gradativamente incluídos no ensino, pois considerava-se que dependendo do nível de abstração a criança ainda não era capaz de teorizar, raciocinar sobre conceitos mais abstratos e elaborar hipóteses.

O número alto de pesquisas em nível de mestrado e doutorado com a temática local sinalizam que isso vem mudando, ou seja, há um grande interesse na temática como objeto de estudo ou ensino, contudo, são pouquíssimos os municípios que têm, na estrutura curricular das escolas, uma disciplina autônoma para esse trabalho. No levantamento bibliográfico que fizemos, somente encontramos o caso do município de Recife – PE, que, semelhante a Porto Seguro, também tem desde 1987 o ensino da História de Recife instituído por Lei.

As investigações sobre os objetivos do ensino de História Local têm em comum o fato de o pensarem enquanto uma estratégia de aproximação dos estudantes com o conhecimento histórico e como forma de desenvolvimento das identidades individuais e coletivas. Conforme vimos, a valorização da história local pelos historiadores teve influência nos documentos curriculares nacionais e nos Parâmetros Curriculares Nacionais de História e Geografia para o 1º ciclo do fundamental, a História Local está indicada tanto como eixo temático para a seleção de conteúdo, quanto como um método de ensino-aprendizagem (GERMINARI e BUCZENKO, 2012).

Atualmente, os currículos do sistema de ensino são desenvolvidos respeitando as normas mais recentes da BNCC (2018), todavia, antes de sua completa definição em 2018, os PCN (1998) eram as diretrizes que orientavam a educação no Brasil. Os dois documentos possuem discrepância como, por exemplo, quanto à distribuição dos conteúdos e estrutura. Em síntese, o PCN é estruturado em ciclos, de modo que cada ciclo equivale a dois anos da BNCC. Os Parâmetros trazem os objetivos educacionais gerais e para cada ciclo educacional, os conteúdos são distribuídos em eixos temáticos; já na BNCC (2018), o foco é dado nas competências gerais e, para cada área do ensino e para cada ano e disciplina, são apresentadas as unidades temáticas, objetos do conhecimento e o que é colocado como habilidades a serem desenvolvidas com os alunos.

O texto dos Parâmetros traz uma orientação pormenorizada a respeito da História Local. No eixo temático para o primeiro ciclo do ensino fundamental dos PCN (1997), a História Local e do Cotidiano é o destaque. A orientação ali é de focalizar, preferencialmente, diferentes histórias do local em que o aluno vive, isto é, objetivando que os estudos da história local ampliem a capacidade do aluno de observar o seu entorno para a compreensão de relações sociais e econômicas existentes no seu próprio tempo (BRASIL, 1997, p.40). Quanto ao 4º ciclo, a ideia de que “os alunos já dominam um conjunto de noções, informações, explicações, procedimentos e reflexões históricas e temporais, que possibilitam estudos mais conceituais das vivências humanas no tempo”.

Diante disso, leva a abordar o estudo da História nessa faixa de idade “a partir de uma perspectiva mais geral e teórica, não deixando de considerar que as análises, as interpretações e os conceitos históricos são construídos a partir de estudos de realidades concretas situadas no fluxo temporal” (BRASIL, 1998, p. 65). O eixo temático passa a ser a História das representações e das relações de poder, de maneira que nos conteúdos entram processos de constituição do território, da nação e do Estado brasileiro.

Embora hoje direcionados apenas para os 8ºs e 9ºs anos do ensino fundamental, podemos afirmar que a disciplina HPS está intimamente relacionada à aprendizagem realizada no âmbito da História Local. Na proposta curricular da disciplina ²⁴, observamos o enunciado de que

A disciplina HPS (História de Porto Seguro), tem como princípio fundamental trabalhar os contextos sociais e morais da sociedade. Visando estabelecer aspectos direcionados a cultura, pois é preciso abordar sobre a História de Porto Seguro, em especial, a história local. Para que assim, o sujeito possa estudar o espaço específico e suas relações sociais. Por isso, é importante estabelecer o contato direto com os elementos direcionados a sociedade, que contribui na construção da identidade local, principalmente na riqueza cultural e natural da cidade. Tornando-se o aluno crítico, diante das relações e sensações direcionadas a realidade Histórica (PORTO SEGURO, sem data).

O texto fala da importância do contato direto com os elementos direcionados à sociedade, que contribuem para a construção da identidade local, e explicita a necessidade de abordar sobre a História de Porto Seguro, sobretudo a história local.

Entendemos que o ensino-aprendizagem da História Local traz uma maior identificação do aluno na História e o auxilia na percepção de ser sujeito dessa. Quando o aluno compreende que a História não é feita somente por “grandes feitos de grandes homens” e consegue se ver como sujeito ativo, ele se aproxima do conhecimento e o interesse passa a ser maior. Além disso, quando entendem que o processo histórico é construído a partir das ações de todas as pessoas, inclusive as deles, os alunos percebem a História mais próxima de sua realidade e se identificam, percebem-se inseridos e a qualidade do processo de ensino torna-se bem mais significativo.

Nessa perspectiva, o ensino precisa estar voltado para uma concepção de História mais complexa e problematizadora. Muito do desinteresse por parte dos alunos está ligado a uma concepção que se tem de um conhecimento histórico neutro, acabado e distante, de modo que a História, ao contrário disso, é dinâmica e precisa ser dialogada através de um

²⁴ Ver anexo 5.

link entre passado e presente. O professor precisa estar atento a essa demanda, ler, criticar, discutir, estando em contínua formação. O uso da História Local em sala de aula é uma forma de aproximar o aluno da disciplina e fornecer uma aprendizagem significativa, não sendo usado como um fim em si mesmo, é de salutar importância para a identificação do aluno na História. Sobre o uso da História Local, Bittencourt alerta:

[...] Muitas vezes esta tem sido objeto de estudo escolar, preservando, no entanto, os mesmos pressupostos norteadores da história nacional. A história local pode simplesmente reproduzir a história do poder local e das classes dominantes, caso se limite a fazer os alunos conhecerem nomes de personagens políticos de outras épocas, destacando a vida e obra de antigos prefeitos e demais autoridades (BITTENCOURT, 2009, p. 169).

Destacamos, também, que não existe nada de censurável em conhecer nomes e obras de personagens políticos, de maneira que estes são sujeitos importantes. O que deixa a desejar é o enaltecimento dessas personagens em detrimento de outras histórias, de outros sujeitos. Podemos, assim, utilizar da biografia de uma personagem política local, por exemplo para esclarecer sobre movimentos sociais, sobre transformações do município ligadas ou não a outros âmbitos, sobre a vida de um morador que não está no poder, sem ignorar o processo histórico. Então, não sendo usada nesse viés, a História Local é uma proposta de ensino que favorece a criação de um vínculo identitário do alunado com a História e muitas propostas curriculares têm valorizado essa abordagem. O “pulo do gato” está na sensibilidade do professor, enquanto profissional, não deixar de lado a compreensão do processo histórico e ter o cuidado de não fragmentar o ensino, ou seja, deixando de lado a totalidade.

Dentre as possibilidades do trabalho com a história local enquanto estratégia de aprendizagem, Schmidt e Cainelli (2009) apontam as seguintes possibilidades:

O trabalho com a história local pode produzir a inserção do aluno na comunidade da qual faz parte, criar a historicidade e a identidade dele; O estudo com a história local ajuda a gerar atitudes investigativas, criadas com base no cotidiano do aluno, além de ajuda-lo a refletir acerca do sentido da realidade social [...] pode ser instrumento idôneo para a construção de uma história mais plural, menos homogênea, que não silencie a multiplicidade de vozes dos diferentes sujeitos da História (SCHMIDT e CAINELLI, 2009, p.139).

Estas e outras habilidades são preconizadas também nos PCN (1997), como objetivos para o terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental. Por exemplo, a utilização de fontes em pesquisas escolares é considerada fundamental para a aprendizagem

significativa em História, sendo então possibilitadas através da História Local. Quando esse método de ensino é trabalhado continuamente em todo o ensino fundamental e quando o professor os opera em diferentes escalas de análises, o ensino-aprendizagem em História passa a ter um significado maior para o estudante contribuindo para a construção interpretativa do processo histórico.

Em relação à BNCC, apesar das críticas pertinentes à padronização do conhecimento, a História Local pode ainda se fazer presente no ensino-aprendizagem de História, mas com algumas ressalvas importantes. Com isso, pode-se trabalhar a História Local partindo da parte diversificada, que é complementar à base nacional comum. Em linhas gerais, conforme acontece no município de Porto Seguro, a escola pode ajustar à estrutura curricular uma disciplina específica para esse ensino-aprendizagem ou designadamente no componente curricular História é legítimo que o professor, por exemplo, insira em sua abordagem os conteúdos com a temática local, fazendo links com os conteúdos mais gerais que estão arrolados na BNCC. No entanto, faz-se necessário se ater a alguns direcionamentos que o documento pode oferecer ao docente, evitando que opte por um ensino que ignore o processo histórico em seus vários âmbitos.

O texto final da BNCC (2018) dá enfoque à importância de ensinar História, levando-se em consideração a vivência dos estudantes e de incentivar ações nos quais professores e alunos sejam sujeitos, o uso dos documentos também é encorajada: “o documento, para o historiador, é o campo de produção do conhecimento histórico; portanto, é esta a atividade mais importante a ser desenvolvida com os alunos” (BRASIL, 2018, p. 418). No texto sobre a área de História, observamos a pretensão de também “estimular ações nas quais professores e alunos sejam sujeitos do processo de ensino aprendizagem” (BRASIL, 2018, p. 401).

Com efeito, observando as unidades temáticas de História da BNCC, para cada ano, percebemos que nos 1º anos temos objetos do conhecimento e habilidades voltadas para os vínculos pessoais, casa, família, escola, no 2º ano a noção do “eu” e do “outro” é explorada, a família e a comunidade, no 3º, abrangem os diferentes grupos étnicos, no 4º temos as transformações e permanências dos grupos por meio das migrações e alguns conceitos são identificados como o de nomadismo. No 5º ano temos objetos de conhecimento que versam sobre o conceito de Estado, cidadania e patrimônio, por exemplo. Já no 6º ano, os conteúdos são voltados para os Povos da Antiguidade, povos indígenas, mundo antigo e medieval, daí inicia-se uma lógica de ensino mais voltado para a esfera nacional e mundial. Notamos, desse modo, que a presença dos estágios de

desenvolvimento cognitivos fundamentados nas teorias do conhecimento, sobretudo a de Piaget²⁵, está bem marcada e a noção de que os conteúdos mais complexos e abstratos só serão apreendidos a partir de estágios mais desenvolvidos é empregada. Como nos anos finais do fundamental o aluno já tem uma idade mais avançada, os conteúdos que versam sobre o seu entorno e cotidiano são abandonados e a História passa a ser ensinada de forma mais abstrata e conceitual.

Nas unidades temáticas para os anos finais e nos seus objetos do conhecimento e conjunto de habilidades, que representam as aprendizagens essenciais, não observamos nada que sugerisse a aprendizagem através de conhecimentos mais locais, temos um relativo abandono desses conteúdos e métodos, de forma que voltamos para uma lógica do ensino baseada na esfera nacional e mundial. A utilização de uma metodologia baseada no local fica a cargo da iniciativa dos professores como de costume.

Contudo, o ensino de História Local na etapa dos anos finais do fundamental ainda é necessário, uma vez que a história com uma temática voltada para o local auxilia o educando a perceber-se enquanto sujeito da História. Nesse aspecto, como pode partir do cotidiano e de contextos mais particulares faz com que o aluno tenha maior interesse pela aprendizagem sendo um grande auxiliar da aprendizagem significativa, em que existe a interação dos conhecimentos prévios dos estudantes com os conhecimentos novos adquiridos através da escola. Assim, enquanto educadores, precisamos atuar de forma que encontremos, dentro da BNCC, justificativas legais para o ensino de conteúdos e habilidades que consideramos importantes para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes, e que não estão ali contemplados de forma clara e precisa.

Existem autores que criticam o documento da BNCC e dizem que, tentando escapar da lógica eurocêntrica já tão combatida na historiografia e no ensino, o texto estabelece prioridade ao ensino a partir do enfoque dado ao Brasil, seria uma História patriótica.

Os processos fundamentais constituidores do mundo moderno e contemporâneo são estudados não para que se compreenda sua historicidade própria, mas apenas sob o viés dos “nexos” e “vínculos” com a história brasileira. Já os processos relacionados à pré-história, ao

²⁵ Jean William Fritz Piaget (1896-1980) foi um biólogo, psicólogo e epistemólogo suíço, influente no campo da educação durante a segunda metade do século 20, a ponto de quase se tornar sinônimo de pedagogia. Não existe, entretanto, um método Piaget, como ele próprio gostava de frisar. Ele nunca atuou como pedagogo. Antes de mais nada, Piaget foi biólogo e dedicou a vida a submeter à observação científica rigorosa o processo de aquisição de conhecimento pelo ser humano, particularmente a criança. Ver: Jean Piaget, o biólogo que colocou a aprendizagem no microscópio (novaescola.org.br) Acesso em: 13/06/2021.

mundo antigo e ao medievo, são quase inteiramente esquecidos, pois não oferecem tantas possibilidades de estabelecimento de “nexos” e “vínculos” (CALIL, 2015, p.42, aspas do autor).

Gilberto Calil (2015), apesar de analisar o texto da proposta à BNCC de 2015 e essa crítica não se referir ao documento final, seus apontamentos são bem importantes no sentido de evitar que tentando escapar de um erro cometemos outro. A micro-história tão próxima à História local utiliza das escalas para a investigação. A preocupação quando pensamos no micro ou local é sabermos “articular de maneira rigorosa a relação entre a experiência singular dos sujeitos históricos e as suas ações coletivas” (MELO, 2015, p.50). A historiadora Vilma e Lurdes Barbosa e Melo diz que

Ao utilizar a história local como recurso teórico-metodológico de pesquisa, o que se propõe é estabelecer relações espaço temporais, cabendo explicitar que, ao trabalhar com a análise em escalas, definindo uma maior ou menor dimensão, busca-se o aporte em um recorte metodológico – o local em relação a um espaço definido, porém em conexão com outros (MELO, 2015, p.52).

Melo observa que, na pesquisa em História Local, revelam-se problemas semelhantes às encontradas em uma abordagem historiográfica mais generalizante:

[...] problemas como: escassez de documentos particulares que, raras ocasiões, se tornam acessíveis aos pesquisadores, as dificuldades de trabalho com a história oral e os embates entre memória e esquecimento, a própria seleção de documentos, bem como as dificuldades logísticas e financeiras para a realização da pesquisa de campo (MELO, 2015, p. 68).

Tudo isso torna a pesquisa e, podemos dizer também o ensino da História Local, nada mais fácil. Mesmo tendo seus desafios, o projeto de uso da história local no ensino-aprendizagem de História traz benefícios fundamentais que legitimam a investida. Nesse sentido, Melo (2015) ressalta que

Partindo do pressuposto de que o conhecimento histórico acadêmico e escolar buscam ser instrumentos de ação efetiva na sociedade, materializando-se na dimensão da práxis, tem-se a percepção, construção ou consolidação das identidades como referenciais para a vivência social, especialmente porque não podemos tomar uma identidade como produto social pronto e acabado, ao contrário, ela está em permanente processo formativo.

Em princípio, temos que, se o sujeito adquire ou tem o conhecimento histórico, isso propiciará a consciência da sua identidade social, levando-o a ação. Seria a interação entre o conhecimento e a ação. O local é, pois, o espaço de atuação dos sujeitos históricos. Na realidade, o que significa o fazer da própria história (MELO, 2015, p.41).

Portanto, compreendemos que, apesar do conceito de História Local ser variado e haver diferentes maneiras de aplicá-la ao ensino, o Local constitui-se como espaço de atuação dos sujeitos. É, portanto, onde os seres humanos percebem-se capazes de um papel de ação no processo histórico e, assim, os docentes encarregados de orientá-los em sua aprendizagem histórica precisam atuar em constante crítica ao que se veicula como historiografia, visto que existem muitos escritos que não passando por uma análise, muitas vezes, acabam por comprometer a formação da consciência histórica desses sujeitos.

Neste contexto, no próximo capítulo, buscaremos compreender através das narrativas de nossos colaboradores qual História Local está sendo ensinada no município de Porto Seguro, bem como os métodos e suportes didáticos que estão sendo utilizados pelos professores em sala de aula, bem como a visão que os mesmos têm sobre a utilidade da sua prática. Outrossim, faremos uma análise alicerçada nos conceitos de saber acadêmico e escolar.

CAPÍTULO 3 - PARA QUE ENSINAR HISTÓRIA DE PORTO SEGURO

Neste capítulo, analisaremos nas narrativas de professores de História de Porto Seguro – HPS, da Rede Municipal de Porto Seguro, obtidas por meio de entrevistas semiestruturadas, qual a visão dos mesmos sobre a utilidade de seu trabalho docente. Posteriormente, reuniremos os métodos e suportes didáticos que estão sendo utilizados por eles na ação pedagógica do componente curricular HPS.

Suas abordagens, queixas, materiais de trabalho, percepções e contribuições, referentes ao trabalho com a disciplina, serão aqui considerados a fim de compreendermos qualitativamente, através da prática desses professores que estão na sala de aula há alguns anos, alguns até há décadas, como o ensino de HPS está sendo construído no cotidiano escolar do município de Porto Seguro.

Selecionamos, assim, 6 escolas do município enquadradas na categoria de grande porte, localizadas em setores distintos: no Complexo do Baianão, no Arraial D’ajuda e na região central. As escolas atendem a maior quantidade de alunos que possuem a disciplina HPS na estrutura curricular e este foi o critério que utilizamos para a escolha.

As entrevistas foram feitas no intervalo entre 12 de janeiro e 16 de fevereiro de 2021 e, naquele momento, encontramos-nos vivenciando os desdobramentos de uma pandemia global: COVID-19. Havia escolas fechadas, distanciamento social, uso de máscaras, entre outras medidas adotadas a fim de diminuir os casos de contaminação pelo novo coronavírus. No momento das entrevistas, estávamos no começo de um ano letivo considerado pelo poder público como emergencial. No município de Porto Seguro, havia, em algumas escolas somente reuniões esporádicas, sendo que em algumas delas o trabalho estava na modalidade remota, evitando assim aglomerações nas unidades escolares.

Nesse sentido, das seis escolas selecionadas para a pesquisa, em 4 delas as entrevistas puderam ser feitas nas unidades escolares, dentre esses momentos de reuniões docentes e as outras por terem acontecido em datas que não haviam encontros ou reuniões, que poderiam ter sido impossibilitadas. Entretanto, pela contribuição dos professores que se disponibilizaram prontamente em colaborar, pudemos seguir com nosso trabalho e fizemos entrevistas com o fundamental “olho no olho”, tão caro à História Oral mesmo em um momento de pandemia. Ressaltamos, aqui, que seguimos com o protocolo de distanciamento de 1,5m e uso de máscara a fim de evitar contaminação.

Chegamos a sugerir a entrevista por meios digitais, porém, os profissionais ainda pouco habituados nesse meio não se sentiram à vontade e recusaram a proposta, sendo que todas as entrevistas foram realizadas presencialmente. Dois desses professores que estavam em trabalho remoto ainda nos concederam, por livre escolha, a entrevista em suas residências, o que facilitou em muito a pesquisa.

Os 6 professores foram aqui considerados como colaboradores e não depoentes ou meros informantes, seguindo a técnica de trabalhos feitos em História Oral trazemos para nós desde antes da concretização da entrevista o juízo de que

[...] a decomposição do termo co-labor-ação é fundamental tanto para o andamento técnico do projeto como para sua função ética, pois remete a mediação, à participação conjunta e comprometida das partes, e também à relação efetuada por presenças que marcam diferenças, ao mesmo tempo que se garantem buscas por mutualidades. Neste sentido, o ato da gravação relativiza o papel meramente auxiliar e garante solenidade do encontro que, aliás, merece destaque por, de certa forma, inverter a rotina continuada da vida ordinária e por consagrar ocorrências que poderiam ficar sem registros ((MEIHY, J.C.S. e SEAWRIGHT, L. 2020, p. 20).

Assim, estabelecemos durante as entrevistas com os professores colaboradores uma relação dialógica no qual expuseram as suas narrativas e que foram atentamente ouvidas por nós, buscando ali nos requalificar como “escutadores plenos”. Concomitantemente, tentamos captar através da gravação o encanto da palavra e, posteriormente, na transformação do oral em escrito buscamos reiterar as sutilezas das expressões da memória e da performance, não deixando de retirar no momento da análise, “da atmosfera a dignidade da crítica” (MEIHY e SEAWRIGHT, 2020, p. 26).

Os professores colaboradores entrevistados não foram identificados por seus nomes verdadeiros por uma opção nossa. Essa escolha foi comunicada nos primeiros contatos e repetida no momento da gravação. Preferimos, assim, proceder a fim de evitar a inibição de eventuais declarações que poderiam causar represálias ou coerções. As entrevistas duraram em média 20 minutos e reconhecemos as limitações metodológicas das mesmas, sendo que não representam o pensamento de todos os professores de HPS do município, mas que se referindo ao método qualitativo proposto, neste estudo, traz à tona a voz de um universo significativo desses profissionais.

A nossa opção pela pesquisa com as escolas de porte especial e de grande porte nos levou a ter unanimidade na categoria entrevistada em relação ao vínculo com a Prefeitura Municipal. Todos os professores colaboradores são concursados, tendo em

média 22 anos de trabalho docente. Apesar de ter uma formação anterior diversa, os professores colaboradores possuíam, no momento das entrevistas, inteiramente graduação em Licenciatura em História, porém, percebemos que essa formação na maioria deles aconteceu recentemente, ou seja, o início do vínculo com a Prefeitura Municipal de Porto Seguro não foi especificamente como professores da disciplina História ou HPS. Dito isto, alguns têm o Magistério como formação inicial. Curiosamente, uma única colaboradora tem a formação inicial em Turismo e foi exclusivamente concursada para a vaga aberta no concurso de 2007 para as disciplinas HPS e Turismo, e após 11 anos lecionando formou-se também em História. O edital de abertura do concurso público nº002/2007 estabeleceu essa possibilidade.

Quanto ao gênero, tivemos um dado variável, sendo que apenas 33,3% do total eram professores do sexo masculino, portanto, nossa pesquisa teve a predominância de professores do sexo feminino, de forma a retratar uma realidade que já nos é bem conhecido, a de que o professorado é em sua maior parte constituído por este gênero.

3.1 A análise das entrevistas

A principal questão do nosso trabalho trata de entender qual História Local tem sido ensinada pelos professores da Rede Municipal de Porto Seguro na disciplina HPS e, assim, compreender o caminho que está sendo traçado para esse ensino e os seus porquês. Entender, desse modo, qual é a real participação desses professores na constituição da disciplina HPS em sala de aula é, ainda, um dos nossos pontos focais. Não se trata aqui de conferir ou medir a qualidade do ensino oferecido pelos mesmos na Rede Municipal de Porto Seguro, mas de refletir e pensar em possíveis caminhos para um ensino de HPS mais dinâmico e que possibilite maior harmonia e cooperação entre os profissionais.

Algumas compreensões e realidades vivenciadas destacaram-se durante o período em que estivemos em campo realizando as entrevistas, especialmente por serem mais recorrentes nas falas dos professores com quem dialogamos. Tais pontos serão aqui destacados por julgarmos pertinentes para aqueles que lidam e refletem sobre ensino de HPS, e também de História.

Os elementos destacados, neste momento, foram selecionados a partir das falas dos docentes, de nosso colaborador, Prof. Dr. Geovani de Jesus Silva, e do material de pesquisa que utilizamos. Muitas vezes, esses três elementos puderam ser lidos de forma concordante admitindo aqui uma narrativa bastante verossímil.

3.2 Quem é o professor de HPS?

Ao considerarmos os dados do ofício 677/2020, de 21 de dezembro de 2020, que nos foi apresentado pelo Centro de Documentação e Memória da Secretaria Municipal de Educação de Porto Seguro (CEDOC), percebemos que dos 32 professores de HPS do município, 14 tem formação inicial em História, 8 em Pedagogia, 4 em Turismo, 3 em Geografia, um em Biologia, um em Normal Superior e um em Licenciatura integrada História e Geografia, de forma que 19 deles possuem especialização em diferentes áreas. Dos professores sem a formação inicial em História, 4 deles a concluíram posteriormente e dois estavam naquele momento com o curso de Geografia em andamento.

Entre os nossos colaboradores foi unânime a formação em História, entretanto, quanto à metade deles essa formação foi mais recente, a saber: a professora Tarsila²⁶ formou-se em 2019 e, anteriormente, possuía graduação em Turismo; a professora Joana²⁷ tinha a formação em Magistério e concluiu História em 2011; e o professor Raul²⁸ também possuía a formação inicial em Magistério, de maneira que concluiu o curso de História em 2012. Diante disso, entendemos que essa segunda formação foi incentivada pela iniciativa do Plano Nacional de Educação (PNE), que colocou como meta que todos os professores da Educação Básica possuíssem formação específica em curso superior até 2020, assim como em âmbito local, quando o Prof. Dr Geovani Silva estava a cargo da coordenação de área na Secretaria de Educação de Porto Seguro, passou a solicitar que as aulas de HPS fossem ministradas preferencialmente pelos professores licenciados em História.

Os colaboradores foram questionados, também, sobre terem tido o estudo de História Local entre as disciplinas do currículo do curso superior. Poucos discentes responderam que tiveram esse estudo mais específico. O professor Elias²⁹, por exemplo, disse que sente falta disso e que o que poderia mais se aproximar seria a disciplina História da Bahia, que fazia parte do currículo da universidade estadual baiana que cursou, mas que não era tão aprofundado. Quanto à professora Tarsila, graduada também em Turismo no estado de São Paulo, disse que teve no currículo conteúdos voltados para

²⁶ Tarsila é um pseudônimo.

²⁷ Joana é um pseudônimo.

²⁸ Raul é um pseudônimo.

²⁹ Elias é um pseudônimo.

o local, no entanto, eram direcionados para patrimônios históricos. Já o professor Raul nos salientou que “[...] não tem como não existir, Porto Seguro está vinculado à História do Brasil e em qualquer aula e em qualquer lugar do mundo, se você tiver a História do nosso país, você vai ter Porto Seguro como referência, é o berço de ocupação”. A única professora que narrou que desfrutou de uma disciplina exclusiva nomeada História Local no currículo, durante a sua formação, foi a professora Dandara³⁰, formada pela Universidade Santo Agostinho em Ipiaú, na Bahia.

As variadas narrativas a esse respeito mostram como o Local como categoria conceitual possui fronteiras móveis e elásticas. O professor Elias recorre à ideia de região aproximando a disciplina que cursou sobre a história do Estado aos estudos locais. A professora Tarsila entende que estudou história local por meio do patrimônio histórico dos municípios que faziam parte do conteúdo do bacharelado em Turismo. No tocante à professora Dandara, esta afirma que teve o estudo, pois tinha uma disciplina denominada como História Local. Quanto ao professor Raul apreende que o local estava contido nos estudos sobre o nacional quando afirma que o estudo local sobre Porto Seguro está vinculado ao estudo da História do Brasil. Sua narrativa, nesse sentido, fornece-nos a impressão de que a história do município é um desdobramento da história nacional e determinada por ela. Contudo,

Essa interpretação apreende e representa a história local como uma extensão, um desdobramento de uma história “não local” (história nacional?), como se fosse peça de um quebra-cabeça. Nessa dimensão, ela teria de se constituir e se apresentar de forma harmônica e, assim, permitir o “encaixe” na história maior.

Por meio dessa leitura interpretativa a história local seria, portanto, uma “pequena peça” de um organograma maior, e o professor ou pesquisador iria apresentar em que dimensões ela corresponderia à história nacional. Em outras palavras, ela seria uma consequência da “história não local”, um prolongamento em dimensões reduzidas e, assim, teria de manter com a “história nacional” uma relação de causa e efeito. Portanto, aquilo que ocorreu no âmbito nacional provocou os efeitos e as consequências que determinaram, em dimensões micro, a configuração da história local (CAVALCANTI, 2018, p.282-283).

Erinaldo Cavalcanti (2018) coloca que, grande parte das vezes, a história local está associada a uma história espacial, especialmente pequena, compreendendo aqui o espaço como sinônimo de ‘local’. No entanto, afirma que não podemos esquecer que toda experiência é espacial e que, mais do que a dimensão do espaço ou do tamanho, o que

³⁰ Dandara é um pseudônimo.

institui se um acontecimento é considerado local ou não é a representação política do acontecimento (CAVALCANTI, 2018).

As narrativas acerca desse tema também nos mostram que existe um déficit na estrutura curricular de cursos das instituições de ensino superior que oferecem licenciaturas em História em relação à História Local. Naturalmente, conteúdos substantivos não poderiam ser trabalhados de forma análoga em uma disciplina como essa na graduação, tendo em vista a enorme diversidade, mas uma reflexão sobre o conceito e sobre o ensino da história local poderia ser objeto de estudo para os estudantes de História nas nossas universidades.

3. 3 A secundarização das Ciências Humanas e o ensino como qualificação para o mercado

No universo de nossos colaboradores, além da formação em História, foi também unânime o vínculo com a Prefeitura Municipal, sendo todos os professores efetivos. Todavia, através das narrativas dos docentes, podemos auferir que nem sempre essa foi, em parte, a realidade. Vista de modo menos importante, a disciplina HPS já foi, e algumas vezes ainda é, utilizada para complemento de carga horária de professores de outras disciplinas, o que manifesta uma desvalorização dela no interior da escola. O desprestígio sentido foi narrado por nossos colaboradores

Percebo que não é valorizada, inclusive na própria unidade escolar também não vejo tanto interesse, tanto os colegas, como a parte administrativa da escola, secretaria, gestão, não vejo tanto interesse. É uma aula que foi colocada, percebo que foi isso, que foi colocada, mas, hoje assim, não vejo...quer dizer, hoje até melhorou muito do que era antigamente de quando eu comecei [...] (Prof. Tarsila).

Olha, não era valorizado não. Eu não via essa valorização não, era como eu estava te falando, ela servia como tapa buraco. Professor que não fechava (a carga horária): dá HPS para Língua Portuguesa, dá HPS não sei o que, não sabia nem o que *tava* dando. Agora, a partir do momento que foi colocado como uma matéria, aí sim. A gente briga por isso, olha HPS tem avaliação, HPS tem conteúdo, HPS é uma matéria igualzinha à outra que a gente chama não do núcleo básico *né*, que a gente chama Português e Matemática [...] até a postura do professor (mudou), eu acho muito importante a postura do professor que dá HPS. Achei muito importante a gente passar HPS para o professor de

História, não ser qualquer professor, ser o professor de História [...] (Prof. Lygia³¹).

Fica como uma disciplina *né* (pausa) por exemplo, eu trabalho só com isso, preenchi minha carga horária e fica sobrando algumas turmas e aí essas turmas ficam para preenchimento de carga horária de professor que não conseguiu fechar, tem professor que trabalha com uma turma apenas. O professor de ciências, o professor de matemática fica com uma turma para preencher a carga horária, eu acho que... eu já escutei, até um preconceito e tal, as matérias importantes português, matemática e tal e a gente escuta até: “o professor, HPS reprova?” Já escutei coordenadores falarem: “HPS não é tão importante assim” [...] (sobre o que escuta nos conselhos de classe) Vai reprovar aluno só por...por que não passou em HPS, “A não gente, *bora* aprovar esse aluno” e aí no meio disso, você sozinho ali, passa *né*. Uma matéria não tão importante [...] (Prof. Elias).

Uma outra questão foi apontada na fala da professora Joana:

[...] os professores não querem assumir essa disciplina, os que são da área, porque sabem da dificuldade. A gente corre para a secretaria e não tem nada, não tem esse apoio, corre para a coordenação e também não tem como ajudar, não sabe e a direção não faz nada. E aí a gente precisa de material impresso e aí, você vira a chata da escola que toda hora tá querendo tirar xerox e aí, tem aquela velha história do material que não tem, que tem que economizar [...] (Prof. Joana).

Decorre-se que existe um certo incômodo, por parte do corpo docente da disciplina História, em relação à maneira como está organizada a disciplina HPS no currículo municipal. Dito isto, sabendo das dificuldades, os professores esquivam-se de assumir a disciplina como sua. Além disso, é possível identificar por meio das narrativas dos colaboradores visões, tanto de alunos, de docentes e de administradores escolares que desprestigiam ou, até mesmo, menosprezam a importância pedagógica da disciplina.

Ainda sobre as narrativas das professoras Tarsila e Lygia conferimos que existe um sentimento de melhorias em relação ao presente, de forma que sabemos que se deve ao fato da política de orientação para que os licenciados em História fossem os profissionais a ministrar a disciplina e o aumento da carga horária de HPS, que passou a ter duas aulas semanais. Para nós, esta foi uma engenhosa estratégia de impedir que a disciplina sirva apenas como complemento de carga horária para outros docentes. Nesse sentido, a fala da professora Lygia chama atenção, uma vez que ela coloca que HPS só foi vista como uma “matéria” após as mudanças feitas. De acordo com as narrativas,

³¹ Lygia é um pseudônimo.

havendo apenas uma aula semanal, as condições de aprofundamento didático eram limitadas.

Sobre o interesse dos alunos, a professora Lygia ainda relata que quando havia apenas um encontro semanal a disciplina não era tratada com muita seriedade pelos discentes. Contudo, com a alteração de carga horária houve uma mudança de olhar

[...] como HPS era só uma aula antes, para eles (os alunos) era: faz um trabalho e acabou. 2019 que passou a ser realmente duas aulas e passou a ser exigido, a gente teve avaliação. Eles começaram a ver com outros olhos. E também o meu discurso na sala de aula sempre é esse: HPS é igualzinho História [...] (Prof. Lygia).

No entanto, o professor Elias ainda descreve que a sua realidade segue sem modificações e isso mostra que as mudanças não foram significativas e sentidas em todas as escolas do município de modo uniforme. Ademais, evidenciam ainda uma secundarização da importância escolar dessa disciplina. O preconceito sentido por nosso colaborador revela uma hierarquia instituída nos processos de escolarização manifestada, por exemplo, nos conselhos de classe, que colocam algumas disciplinas no topo do currículo, como a Língua Portuguesa e a Matemática, já na base a História, a Geografia aqui podemos de igual maneira observar com HPS.

Essa mentalidade que existe dentro da escola, de maneira não oficial, está refletida nas atuais políticas educacionais governamentais iniciadas no governo Temer (MDB 2016-2019), que foram mantidas no governo atual e que vêm reduzindo os gastos com a pesquisa em Ciências Humanas, de modo a tornarem o ensino de História um mero acessório. A exemplo, temos as mudanças que foram direcionadas ao ensino médio.

No Novo Ensino Médio, o discente já irá fazer a escolha de uma área de atuação profissional enquanto ainda cursar o ensino básico e, caso não opte em seguir carreira na área de Ciências Humanas, seu currículo terá a redução progressiva da quantidade de aulas de História. Provavelmente, a multiplicidade de conteúdos que serão trabalhados pelo professor será também reduzida a tão-somente temas que possibilitem uma boa nota na área para garantir uma vaga no ensino superior e/ou no mercado de trabalho. A História Local dificilmente terá um lugar garantido. No momento atual, assistimos o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) acompanhando essa mudança. Citando Licínio C. Lima, em palestra no Seminário “Educação, Teoria Social e Pedagogia: 20 anos de Pedagogia da Revolução”, realizado em Recife em dezembro de 2014, a pesquisadora Cavalcanti (2007) elucida que:

[...]essa hierarquia de saberes teria relação com o fato de a Educação escolar na sociedade pós-industrial neoliberal, organizada através dos objetivos hegemônicos, vir sendo crescentemente pautada para fins de aplicabilidade e utilidade dentro do mercado e dos setores produtivos. Essa perspectiva do ensino tem instrumentalizado os saberes escolares, ora através das crescentes ofertas de cursos técnico-profissionalizantes, ora através da valorização da Educação Básica apenas como ponte de passagem para o Ensino Superior (concepção propedêutica), ora ainda da, também vulgarizada, busca de escolarização como qualificação para fins de certificação em concursos e seleções para ingresso no setor público ou privado (LIMA, 2004). Alicerçada em uma mentalidade marcada por uma visão utilitária do conhecimento, pela concorrência ou pela qualificação técnica em detrimento de uma perspectiva humanista, a Educação contemporânea tende a desconsiderar ou conceder um menor esforço às práticas e saberes que visem objetivos sociais, culturais e políticos a médio ou longo prazo (CAVALCANTI, 2007, p. 103).

Cavalcanti (2007) é pesquisadora da história local no currículo por meio da disciplina História do Recife, que, como explicamos, é um dos poucos municípios que encontramos que, semelhante a Porto Seguro, tem no currículo uma disciplina que trata especificamente sobre a História Local. Ela ainda reitera que, no caso particular de Recife, registrou essas repercussões da visão utilitária do conhecimento inclusive sobre o modo dos docentes conceberem a importância social da disciplina, identificando um potencial econômico nas aprendizagens que ela pode vir a proporcionar. O imediatismo do econômico se impõe, segundo ela, nas falas de alguns de seus colaboradores, docentes da disciplina ao se referir à importância da aprendizagem da história de Recife e relacioná-lo ao potencial turístico da região (CAVALCANTI, 2007).

De forma semelhante e sem espanto, tendo em vista que uma grande parcela dos discentes trabalha direta ou indiretamente com o turismo, encontramos na narrativa de alguns de nossos colaboradores, essa perspectiva que relaciona o saber construído na escola com o mundo do trabalho. Sobre a finalidade do ensino de História, o prof. Elias coloca que a intenção é:

[...]o reconhecimento do aluno para que ele compreenda que ele faz parte da História, que é uma história que está sendo construída, não necessariamente aqui, o local da chegada dos portugueses, mas que ele percebesse que ele faz parte dessa história *né*, de um lugar que teve e tem um contexto importantíssimo e eu acredito que é necessário (Prof. Elias).

E continua:

uma certa vez um aluno chegou e perguntou: pra que a gente quer saber isso? Aí um outro aluno respondeu: se um turista perguntar pra você sobre a história de onde você mora, você não vai saber *né*. Então (conclui) é preciso você estudar essas questões (Prof. Elias).

Nosso colaborador destaca aqui a importância do reconhecimento do aluno como sujeito da História, no entanto, mostra que a utilidade dela para os discentes relaciona-se com as habilidades que essa disciplina escolar pode oferecer a eles no trato com os turistas. Em outro trecho, o docente narra com perplexidade o enfoque que era dado aos conteúdos de Turismo quando havia também essa disciplina e, muitas vezes, os conteúdos se mesclavam.

[...] o enfoque que eu percebi ficava a questão *né*, de turismo, a cidade para inglês ver [...] e a disciplina de turismo o enfoque maior era isso, essas belezas naturais, a importância do turismo essas coisas que contribuição nenhuma, esse é o meu ver, contribuição nenhuma para a história local (Prof. Elias).

Questionada sobre trabalhar conteúdos de Turismo dentro da disciplina HPS, a professora Dandara fala do interesse dos viajantes em conhecer os monumentos do município e, ainda, emite seu parecer sobre algumas lendas³² expondo a sua experiência com os alunos.

[...]Tem as igrejas, tem as casas tombadas aqui em Porto Seguro no centro, aqui na Cidade Histórica, então os turistas veem procurar o que aqui (pausa) eles vem aqui não só porque Porto Seguro é uma cidade bonita né, pelas praias e tudo mais, mas também pelo sentido histórico de ser a primeira cidade a ser conhecida no Brasil. Porque os portugueses chegaram aqui, então tem tudo a ver, eles vão querer conhecer, eles vão querer conhecer a igreja da Pena, eles vão querer conhecer Arraial D'Ajuda que tem a igreja lá também, tudo aqui tem história. Tem as lendas que contam *né*, muitas que a gente sabe que foram verdadeiras, mas tem outras...o caso da igreja alguns acreditam que seja verdadeira, eu mesma acredito que tenha acontecido aquilo ali, *né* então tem lendas que...lenda é lenda, algumas eu não acredito não, mas tem algumas que eu acredito. A lenda da cova da moça eu fico meio na dúvida assim, mas as pessoas mais velhas falam que foi verdade. Eu acredito...então quando eu falo com os meninos eu já falo que eu acredito, geralmente eles acreditam no que a gente acredita. Se a gente fala que não acredita eles já ficam assim (expressão de dúvida) para

³² Etimologicamente, a palavra lenda vem do latim medieval que quer dizer “aquilo que deve ser lido”. É uma narrativa transmitida oralmente pelas pessoas, visando explicar acontecimentos misteriosos ou sobrenaturais, misturando fatos reais, com imaginários ou fantasiosos, e que vão se modificando através do imaginário popular. Conforme vão se popularizando, as lendas tendem a ser reproduzidas e registradas em forma de contos e histórias escritas, principalmente em livros. Fonte: www.significados.com.br/lenda Acesso em 25/04/2022.

mim tem tudo a ver o turismo e tem que trabalhar turismo sim dentro de HPS (Prof. Dandara).

O professor Raul nos explica o sentido do Turismo em suas aulas:

Sobre Turismo não, mas sobre a importância dele dentro da parte financeira do nosso município. A gente fala assim nesse sentido *né*, a importância dele, da forma que você recebe o turista, o tratamento, conhecer por exemplo os pontos turísticos da cidade, as referências biográficas, datas, essas coisas. A gente faz porque os alunos acabam tendo muito contato com os turistas na praia como ambulante e outras coisas. Então ele tem que levar alguma informação porque ele sempre está sendo questionado alguma coisa sobre Porto Seguro e aí acaba intercalando esses dois sentidos (Prof. Raul).

Como podemos perceber, o Turismo é trabalhado por alguns docentes com o intuito de preparar o aluno para o mercado de trabalho. Em síntese, para recepcionar o turista de forma adequada, sendo Porto Seguro uma região com forte potencial para o setor e não para utilizar o Turismo como um exemplo mais próximo ao universo do aluno, que o auxilie a tomar consciência de seu papel dentro da economia e da sociedade. O Turismo é colocado como a esfera no qual senão atualmente, mais cedo ou mais tarde o aluno irá compor a parcela de mão de obra.

3.4 Olhares integrantes sobre a finalidade do ensino e contribuição da História

Sobre a compreensão da finalidade do ensino da História, ainda que os professores colaboradores tenham variado no modo de dispor as palavras, percebemos que no discurso a leitura frequente é de que os saberes históricos escolares são necessários à compreensão da realidade social, à construção da identidade e à cidadania. Para a professora Lygia, a motivação para o estudo da História relaciona-se à atitude cidadã do respeito importante para a vida em sociedade.

Porque quando você estuda História você aprende a respeitar o outro, respeitar a cultura, respeitar a forma de agir, a religião e não um melhor que o outro. Não. De cada cultura você tem condições de aprender e conviver, isso que para mim é o estudo da História (Prof. Lygia).

A professora Joana relaciona a História à formação da identidade e como útil para a compreensão da sociedade.

A finalidade de (pausa) formar identidade do aluno e também a identidade sobre a sociedade, como ela surgiu. Para eles terem uma consciência maior de espaço, de...do porquê os fatos terem acontecido. Porque que hoje é assim, você tem que voltar ao passado para fazer esse aluno compreender a sociedade em si *né*, do meio, da própria identificação dele (Prof. Joana).

Quando questionada sobre a finalidade da História, a professora Dandara usou uma frase recorrente: “Conhecer o passado para entender o presente...eu sempre falo isso”. Podemos dizer que todos os docentes ouvidos acreditam nos saberes históricos como estratégicos para a compreensão e atuação na vida em coletividade. Sobre a finalidade do ensino de História, Fagundes (2006) esclarece:

Constantemente, os professores de história se veem diante de um desafio posto pelos alunos: “Para que serve a história?”. Essa pergunta quase sempre assume o mesmo sentido de outra: “Para que estudar o passado?”. A resposta, por sua vez, tem como explicação: “Estudar o passado para conhecer o presente”. Segundo Felgueiras (1994, p.34): “Todas as correntes afirmam que queremos conhecer o passado para compreender a sociedade em que nos inserimos. [...] [Embora] não seja essa uma razão suficiente é, contudo, necessária”. A diferença aparece, segundo a autora, quanto à função social que se lhe atribui (FAGUNDES, 2006, p. p. 123-124).

Em relação à contribuição de HPS para a comunidade local, os professores relataram a importância das aulas da disciplina no currículo e cada um explicou sua relevância de modo díspar. Alguns ressaltaram que a História Local é salutar para o reconhecimento do aluno como sujeito histórico. Nesse sentido, o prof. Elias afirma: “eles têm um interesse maior quando a gente traz para a realidade deles *né*”. Sobre o trabalho de levar os alunos em visitas ao patrimônio do município, a prof. Lygia nos conta que:

quando a gente faz esse trabalho com eles: vai até a praça, mostra. Eles passam a ver com outros olhos e isso tudo é importante para eles, porque eles fazem parte da História. Então, por isso que eu vejo a importância de estudar todas as... (pausa) tudo que você tem sobre a história local, que assim, eles percebem que eles fazem parte dessa História (Prof. Lygia).

Ao estabelecer relações com o cotidiano do aluno, o ensino-aprendizagem da História Local possibilita o despertar de um senso crítico em relação às vivências da comunidade, fazendo do discente um indivíduo atuante, um agente transformador de sua realidade. Sobre a importância do estudo local nas escolas, Lima (2011) ressalta que

A importância do estudo da história local nas escolas está na tentativa de fazer com que o aluno reaprenda e valorize a história de sua

sociedade e de sua própria história, mostrando que o mesmo é partícipe da história, tornando também este ensino importante para sua vida, desconstruindo assim a ideia de que o ensino da história não lhe diz respeito, pois não está ligado a ele, rompendo, portanto, a forma de ensino tradicional de memorização sistemática de datas e fatos para a construção de um estudo participativo e investigativo por parte do professor e do aluno, reafirmando a importância e a necessidade da interação escola e comunidade, pois desta forma incentivará a reconstrução histórica da mesma (LIMA, 2011, p. 10).

Sobre as contribuições do ensino de HPS para a comunidade local, a prof. Tarsila considera que “[...] acho que ajuda a resgatar, a valorizar a cultura, a memória do lugar”. Outro colaborador recorre à imagem de Porto Seguro como primeiro local de “povoamento” dos portugueses no território brasileiro e indica que trabalha por meio de *links* relacionando o local, o regional e o nacional.

Dentro do município é o resgate do cotidiano do povo, a influência na formação do próprio brasileiro como primeiro local de povoamento [...] Ele (o estudo de HPS) acaba sendo uma referência, acaba interligando Porto Seguro, a Bahia, o Brasil e assim, dentro da comunidade local eu acredito que sim, tem um papel fundamental [...] (Prof. Raul).

A professora Dandara conta que já lecionou em locais mais afastados da região urbana do município e que, muitas vezes, esses alunos não conheciam a sede do mesmo, de forma que suas aulas serviam para propiciar esses encontros.

Principalmente para os alunos da zona rural, como eu trabalhei em Vera Cruz, eu trabalhei em Pindorama, eu trabalhei em Barra Velha lá na Aldeia Indígena. Então muitos dos alunos de lá não conhecem Porto Seguro, a praia, aí as vezes a gente vinha fazer passeio, levava na praia, levava na Cidade Histórica, entendeu?

Salienta, ainda, acerca da importância da existência de uma disciplina específica para trabalhar temas locais:

[...] Quando você vai trabalhar História de Porto Seguro dentro da disciplina você vai focar para a história daqui e você trabalhando dentro da disciplina de História não, você vai falar superficialmente *né*, a não ser que o professor queira aprofundar. Mas com HPS você vai aprofundar. Então para os alunos de outras localidades, outros distritos que não são Porto Seguro (sede) assim, é fundamental. Para os daqui tem mais a questão histórica *né* (Prof. Dandara).

Sabemos que HPS é também História e uma das características que pode diferenciar uma disciplina da outra é uma questão espacial com o enfoque mais local em HPS e geral na disciplina História. Isto para alguns não justificaria no currículo uma

disciplina autônoma. No tocante a este assunto, o colaborador professor Dr. Silva (2021) nos relatou que existem professores de História que criticam a disciplina e alertou que “[...] se a gente for olhar o ensino de História como um todo, se Ásia, África, a história desses povos já fica imprensadas ou quase não dá, você imagine a história local! Não vai trabalhar, então é melhor que tenha”.

A colaboradora Dandara reflete sobre a questão e conclui, em sua justificativa verdadeira e simples: em História você vai trabalhar esses conteúdos locais “*superficialmente*”, mas como HPS “*você vai aprofundar*”. Para nós, o mérito da autonomia da disciplina reside justamente nisso: o(a) professor(a) de História muitas vezes deixa de trabalhar as questões locais para ser capaz de cumprir todo o conteúdo curricular anual e uma disciplina específica poderia ser a solução desse problema. Nessa perspectiva, lembrando que os conteúdos locais estão sempre interligados com os regionais, locais, mundiais, não existe forma de ensinar HPS sem recorrer aos temas mais gerais.

No entanto, a maneira como foi sendo (des)organizada a disciplina vem dando margem a críticas por parte dos docentes, de modo que estes afirmam que os objetivos ainda estão longe de serem alcançados. É o que mostra a professora Joana

Olha, o objetivo da disciplina seria trazer *né* (contribuição), principalmente a questão da memória, a história local. Porque além de ter uma cidade turística, tem todo um... (pausa) não só o turismo, mas a questão de como ela surgiu. Além do descobrimento tem uma história aqui nessa região...o objetivo da disciplina é contribuir, mas como o município não está, não preparou, (pausa) criou a disciplina, mas não preparou a questão de recursos *né*, um material, então ele se perde (Prof. Joana).

O professor Elias partilha da mesma sensação e nos conta: “[...] ressalto que falta muita coisa ainda *né*, é importantíssimo, mas eu acho que ainda falta uma valorização maior, um enfoque maior por parte da comunidade escolar para a disciplina”. Essa valorização reivindicada por nosso colaborador poderia interferir positivamente na motivação dos alunos para o estudo de HPS, uma das queixas frequentes dos docentes.

3. 5 Recursos didáticos, saberes docentes, formações continuadas, transposição didática

Outra questão relevante diz respeito à conscientização dos professores em relação à importância da disciplina e o atestado deles de que a HPS ainda carece de sistematização e recursos para o ensino. Realidade esta narrada pelos colaboradores:

[...] os recursos são justamente o problema *né*, porque a disciplina foi criada em 1997. Olha pra você ter ideia, vão fazer...tem 23 anos que virou lei *né* e mais de 20 anos e eles até hoje não tem material para a rede. O professor ele se vira. É cada um se vira, fica solto, se vira como pode e esse poder que é limitado também *né*. o material de pesquisa não existe praticamente, *cê* joga no *google*...nem pra gente nem pro aluno, *cê* joga no *google* *cê* num acha nada porque é história local, você busca livros, também são poucos (Prof. Joana).

O material a gente tem uma carência muito grande, recursos *né* para serem trabalhados. [...] nós não temos livro igual matemática, português, geografia que o aluno dispõe daquele material e aí, o professor tem que tirar xerox, é quadro, escrever os textos. Eu particularmente escrevo muito no quadro. Os alunos reclamam: “o professor não para de escrever não? Não cansa não?” Mas são os recursos que a gente tem, quadro negro, no caso, quadro branco *né*! (risos) (Prof. Elias).

Os recursos é a parte que falta material *né* para elaboração dos conteúdos. A gente não tem livros, não temos livros didático. Então temos que o que? Ficar pesquisando na internet, procurando livros dos autores tanto locais *né* (Prof. Tarsila).

A falta de subsídios para o ensino-aprendizagem de HPS é uma constante reivindicação dos docentes entrevistados. As queixas são frequentes em relação à falta de um livro didático específico da disciplina para o trabalho com os alunos. Outra questão salientada é a dificuldade em encontrar uma bibliografia especializada para consulta. Afirmam, inclusive, que por ser história local pouco material é encontrado para pesquisa.

Porque às vezes falta documento pra gente. Tudo que a gente tem é muito antigo. Então, a gente fica tentando pegar livro de 4ª série para poder trabalhar porque é o que ainda tem conteúdo da Bahia, conteúdo que a gente pode usar em HPS. Mas, documentos para você falar: olha aqui. Você não tem. Você tem ali, ali e lá e é você que tem que montar (Prof. Lygia).

Até o próprio conteúdo didático ele é muito vago, a gente tem que pesquisar. Por exemplo: eu não trabalho com livro, não existe um livro didático de HPS no município. Por ser uma disciplina recente eles não tiveram essa preocupação. Eles mandam tópicos *né*. A gente trabalha encima deles e vai dissertando outros tópicos, é só fonte de pesquisa *né*. Inclusive agora no período da pandemia, ficou complicado porque praticamente toda aula é uma pesquisa. Eu trabalho ensino e pesquisa para gerar conteúdo, gerar interpretação, participação essas coisas. Não

tem um livro, ou seja, livro tal, página tal, não existe. Eles ainda não tiveram essa preocupação de criar um conteúdo específico, o livro didático de HPS ainda não (Prof. Raul).

Verificamos aqui que, de acordo com esses depoimentos, o poder público pouco se preocupou em assessorar os professores com recursos didáticos, o que vem causando grande descontentamento por parte dos docentes e discentes. Alguns colaboradores relatam que suprem essa carência fazendo pesquisas na internet, em livros, e ainda, segundo eles, com poucos resultados por se tratar da história local. A professora Lygia diz que, entre outras coisas, usa o livro da 4ª série que tem conteúdos sobre a Bahia³³ para embasar as suas aulas. O professor Raul ressalta que, na falta do livro didático, trabalha ensino e pesquisa para gerar conteúdo. Esse trabalho de pesquisa citado pelo professor foi sendo explorado na conversa e entendemos que, em cada aula, o professor solicita uma pesquisa para os alunos a partir de temas contidos no documento que a Secretaria nomeia como Proposta Curricular.

Sobre o conteúdo das aulas, o professor Raul diz que ele é muito vago e que eles, os gestores da Secretaria de Educação, mandam tópicos. Os tópicos citados por ele são o que a Secretaria de Educação nomeia como Proposta Curricular da disciplina HPS. Como já tratamos, no documento em questão, encontramos um texto introdutório com um parágrafo de justificativa curricular da disciplina seguido dos objetivos apresentados de maneira discursiva. Existe a divisão por modalidade/ano: 8º e 9º ano, a listagem dos conteúdos e objetivos geral e específicos para cada ano. Por último, a bibliografia que lista pontualmente, livros, dissertações e teses sobre história local e sobre a historiografia de Porto Seguro³⁴.

Esse material foi elaborado por professores pesquisadores da história de Porto Seguro, a exemplo o Prof. Dr. Francisco Cancela, o Prof. Me. Uiá Freire e o Prof. Me. Tharles Souza que são, no momento atual, os expoentes da pesquisa acadêmica em história local do município. O Prof. Dr. Silva (2021) diz que o documento se trata de um “conjunto de objetivos de aprendizagem” e não pode ser nomeado como proposta curricular.

³³ O livro em questão é intitulado: Segredos da Bahia de Albani Galo Diez. Livro que já foi disponibilizado pelo MEC para o ensino fundamental I da rede pública de Porto Seguro e que consta no acervo de bibliotecas públicas do município. Geralmente, os professores de HPS utilizam alguns conteúdos sobre Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia como base para as aulas.

³⁴ Ver anexo da Proposta Curricular.

Esse “conjunto de objetivos de aprendizagem” foi enviado para algumas escolas, mas não houve uma reunião para orientar os docentes que, após a entrega, continuaram com as mesmas dificuldades didáticas

[...] esse ano a gente recebeu lá da Secretaria um planejamento... não um...tipo um currículo mesmo com objetivos e... objetivos por série e disciplina. Aí tem HPS e aqueles objetivos a gente não sabe como eles tiraram porque a gente não tem nem de onde partir para encontrar aqueles conteúdos. Aí eu falei até com a coordenadora sobre isso, sobre todas essas angústias *né* que não são só minhas são de todos os professores de HPS e falei que eles precisam dar suporte mesmo porque se veio de lá, parte de lá os objetivos. Então eles têm que dizer de onde tiraram, onde *tá* esses pontos, onde *tá* esses materiais (Prof. Joana).

Questionada sobre a resposta da coordenadora, a professora Joana disse que ela a atendeu bem e que reconhece as dificuldades dos professores de HPS, embora ela também tenha ouvido da gestora que ainda irão montar uma comissão para sanar os problemas enfrentados e, assim, desabafa:

[...] disse que vão criar ainda uma comissão para ver essa parte de HPS, o que tem, o que precisa, mas é para depois e a gente precisa planejar. A resposta deles é sempre assim, vai montar uma comissão. Só que a matéria não tá suspensa até isso se resolver, não para (Prof. Joana).

Notamos uma grande dificuldade dos colaboradores em seguir esse material enviado pelo Secretaria de Educação, conforme podemos observar ainda na fala da professora Joana:

[...] eu não sou a favor de que acabe HPS, mas eles precisam se organizar para fazer realmente dela uma disciplina que (pausa) supra o objetivo dela. Porque não tá tendo esse suporte, e aí, até nas formações pedagógicas, as duas últimas foram com (cita o nome do pesquisador), ele também não passa. Ele passa assim: o que ele tem de estudo né, da área dele, da pesquisa. Mas ele não tem como nortear a gente...é só pra dar o curso [...] (Prof. Joana).

A professora diz que as formações continuadas, oferecidas pela Secretaria de Educação de Porto Seguro, não têm suprido as demandas dos professores de HPS. Acontece que essas capacitações são ministradas pelos professores pesquisadores da História de Porto Seguro que estão nas universidades desenvolvendo suas pesquisas de mestrado e/ou doutorado. Nestas oportunidades, eles demonstram interesse em divulgar sua pesquisa, o que é de grande valia para os professores conhecerem a História do

município de Porto Seguro. No entanto, observamos que se faz necessário amadurecer condições e metodologias para que os professores de HPS desenvolvam habilidades didáticas para transpor esse conhecimento aos seus alunos. Uma dificuldade que pode ser explicada pelo déficit dos nossos cursos de licenciatura em disciplinas e debates de cunho mais pedagógico.

Existe um entrave quanto à linguagem das fontes oferecidas nas capacitações. Os professores dizem que o material não está adaptado à linguagem de seus alunos. E tem razão. Mas, aqui, revelamos então essa barreira: um desconhecimento dos professores da maneira de adaptação do material para os alunos do ensino básico. Sobre isso, Silva (2021) relata:

[...]depois de 2000, com a chegada do curso de História na UNEB de Eunápolis é que começam as primeiras produções científicas. Aí vem monografia, artigos publicados sobre Porto Seguro e outras pessoas que vão fazer mestrado, doutorado fora, tanto na área de Geografia, quanto na área de História. Então você tem hoje teses, dissertações de mestrado sobre Porto Seguro no campo do Turismo, de História e de Geografia. Então a produção de material ela vai se dar a partir daí. Só que aí a gente tem um outro problema, que a dificuldade do professor era pegar esse material e fazer a transposição para transformar ele em recurso didático e que até hoje, a gente tem essa dificuldade do professor que é fazer essa transposição (SILVA, 2021).

Porém, sabemos que a ideia de transposição didática parte do pressuposto de que haveria uma total dependência das disciplinas escolares às suas ciências de referência, originando assim uma classificação dos saberes. Entretanto, é certo que a ideia de dependência não reflete a opinião de todos pesquisadores da educação. Muitos entendem que as disciplinas escolares são resultantes de diversas fontes de conhecimento, não só o acadêmico. Com isso, discorrendo acerca de disciplina escolar, Bittencourt (2009) diz que

Os debates mais significativos em torno da concepção de disciplina escolar têm sido realizados por pesquisadores franceses e ingleses, com divergências importantes e significativas entre eles. As posições não são iguais, com posturas conflitantes acerca do conhecimento escolar, notadamente entre os defensores da ideia de disciplina escolar como “transposição didática” e os que concebem disciplina como um campo de conhecimento autônomo (BITTENCOURT, 2009, p.35, aspas do autor).

Tratando-se da História, sem estancar o diálogo necessário com a História acadêmica, o campo da história escolar constitui para nós um elemento ressignificador.

A história ensinada em sala de aula não é, nem deve ser, a história autenticada pela academia. Existem especificidades da história que estão nas escolas. Em linhas gerais, ela é reinventada a cada aula, mas não de forma irresponsável e sem critérios. A história ensinada na escola tem uma organização que lhe é própria. Para Souza (2016) “a disciplina escolar deve ser entendida como um conjunto de conhecimentos caracterizados por organização própria, que vinculado à escola, estabelece novas relações de saber a partir das práticas de seus agentes: professores e alunos” (SOUZA, 2016, p.38).

Professores são produtores de saberes e não simplesmente reprodutores. Assim sendo, Bittencourt coloca que: “Efetivamente, no ofício do professor um saber específico é constituído, e a ação docente não se identifica apenas como de um técnico ou de um ‘reprodutor’ de um saber produzido externamente” (BITTENCOURT, 2009, p. 50-51). Seus saberes provém de variadas fontes e são dinâmicos. Souza (2016) discorre que “suas bases acadêmicas se entrelaçam com suas experiências pessoais e profissionais”. Em Souza (2016), acolhemos que no saber escolar:

É o conhecimento relacionado com o saber científico que está sendo ensinado, porém diferente dele, pois é criado a partir das necessidades e injunções do processo educativo, englobando questões que surgem no dia a dia da sala de aula, envolvendo conhecimento científico e saber cotidiano, além dos aspectos socioculturais relativos a cada situação (SOUZA, 2016, p. 42).

O problema da falta de suportes informativos³⁵ é constante na narrativa de nossos colaboradores que sugerem, para a melhoria do ensino da disciplina, a formulação de um conteúdo didático análogo para toda a Rede. Já desesperançoso, o Prof. Elias diz que para melhorar precisa:

[...] a formulação de um conteúdo que toda a Rede Municipal trabalhe. Porque fica a cargo de cada professor procurar seu material e eu acho que...recursos também, que a gente possa trabalhar melhor em sala de aula porque é uma luta diária. Fica o professor e o seu material: se vire. Eu acho que ainda é... se é para valorizar a disciplina eu acho que tem que ter um, digamos, não sei se eu posso usar a palavra: um interesse maior por parte da Secretaria né, mas que desse mais suporte para o professor...e isso aí, eu acho que tá longe ainda de acontecer (Prof. Elias).

³⁵ Os suportes informativos estão no grupo dos materiais didáticos que correspondem a todo discurso produzido com a intenção de comunicar elementos do saber das disciplinas escolares. Dessa forma, temos toda a série de publicações de livros didáticos e paradidáticos, atlas, dicionários, apostilas, cadernos, além das produções de vídeos, CDs, DVDs e materiais de computador (BITTENCOURT, 2009, p. 296).

Muito indignada com a situação, a professora Joana acredita que um livro didático solucionaria o problema e chega a dizer que

[...] já passou muito tempo, era para o município ter esse subsídio porque a gente não tem livro, então é... é... a única solução, tinha que ter tipo, um livro. Agora melhorou, Geovani³⁶ fez uma troca, colocou HPS só nos dois últimos anos e DADI³⁷ nos 6ºs e 7ºs, ficou duas séries...melhorou. Mas em compensação o tempo de aula aumentou. Então você ficar duas aulas enrolando é complicado! Tem dia que você tem material para dar uma aula, mas para o ano todo e duas séries (faz gesto de negação) isso tinha que estar fechado num material, tendo um material todo mundo seguia (Prof. Joana).

A ausência do livro traz tamanha insegurança aos professores a ponto de nossa colaboradora exclamar que, na falta dele, passa o tempo de aula *enrolando*. Contudo, até que ponto uma aula baseada no livro didático pode ser garantia de uma aprendizagem significativa? Até que ponto uma aula que dependa de um livro pode realmente propiciar, aos discentes, reflexão, entendimento, análise, questionamentos e sobretudo que eles se percebam como sujeitos históricos?

Não é de se estranhar que, sobre o interesse e participação dos alunos, a prof.^a Joana afirme que consiste em:

Péssimo. Eles (os alunos) não gostam não, eles reclamam muito. Melhorou, até porque antes eram 4 anos, 6º, 7º, 8º e 9º e eu era professora das 4 turmas. No meu caso, só piorava porque além de tudo, de ser a mesma disciplina, com pouco conteúdo para as 4 séries e ainda era a mesma professora. E assim haja criatividade né. Você tá solta. Então, eles reclamavam muito e você acaba repetindo, eles: (os alunos dizem) “de novo isso! Ah para que eu tenho que saber isso?” (Prof. Joana).

Nesse trecho fica perceptível que a aula é centrada na ênfase conteudista. A professora queixa-se da falta de quantidade de conteúdo e os alunos não compreendem o motivo de ter que aprendê-los. Visto desse modo, o conhecimento histórico parece ser um amontoado de narrativas fragmentadas que os alunos precisam aprender em quantidade através da simples memorização.

³⁶ Referência ao Prof. Dr. Geovani de Jesus Silva que era coordenador da área de HPS na Secretaria de Educação de Porto Seguro e que participou da nossa pesquisa como colaborador.

³⁷ Disciplina da parte diversificada da estrutura curricular do município: Diversidade afrodescendente e indígena – DADI.

José Evangelista Fagundes, em sua tese *A História Local e seu lugar na História: histórias ensinadas em Ceará - Mirim* defendida, em 2006, diz que “a concepção de que ao ensino fundamental cabe apenas a transmissão do conhecimento possivelmente contribuiu para o sucesso do livro didático entre os professores” (FAGUNDES, 2006, p. 136). O pesquisador encontrou em seus colaboradores a mesma insegurança e ainda argumenta:

Nas falas dos entrevistados, o material “sistematizado”, “organizado”, é apresentado como verdadeiras autoridades e guias perante eles e os alunos. A sua ausência lhes faz sentirem-se órfãos, inseguros e sem rumo. Será que a preocupação com a falta desse tipo de material não vem expor um grande problema relacionado com a formação profissional que se evidencia na dificuldade de exercer a liberdade de escolha de conteúdo e de método? (FAGUNDES, 2006, p. 136)

Entretanto, entre nossos entrevistados existem posicionamentos contraditórios. Eles queixam-se da falta de subsídios, mas de certa forma já sabem explorar outras formas de ensino mesmo que por força da ocasião. Desse modo, fugindo do convencional, eles têm encontrado alternativas para o ensino de HPS de modo singular. Narraram que, mesmo com todas as dificuldades, encontram maneiras de ensinar, seja através de textos que levam para a sala de aula, pesquisas no *google*, leituras de textos acadêmicos ou aulas extraclasse com visitas ao patrimônio histórico. Porém, percebemos que os textos levados para a sala, as pesquisas à internet, muitas vezes são oferecidas como se fosse um livro didático tradicional. Textos prontos sem fomento ao exercício da pesquisa. Assim, percebemos que o modelo é aquele que o professor é o transmissor de conteúdos existindo pouco espaço para reflexão crítica.

Nesse sentido, a fim de alterar essa lógica do ensino tradicional, os professores precisam tomar uma posição metodológica diferenciada, tornando-se professores - pesquisadores e, além disso, podem colocar seus alunos como pesquisadores da realidade local, tendo em vista que o método de pesquisa também faz parte da aprendizagem histórica. Investigação, comparação, elaboração de hipóteses são essenciais para a formação de cidadãos com senso crítico em relação à realidade que estão inseridos. Sobre a transposição feita nos livros didáticos, Fagundes (2006) diz que

Um ensino de história tendo por base exclusivamente a transposição didática dos saberes dificilmente poderá contemplar a preocupação dos professores em considerar *a realidade do aluno*, pois um livro não é pensado considerando a inserção concreta dos milhões de alunos nos diferentes meios sociais em que vivem (FAGUNDES, 2006, p. 137).

Ele diz que “a adoção de um material didático, além de não levar em conta a realidade do professor e aluno diretamente no processo de ensino-aprendizagem, oferece um planejamento colocando o professor apenas como gerenciador da relação didática entre aluno e livro” (FAGUNDES, 2006, p.127). Nesse aspecto, consideramos que essa espera dos professores de HPS por um material didático não deve ser considerado lesivo por completo, pois é preciso haver sim um diálogo entre o saber produzido na academia e a escola. Entretanto, é fundamental não haver exclusividade de produção do conhecimento em nenhuma delas, nem na academia e nem na instituição escolar. Quando a escola não se propõe a produzir conhecimento em sala de aula ou fora dela acaba caindo num conservadorismo educacional que já foi, e ainda é, muito combatido.

Desta forma, evidenciamos que pouco escutamos sobre uso sistemático de fontes históricas em sala de aula. A palavra fonte, por exemplo, só foi citada diretamente em duas entrevistas, com a professora Joana ao mencionar a sua dificuldade de encontrar fontes e documentos para o ensino e a professora Lygia, ao se referir ao patrimônio material do município. De forma indireta, a professora Joana contou que já houveram momentos no passado em que ela promoveu um trabalho com a memória por meio de entrevistas aos moradores mais antigos, mas também narrou que promover esse encontro de gerações é bastante complicado e não tem utilizado mais. Sobre o trabalho com a memória dos moradores, a professora lembrou dos obstáculos devido à indisciplina dos alunos que a motivaram a abandonar o projeto

[...] já teve uma época, com os moradores mais antigos, já teve um projeto assim, mas *num* é sempre não. É meio complicado porque para você *botar* o nosso aluno (expressão de dificuldade). Porque são um pessoal de idade né, tem que ter todo um cuidado (Prof. Joana).

Sobre o entrave dos recursos e a falta de um trabalho sistemático, a professora ainda diz

[...] eu faço isso, mas *num* é um trabalho de rede, da rede. É um trabalho que eu tenho que me virar. Aí se eu encontrar com outro colega ele tá se virando lá com o que ele tem. Se vier um aluno na II unidade de uma escola para outra, ele tá totalmente solto e perdido porque o que eu tô dando aqui é certo que não é o que ele tá vendo lá. E a culpa não é nossa. É porque não existe esse trabalho na rede, culpar a Secretaria (Prof. Joana).

Essa falha de sistematização, que se refere à professora Joana, sabemos que se deve à falta de um debate com os docentes para a elaboração do currículo da disciplina. Em relação à HPS, as decisões ainda são de gabinete com pouco diálogo com os

professores que vivenciam o cotidiano da sala de aula. O currículo ou “conjunto de objetivos de aprendizagem” como pronuncia Silva (2021) foi produzido a partir da experiência de historiadores que estão imersos no meio acadêmico e que, ainda, pouco dialogam com a escola.

Diante disso, entendendo a ação docente como um ato também coletivo, notamos em nossos colaboradores atitudes de pouca colaboração entre si e, muitas vezes, isso acaba sendo mais um impasse para o trabalho com HPS, que acaba minando a força de conjunto dos docentes. No momento atual, em que empregamos a tecnologia em grande parte de nosso tempo, poderia haver até maneiras dinâmicas de compartilhar materiais entre os mesmos, favorecendo o trabalho pedagógico. Outrossim, entendemos que eles reivindicam uma sistematização de conteúdo em um livro didático no intuito de homogeneizar o ensino no município, contudo, nas conversas mais informais, notamos uma atitude exclusivista, na negativa de partilhar materiais já disponibilizados com os colegas.

3.6 Livro didático: solução ou engodo?

A narrativa dos nossos colaboradores mostra que eles têm consciência da importância de ensinar e aprender HPS. Entretanto, também nos deparamos com obstáculos expostos pelos mesmos que vivenciam o cotidiano da sala de aula, e a queixa mais comum é a ausência de recursos didáticos. Isso mostra que o poder público pouco trabalhou para sistematizar o ensino dessa disciplina no currículo, mesmo tendo passado mais de duas décadas da sua implantação. Por outro lado, entendemos que existe na mentalidade desses docentes uma ampla dependência do livro didático que vem gerando essa necessidade registrada.

Essa dependência traz como desdobramento uma grande dificuldade aos docentes em produzir conhecimentos com os alunos. Assim, a falta do livro se torna um entrave para o ensino pois, acredita-se que nele já constaria o conhecimento acadêmico completamente transposto em que pudessem seguir sistematicamente no decorrer do ano letivo.

Objeto de características próprias da cultura escolar, o livro didático é o mais usado instrumento do seu cotidiano. Segundo Souza (2016), a utilização ostensiva do livro também pode traduzir o processo de precarização do trabalho docente. Na falta de

tempo em conservar-se em dia com as atualizações da sua área, o professor acaba recorrendo ao livro a fim de facilitar o seu ofício. Ela diz que:

[...] o tempo para pensar e planejar tem sido cada vez mais exíguo, com a fragmentação do trabalho docente, agregando cada vez mais atividades estéreis, como relatórios, análise de números concernentes a metas, digitação de notas para o sistema das secretarias de educação, reuniões pedagógicas voltadas para a análise de gráficos de desempenho dos alunos nas avaliações externas em relação ao ano anterior e em relação às outras escolas, etc (SOUZA, 2016, p.48).

Assim, o grau de dependência dos professores em relação ao livro está associado à sua formação e condições de trabalho (BITTENCOURT, 2009, p. 318). Os professores têm usado o livro como ponto de apoio para a organização das aulas e acabam o admitindo por cumprir o seu papel.

A situação de total dependência de um conhecimento acadêmico há tempos é contestada por estudiosos que se dedicam ao estudo das origens e desenvolvimento das disciplinas escolares, que dizem não haver uma tabela que rotule o conhecimento em superior e inferior, devendo cada qual ser entendido em suas especificidades. Com isso, citando Goodson, Bittencourt (2009) diz que o pesquisador se posiciona contra a ideia de transposição didática e discorre ainda:

Este pesquisador explica que muitas matérias escolares não apresentam as mesmas estruturas das disciplinas acadêmicas e não se utilizam de conceitos e métodos semelhantes. Ademais, argumenta que muito do que se trabalha na escola nem tem uma disciplina-base ou ciência de referência, constituindo uma comunidade autônoma que recebe múltiplas interferências, como a dos próprios professores e de toda uma série de pessoas ligadas ao poder da administração escolar, além das demandas da sociedade (BITTENCOURT, 2009, p. 45).

Curiosamente, ela destaca ainda que o pesquisador Ivor Goodson usa o termo *matéria escolar* (*school subjects*) para a forma de conhecimento proveniente das escolas primárias e secundárias, e *disciplina* para o conhecimento oriundo e característico da tradição acadêmica (BITTENCOURT, 2009, p. 45). Na narrativa de nossos colaboradores, o prof. Elias, a prof. Joana e a prof. Lygia usam o termo *matéria* ao se referirem à história escolar. O prof. Raul mescla os dois termos e os demais utilizam *disciplina*.

Ainda, entendemos que essa linha de pensamento se torna um entrave ao trabalho com a história como o indicado pela BNCC, que reflete um processo de ensino-

aprendizagem no qual professores e alunos sejam sujeitos. Desse modo, percebemos no texto da BNCC (2018) um estímulo à investigação e à pesquisa.

Para se pensar o ensino de História, é fundamental considerar a utilização de diferentes fontes e tipos de documento (escritos, iconográficos, materiais, imateriais) capazes de facilitar a compreensão da relação tempo e espaço e das relações sociais que os geraram. Os registros e vestígios das mais diversas naturezas (mobiliário, instrumentos de trabalho, música etc.) deixados pelos indivíduos carregam em si mesmos a experiência humana, as formas específicas de produção, consumo e circulação, tanto de objetos quanto de saberes. Nessa dimensão, o objeto histórico transforma-se em exercício, em laboratório da memória voltado para a produção de um saber próprio da história. A utilização de objetos materiais pode auxiliar o professor e os alunos a colocar em questão o significado das coisas do mundo, estimulando a produção do conhecimento histórico em âmbito escolar. Por meio dessa prática, docentes e discentes poderão desempenhar o papel de agentes do processo de ensino e aprendizagem, assumindo, ambos, uma “atitude historiadora” diante dos conteúdos propostos no âmbito de um processo adequado ao Ensino Fundamental (BRASIL, 2018, p. 398).

O professor que busca os conhecimentos já postos acaba não se vendo como pesquisador e não superando a dicotomia ensino-pesquisa. Seu aluno torna-se um mero receptor do conhecimento já produzido. Sabemos, nessa perspectiva, que isso acaba sendo um problema comum das escolas reais de todo o Brasil, que não tendo a infraestrutura, equipamentos, logísticas ideais e outra série de limitações ao trabalho docente tornam o ensino-pesquisa em sala de aula quase nulo. Sobre isso, Souza (2016) ainda que tendo como base os PCN, alerta que:

Os procedimentos adotados pelos Parâmetros parecem factíveis numa escola ideal, em projetos que permitam um tempo de envolvimento maior de professores e alunos, mas muito difíceis para o dia a dia, em que se vivencia uma realidade de turmas lotadas, heterogêneas, tempos de aula reduzidos, com uma série de limitações para o trabalho pedagógico. Tal processo de “proletarização” do trabalho docente tem levado os professores a refletirem pouco sobre sua prática (SOUZA, 2016, p.54).

No entanto, entendemos que, mesmo em tais condições, o professor precisa superar e estimular seus alunos, isto se ainda pretende construir um ensino de qualidade, uma vez que fatores desestimulantes não faltam. Contudo, para percorrer um caminho em busca de um ensino de qualidade em História existe a necessidade de aproximação do aluno com o conhecimento. Em síntese, eles precisam refletir e fazer descobertas, apenas lendo e reproduzindo o que está escrito no livro didático, essas habilidades ficam

limitadas. São afirmativas conhecidas pelo poder público que também não devem se ausentar de sua responsabilidade. Professores e alunos, para assumirem uma atitude historiadora como quer a BNCC (2018), necessitam dos instrumentos, espaço e condições adequadas.

Em alguns de nossos colaboradores, percebemos que a prática de atuação de sala de aula é apresentada como autônoma e esses professores dizem produzir conhecimento com seus alunos por meio de pesquisas e aulas extramuros. Porém, os mesmos ainda se queixam da falta de um livro que oriente e padronize seu ensino. Em outras palavras, fazendo uma crítica em relação a essa dependência, Fagundes (2006) salienta que:

[...] a adoção do livro didático como guia para as atividades escolares não contribui para que novas propostas sejam pensadas e experimentadas. Entendemos que numa escola na qual se trabalhe em função da construção do conhecimento a partir da investigação dos próprios agentes escolares, pouca contribuição o livro didático tem a dar. Ao contrário, o professor com sólida formação teórica e metodológica, ao invés de trabalhar as limitações do livro didático como acredita Davies (1996), poderá escolher caminhos diferentes, usando outras estratégias pedagógicas, principalmente se considerarmos a diversidade das fontes nos dias atuais (FAGUNDES, 2006, p.136) .

A experiência no campo de pesquisa e a cuidadosa escuta daqueles que edificam as práticas pedagógicas, na rotina das escolas, ajudou-nos a confirmar a hipótese construída a partir de algumas conversas feitas anteriormente, ou seja, de que a ausência do livro didático é o maior entrave para o ensino para aqueles docentes de HPS. Alguns deles queixam-se também da ausência de material para o aluno que, conforme relatam os colaboradores, acaba precisando copiar muito durante a aula.

Percebemos, assim, que o livro se tornou uma solução possível frente às dificuldades encontradas por nossos colaboradores. Com isso, discorrendo sobre o uso do livro como suporte pelos professores e sem se limitar ao profissional docente específico do ensino de História, Fagundes (2006) observa que:

Na educação brasileira, o livro didático tem sido posto como uma resposta à atual situação em que se encontra boa parte da educação brasileira: não tendo o profissional, nem a escola, as condições ideais para desempenhar suas atribuições, o livro é colocado como *solução possível*, passando a ter atribuições do próprio professor (FAGUNDES, 2006, p. 135).

Já presenciamos, algumas vezes, situações na escola que mediante a falta de um professor, os discentes foram colocados em sala de aula para copiar trechos do livro didático ou responder as atividades deste sem nenhuma orientação. Desta forma, o livro didático pode se tornar uma solução possível, contudo, comprometedora se passar a substituir a função do professor em sala de aula. Como seu conteúdo já está pronto e complementado com atividades e sugestões de interpretações, o livro acaba sendo a autoridade dentro da sala de aula, substituindo o papel do professor como orientador e não contribuindo para que novas propostas sejam elaboradas. Mesmo um engodo.

Entendemos, também, que para nossos colaboradores o panorama atual do ensino de HPS não é dos mais animadores. Mesmo após mais de 25 anos da implementação da disciplina no currículo, a apreensão que eles têm é de uma falta de sistematização pelo poder público e de uma desvalorização da disciplina no cotidiano das escolas, o que vem trazendo obstáculos para sua construção. Sabemos que a História Local tem um lugar importante no desenvolvimento das habilidades dos educandos e, da forma como se encontra, acaba se perdendo, como ressaltou a professora Joana.

As narrativas de nossos colaboradores docentes de HPS evidenciaram a grande dificuldade em exercer seu ofício devido à falta de suporte material dos órgãos competentes, da deficiência das formações continuadas fornecidas pela Prefeitura Municipal, desvalorização da área dentro a comunidade escolar, falta de diálogo com os professores nas decisões que afetam seu ofício, déficit de cursos de licenciatura oferecidos pelas instituições de ensino e do vínculo de dependência com o livro didático atrelado a um modelo de ensino tradicional. Buscamos, portanto, interpretar essa realidade através de estudiosos da educação que apontaram no sentido de uma necessária alteração de modelos de ensino aprendizagem a fim de obter um ensino de história significativo.

CAPÍTULO 4 - POR UMA HISTÓRIA DE PORTO SEGURO SIGNIFICATIVA

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.
(Paulo Freire)

Toda a pesquisa aqui apresentada visou, à luz de dados levantados e analisados à formulação de um produto didático – o site: **HPS em sala de aula**.

Nosso site: **HPS em sala de aula** foi criado no intuito de tornar-se um local interativo de exposição de suportes didáticos em forma de fontes históricas (documentos, reportagens, mapas, documentários, filmes, fotografias, links, entre outros), que visam auxiliar os professores da disciplina História de Porto Seguro – HPS (criada através da Lei municipal nº 236/96) no planejamento de suas aulas.

O site funciona como um banco de fontes sobre a História de Porto Seguro, direcionado aos professores de HPS do município de Porto Seguro para ser utilizado como subsídio em suas aulas e um local de compartilhamento de sugestões, materiais, experiências e possibilidades para o ensino da disciplina, podendo ser abastecido por qualquer docente, pesquisador ou interessado na temática que queira oferecer mais um suporte para a realização de um ensino de História de Porto Seguro significativo. Primeiramente, ele será mantido e gerido por nós. No entanto, calculamos em apresentá-lo à Prefeitura Municipal de Porto Seguro para uma possível aquisição pública do produto, o que beneficiaria a sua manutenção a longo prazo e eventuais integrações mais avançadas.

A ideia partiu da minha experiência com o ensino de História e do contato que tenho, desde o início do trabalho no município, que se intensificou com a pesquisa para a dissertação no ProfHistória³⁸ da Universidade Federal de Sergipe – UFS, em que iniciei no ano de 2020, com os colegas, professores de HPS. Percebo, desse modo, que essa disciplina da parte diversificada do currículo tem um grande potencial para a aprendizagem em História, mas que apesar de mais de 25 anos de implantação ainda necessita de maior organização curricular e de suportes didáticos para o auxílio dos docentes, que tem preenchido a tarefa do ensino cada um a seu modo. Assim, tendo em

³⁸ Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História.

vista essa carência, a iniciativa objetiva fomentar ações para a utilização de fontes históricas pelos professores nas aulas de HPS.

Contudo, por que pensamos em um site se a principal queixa dos professores vem na direção da falta de um livro didático?

Inicialmente, pensamos em produzir um livro ou um caderno de sequências didáticas para uso dos professores. Todavia, percebemos que o tempo de duração do mestrado não seria conveniente para tal empreendimento e, além disso, esse produto poderia ser muito bem recebido. Porém, ao invés de ser mais um subsídio para a prática do ensino de HPS, poderia se tornar o único, aquele que os professores utilizassem em demasia esquecendo que existem outros meios de ensino-aprendizagem. Ainda, refletimos que se o livro passasse a ser usado apenas dentro dos moldes tradicionais de aulas expositivas, impossibilitaria que o professor assumisse uma postura de orientador, ficando apenas como um transmissor de conteúdos.

Nossas leituras, os depoimentos dos nossos colaboradores e a vivência com colegas de profissão nas escolas, nos permitem inferir que o uso do livro didático em sala de aula acaba, na maior parte das vezes, sendo usado como única fonte de conhecimento para o aluno e também para o professor. São extremamente raras as situações que fogem a essa realidade e, desse modo, professores e alunos, muitas vezes, deixam de ser sujeitos do conhecimento. Apesar de um entrave e de trazer insegurança, sua ausência permite que os professores busquem caminhos diferentes e empreguem outras estratégias pedagógicas. Nesse sentido, Fagundes (2006) assegura

A busca deve ocorrer em função de formas distintas dos modelos fechados que restringem a ampliação do conhecimento histórico. Consideramos que o ensino de história deve contribuir para a multiplicidade de leituras e interpretações históricas e que a adoção do livro didático como principal instrumento de trabalho limita para que essa condição venha a se efetivar nos espaços escolares. A diversidade brasileira – regional, social e cultural – não condiz com a uniformização das temáticas e das estratégias de ensino advindas dos livros didático. Realidades distintas exigem maneiras diferentes de ensino (FAGUNDES, 2006, p. 136).

Outra característica que contribuiu para a escolha do site foi que, com o desenrolar da pesquisa de campo, nossa ideia passou também a ser de que o produto fosse interativo e que pudesse ser construído e modificado com a colaboração de outros professores.

A ideia é que o site seja uma construção coletiva e que incentive os professores a pesquisar fontes para serem usadas em sala de aula, e que seja também uma forma de

incentivar aulas de HPS mais dinâmicas, com os alunos atuando de forma proativa e deixando cada vez mais de lado o método catequético empregado habitualmente.

Com isso, objetivamos a promoção de um ensino - aprendizagem de uma História de Porto Seguro significativa se diferenciando de uma aprendizagem mecânica, puramente memorística, o que em linguagem coloquial conhecemos como decoreba. Utilizamos o termo aprendizagem significativa a partir da teoria de David Ausubel³⁹ que entende que

Aprendizagem significativa é aquela em que ideias expressas simbolicamente interagem de maneira substantiva e não-arbitrária com aquilo que o aprendiz já sabe. Substantiva quer dizer não-literal, não ao pé-da-letra, e não-arbitrária significa que a interação não é com qualquer ideia prévia, mas sim com algum conhecimento especificamente relevante já existente na estrutura cognitiva do sujeito que aprende. [...] **É importante reiterar que a aprendizagem significativa se caracteriza pela interação entre conhecimentos prévios e conhecimentos novos, e que essa interação é não-literal e não-arbitrária. Nesse processo, os novos conhecimentos adquirem significado para o sujeito e os conhecimentos prévios adquirem novos significados ou maior estabilidade cognitiva** (MOREIRA, 2012, p.2 -grifo do autor).

Entendemos que essa forma de aprender e ensinar só é possível se pensarmos um currículo em que não haja hierarquização de saberes e no qual o ensino de história constitua-se num conjunto de procedimentos que auxilie o aluno a pensar historicamente.

Nesse sentido, sabemos que apenas mudar um método de ensino por outro não nos fornece garantia de um ensino de qualidade. Para tanto, torna-se viável todo um contexto que precisa ser repensado. As condições de trabalho dos profissionais da educação precisam ser modificadas, o funcionamento e melhor estruturação das instituições escolares são outros dois aspectos que necessitam ser corrigidos. Faz-se necessário também a valorização do profissional da educação, dando-se prioridade à formação continuada e à capacitação dos professores. À vista disso, Barbosa (2006) expõe que

Faz-se necessária, então, a oferta frequente e sistemática de projetos consistentes de formação continuada de professores, no sentido de capacitá-los para a implementação, em sala de aula, de conteúdos, metodologias e novas concepções de aprendizagem que efetivamente abordem a história local e nela a educação patrimonial, e cumpram o papel de construtor de saberes e renovador de um conhecimento histórico escolar relacional de variados espaços e temporalidades, tanto para os professores quanto para os alunos (BARBOSA, 2006, p. 84).

³⁹ A Teoria da Aprendizagem Significativa foi proposta por David Ausubel (1918-2008) em 1963, na obra *The Psychology of Meaningful Verbal Learning*.

A formação continuada é necessária em todas as profissões, na docência ela é essencial para a aprendizagem dos alunos. O entendimento dos conteúdos como meios e não como fins em si mesmo, o trabalho com fontes históricas em sala de aula são competências que precisam ser dominadas e aprimorados em um processo de compreensão e ressignificação contínua da prática docente.

[...] professor e professora de história precisam e devem ter clareza que o próprio ensino da história depende dos elementos metodológicos da pesquisa histórica para se acessar o passado. Nesse caso, a materialidade didática desse acesso é o resultado de um processo de compreensão e ressignificação contínua da prática docente, que está diretamente associada aos espaços de formação por ele experienciado (OLIVEIRA, 2018, p. 21).

Muitas possibilidades podem surgir a partir do uso do nosso site: **HPS em sala de aula**, uma destas é o estímulo ao ensino-aprendizagem de uma História de Porto Seguro mais significativa em um modelo de educação problematizadora, em que os professores atuem como agentes ativos junto com os alunos, promovendo atividades que favorecerão um processo de emancipação dos sujeitos.

4.1 As fontes

Ao selecionarmos as fontes para esse trabalho, uma de nossas preocupações era que tais fontes não tivessem um caráter simplificador da História de Porto Seguro que, por vezes, é representada como a “Terra do Descobrimento”, além de que também trouxesse a voz de sujeitos que por muito tempo foram silenciados pela historiografia que apenas privilegiava as identidades dominantes.

Deste modo, sem deixarmos de fora a temática do “Descobrimento” bastante presente nas produções culturais de Porto Seguro, expomos uma grande variedade de fontes, como por exemplo a perspectiva indígena, tão marcada e influente na região. É uma forma de aliar o ensino de HPS ao cumprimento da Lei 11.645/2008⁴⁰. A inclusão do debate sobre a diversidade étnico-racial é tema de uma disciplina específica no currículo municipal, mas não obstante à sua existência, o ensino de HPS precisa ser mais

⁴⁰ A Lei determina a inclusão nos currículos escolares da Educação Básica pública e privada do ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas.

um aliado na compreensão e reflexão desses povos e culturas mudando o prisma de como foram interpretados ou, até, anulados pela historiografia durante longos anos.

Ainda nesse viés, criamos uma sessão exclusiva para trabalhar uma das questões de gênero: As Mulheres indígenas em Porto Seguro. Para Leite (2010) é possível a abordagem da questão de gênero na aula de história a partir da articulação do uso de diferentes fontes históricas e seus procedimentos de análise, que implicam trabalhos com documentos de diferentes tipos, e o estímulo ao uso de diferentes linguagens e de olhares que devem ser múltiplos (LEITE, 2010, p. 201). Aqui, como em toda a sessão é possível a inclusão de outras temáticas, enriquecendo a variedade de gênero e o ensino de história.

Nessa perspectiva, pensando em romper com a ideia sintetizada de que na região apenas houvesse a mão de obra indígena sendo usada como trabalho escravo, também expusemos o destaque de um documento a respeito da presença negra em Porto Seguro no período da colonização. O documento em questão, ainda único em nosso trabalho, é resultado do Projeto: Memórias de Porto Seguro, coordenado pelo Prof. Dr. Francisco Cancela, que faz a divulgação do “conhecimento histórico sobre Porto Seguro numa perspectiva de decolonizar o olhar sobre sua história e seu patrimônio” (ver site www.memoriasdeportoseguro.com.br). O rompimento de estereótipos simplificadores como esses podem ser trabalhados a partir de fontes como essas pelos professores de HPS.

Percebemos, diante disso, que o projeto de extensão financiado por PROAPEX⁴¹ 2021, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, foi sendo produzido concomitante ao nosso projeto e nos deixou muito felizes ao conhecer seu produto final. Sabemos que a História científica, muitas vezes, se afasta do grande público pelo seu rigor metodológico, pelos seus conceitos extremamente elaborados e uma teoria complexa de difícil simplificação. Assim, por meio dessa iniciativa, existe a possibilidade da aproximação com esse público a partir de uma história comprometida com a ciência, só que mais simples e leve, nos moldes de uma História Pública. Ademais, apesar de não ser direcionado às escolas e ao ensino de HPS, muito do que é divulgado por aquele canal pode ser de grande utilidade aos professores.

Verena Alberti, em palestra sobre o ensino de História e uso de fontes proferida em 2015, dialoga sobre o poder que os professores de história têm, a partir de algumas escolhas, em surpreender os alunos e diz

⁴¹ Programa de Apoio a Projetos de Extensão – PROAPEX.

[...] acho que nós, professores de história, podemos selecionar outros documentos que surpreendam nossos alunos e alunas. Apesar de nossas muitas dificuldades, talvez possamos imaginar – e se uso “imaginar” aqui é porque não estou muito certa de podermos fazê-lo – talvez possamos imaginar que, no que diz respeito à escolha de documentos com os quais trabalhar em sala de aula, temos a faca e o queijo nas mãos. Surpreender os alunos significa, a meu ver, balançar as estruturas, colocar em xeque pré-noções que eles trazem para a sala de aula, contagiados por ideias que grassam por aí sobre o nosso passado (ALBERTI, 2015, p.7).

O uso de fontes em sala de aula nos permite mostrar que a realidade é bem mais complexa do que as noções difundidas por aí pelo senso comum e, até mesmo, pela própria historiografia. Podemos, então, estar com a faca e o queijo nas mãos ao trazer aos nossos alunos, através do trabalho efetivo com os documentos, o prazer da aprendizagem e a reflexão efetiva sobre o passado, bem como nos lembramos dele (ALBERTI, 2015).

Adicionamos também, em nosso acervo, formatos diversos de fontes. Além de documentos escritos: jornais, literatura inserimos imagens, audiovisual, mapas com a temática voltada para a história de Porto Seguro. Buscamos, ainda, recorrer a reportagens com recortes locais, regionais e nacionais, e com formatos digitais e/ou televisivos contendo temas recentes a fim de oportunizar uma análise histórica a partir das problemáticas atuais. Assim, por meio de metodologias que assegurem maior protagonismo dos estudantes, os professores podem oportunizar aos alunos a transformação de acontecimentos contemporâneos em problemas históricos a serem estudados e investigados.

A fim de facilitar a interação com o material reunido, considerando especialmente o material extraído da internet, adicionamos aos documentos expostos o seu link como endereço da web, o seu código QRcode que pode ser facilmente escaneado utilizando a maioria dos telefones celulares equipados com câmera e uma imagem da página do documento em questão. Ademais, foi a partir deste que conseguimos variar o formato da fonte, como é o caso da Carta de Pero Vaz Caminha, em que obtivemos e disponibilizamos o documento em fac símile, sua transcrição completa e a versão em áudio, por exemplo, o fizemos para que possamos oferecer possibilidades de escolha ao professor.

4.2 O produto: o site HPS em sala de aula

Nosso produto, o site **HPS em sala de aula**, construído com ajuda de um profissional da área, tem como domínio o seguinte endereço: <https://historiaps.com.br>. Logo na página principal, temos o nome do site, uma logo criada especificamente para o empreendimento e a barra de navegações que inclui os botões das categorias, tais como: início, apresentação, galeria, sessões, sugestões para estudo e contribuições. Ao fundo, acrescentamos uma imagem com um dos símbolos do município localizado na Cidade Alta ou Histórica.

Figura 4: Página principal do HPS em sala de aula



Ao clicar em *Apresentação* o visitante/colaborador encontra nossa apresentação pessoal e profissional, uma explicação sobre o que consiste o projeto e as ideias que o impulsionaram a tornar-se real. Em *Galeria* é possível encontrar algumas fotos do município de Porto Seguro e de visitas guiadas ao Museu do “Descobrimento”, localizado no Centro Histórico desse município. As visitas ao Centro Histórico fazem parte de um trabalho feito por nós e outros colegas docentes, de forma que são um importante meio de ensino-aprendizagem de História. Estimulados pelos professores e com suporte material da Secretaria de Educação de Porto Seguro pode vir a ser utilizado com mais frequência, contribuindo para formação dos estudantes.

Em *Sessões* são apresentados ao visitante/colaborador os temas das fontes que estão ali disponibilizadas, a saber: afrodescendentes na História de Porto Seguro, biografias, filmes, documentários e programas de tv, festas populares, fotografias/imagens, lendas, literatura, manuscritos, mapas, monumentos/ patrimônio, mulheres

indígenas em Porto Seguro, músicas, pataxós em Porto Seguro, querelas do “Descobrimento”, Turismo.

Mais adiante, decidimos adicionar a sessão: Querelas do “Descobrimento” sabendo que a temática é controversa. As pesquisas historiográficas já nos mostraram que não houve um: Descobrimento. Ao nos referir a chegada dos portugueses ao Brasil no século XVI, em consequência dos novos enfoques e das atualizações historiográficas, outros termos passaram a ser utilizados: chegada, achamento, invasão.

O município de Porto Seguro ficou conhecido nacional e internacionalmente como “Berço do Descobrimento” e esse assunto é muito comentado e discutido na região, tanto por escritores e historiadores locais, moradores, turistas, contadores de estórias, professores e alunos. A região é conhecida como “Costa do Descobrimento” e esse potencial histórico é um dos atrativos explorados pelo turismo. Existe a celebração do dia 22 de abril, sendo feriado no município. Existe uma concorrência com o município de Santa Cruz Cabrália⁴² - BA sobre qual município é o real palco do “Descobrimento”. Nos livros dos escritores locais, a temática sempre está presente. De certa forma, podemos até perceber que existe uma parte da população que é a favor dos “descobridores” e uma parte que é contra. Assim, o episódio tem um foco privilegiado no município, o que cria uma constante atualização da memória social sobre o ocorrido.

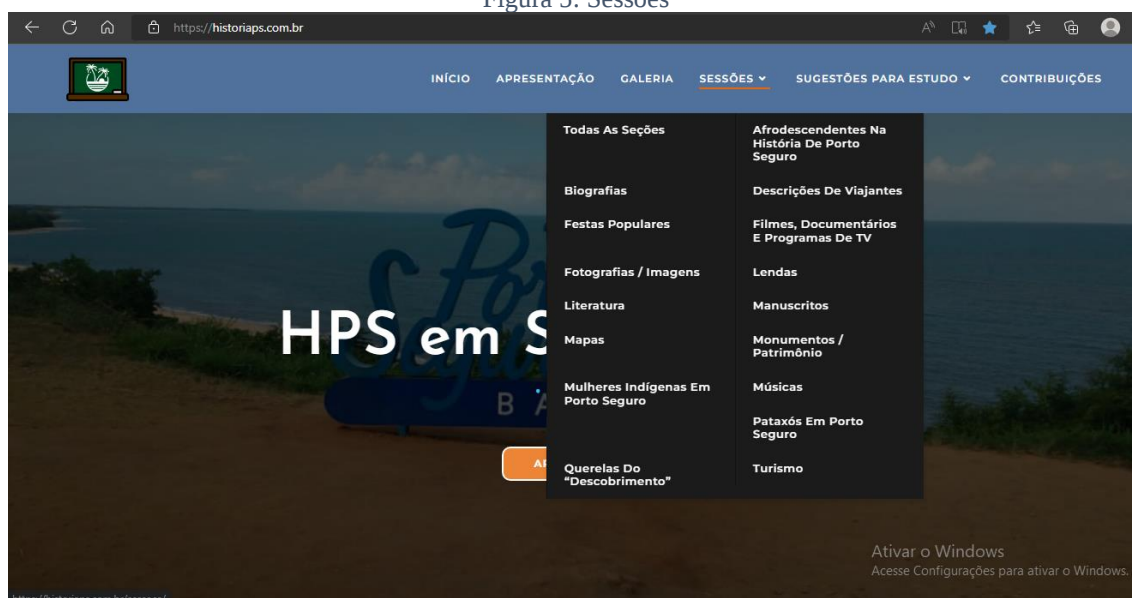
Por ser um assunto tão comentado e vivido em Porto Seguro, resolvemos que poderia ter uma sessão especial dentro do nosso produto, em que pudessem estar reunidas variadas fontes para serem trabalhadas em sala de aula, sendo que assim a temática seja sempre revista com instrumentos teóricos e metodológicos adequados a fim de confrontar ideias, denunciar e desmitificar erros que apesar de esclarecidos pela historiografia ainda permanecem no imaginário social. Nesse sentido, considerando que

[...] é papel do ensino de história desnaturalizar verdades solidamente construídas ao longo do tempo, um ensino novo deve se transformar em um instrumento para desencadear atitudes que permitam possibilidades de interpretações múltiplas do mundo com os quais os alunos interagem (FAGUNDES, 2006, p, 170).

⁴² Município localizado na Mesorregião do Sul Baiano e distancia-se a 23 km de Porto Seguro.

Além disso, ressaltamos que o material exposto não são produções autorais, o site é um local de concentração de fontes da temática e os créditos são dados devidamente nas legendas.

Figura 5: Sessões



Salientamos, outrossim, que as categorias das fontes não são um modelo fechado, existindo a possibilidade de o visitante/colaborador contribuir adicionando mais uma sessão ao site ou aumentando o acervo das já existentes.

Em *Sugestões para estudo*, o visitante/colaborador encontra algumas indicações de textos para o ensino de HPS. São links, artigos, livros, monografias, dissertações, teses que podem auxiliar os professores em relação ao ensino-aprendizagem de história local ou história de Porto Seguro, e também sobre o uso de fontes em sala de aula. Aqui também existe a possibilidade de o visitante/colaborador navegar, explorar e/ou adicionar mais sugestões.

Figura 6: Sugestões para estudo



Ao fim da página principal, temos o botão de *Contribuições* no qual existe o espaço destinado às contribuições dos visitantes/colaboradores.

Figura 7: Contribuições

Figura 8: Formas de contribuição

Forma de Contribuição

Sua contribuição *

- seleccione -

- seleccione -

Fonte Histórica

Foto

Notícia

Artigo

Livro

Outro(s)

Faremos a apresentação do projeto à Prefeitura Municipal de Porto Seguro, que poderá tornar-se parceira do empreendimento a partir de contribuições com os custos de sua manutenção.

Em *Contribuições*, o interessado poderá selecionar sua forma de colaboração, preencher seus dados como nome, e-mail e enviar. No sistema, assim que o colaborador enviar seu material seremos notificados por e-mail e, após uma leitura e eventuais ajustes, poderemos adicioná-lo ao site. A seleção e inserção dos dados será de responsabilidade nossa e arcaremos com sua manutenção durante a execução e o primeiro ano. Faremos a apresentação do projeto à Prefeitura Municipal de Porto Seguro, que poderá tornar-se parceira do empreendimento a partir de contribuições com os custos de sua manutenção.

4.3 Possibilidades de trabalho

Compreendemos que o site pode ser usado pelos docentes como um acervo para consulta de fontes sobre a História de Porto Seguro, em que eles irão entrar, pesquisar e apenas utilizar algumas vezes. Todavia, a ideia aqui defendida é de ser um produto em construção no qual sempre existirá algo novo que suscite novas curiosidades, descobertas, possibilidades, utilizações e/ou reutilizações. Ele foi pensando e esquematizado com materiais colhidos durante a pesquisa, mas que sabemos estar limitado, de modo que possivelmente além de nós, haverá outros professores e pesquisadores que irão abastecê-lo com outras fontes e categorias, talvez já até utilizadas em sala de aula ou inéditas.

Uma possibilidade de uso do produto é o trabalho interdisciplinar. As fontes podem e devem ser trabalhadas pelo professor de História/HPS, de maneira que podem

ser também de uso do professor de Geografia, Ciências, Matemática, Português, etc. Existem, ademais, oportunidades para a produção e execução de projetos interdisciplinares a partir do uso das fontes. Os cordéis da sessão de Literatura, por exemplo, podem ser referência para um projeto com esse princípio na escola e para que os docentes orientem a produção de conhecimento com os estudantes.

A estratégia do uso de fontes para o ensino-aprendizagem em História é um potencial facilitador da aprendizagem significativa. No entanto, é relevante ressaltarmos que a postura do professor e as atividades estimuladas por ele a partir do uso dessas fontes são um grande diferencial. Elas podem ainda resultar em uma aprendizagem mecânica se usadas no sentido de reprodução, memorização pura e simples e/ou cópias. Moreira (2012) ressalta que

Certas estratégias e certos instrumentos podem ter maior potencial facilitador da aprendizagem significativa, mas dependendo de como são usados em situação de ensino podem não promover tal aprendizagem. Qualquer estratégia, instrumento, técnica ou método de ensino (ou qualquer outra terminologia) usados dentro de um enfoque comportamentalista do tipo certo ou errado, sim ou não, promoverá a aprendizagem mecânica. Qualquer estratégia que implicar “copiar, memorizar e reproduzir” estimulará a aprendizagem mecânica. A facilitação da aprendizagem significativa depende muito mais de uma nova postura docente, de uma nova diretriz escolar, do que de novas metodologias, mesmo as modernas tecnologias de informação e comunicação (MOREIRA, 2012, p. 23).

Entendemos que a aprendizagem significativa depende muito mais de uma nova postura docente do que de novas metodologias. Nesse sentido, destacamos que também deve haver uma nova postura frente às avaliações de aprendizagem. O certo e o errado resultam, muitas vezes, na aprendizagem mecânica. De acordo com a teoria de Ausubel, Moreira (2012) propõe que

[...] a avaliação da aprendizagem significativa deve ser predominantemente formativa e recursiva. É necessário buscar evidências de aprendizagem significativa, ao invés de querer determinar se ocorreu ou não. É importante a recursividade, ou seja, permitir que o aprendiz refaça, mais de uma vez se for o caso, as tarefas de aprendizagem. É importante que ele ou ela externalize os significados que está captando, que explique, justifique, suas respostas (MOREIRA, 2012, p. 24).

Assim, acompanhadas de uma postura do professor como facilitador, de atividades e avaliações processuais que estimulem o aluno a pensar historicamente, o uso

de fontes em sala de aula promoverá um ensino - aprendizagem da História de Porto Seguro significativa.

4.4 Algumas sugestões para os docentes desenvolverem atividades com documentos históricos em sala de aula

Sabemos que o documento não é neutro e ainda menos “neutra” é a intervenção do historiador que o escolhe atribuindo-lhe um valor de testemunho de um período. Ele pode ser resultado do esforço das sociedades em impor sua marca, resultado de um acaso, um acidente, de um salvamento proposital ou não. O historiador em seu ofício busca analisar as condições de sua produção e perpetuação. Em suma, ele faz a análise das fontes e nos ajuda a pensa-las à luz de seu tempo, de forma a evitar anacronismos. Henri Moniot, citado por Bittencourt (2009), ressalta que

[...] Nada é uma fonte por sua própria natureza e é o problema colocado pelo historiador que, identificando um traço que fornece uma resposta, transforma assim um documento em uma fonte histórica. Os registros e marcas do passado são sua matéria-prima (MONIOT, 1993, p. 26 *apud* BITTENCOURT, 2009, p. 328).

O conhecimento que temos do passado são condicionados pelas fontes e pelas perguntas que fazemos a elas, porém, nem sempre elas respondem a todas os questionamentos que temos. É importante o professor de História deixar claro para seus alunos que fontes são pistas, elas registram um passado e estão impregnadas de sentidos e significados de quem as deixou. É necessário analisá-las e buscar compreender a mensagem que elas nos passam propositalmente ou não.

Sem a pretensão de formar “mini historiadores”, o uso de documentos em sala de aula permite ao aluno entender, ainda que de forma introdutória, os métodos de trabalho do historiador e como a História é construída. Nos livros de 6ºs anos, geralmente temos um capítulo intitulado: *Introdução aos estudos históricos*, em que é permitido ao professor fazer essa apresentação. O aluno aprende o que é uma fonte histórica, muitas vezes seguida de sua classificação, a saber: escritas, orais, visuais, materiais. Entretanto, a aventura pelo fascinante mundo da História termina ali. Apresentam-lhe as ferramentas, mas não é permitido que o discente construa nada ou que desenvolva habilidades para compreender o caminho da construção. Muitas vezes, tudo que ele irá conhecer a contar deste momento já está posto.

Para o professor trabalhar com fontes históricas, em sala de aula, é importante que ele já tenha ministrado aula sobre a temática que irá propor previamente, com o intuito de que o aluno compreenda o contexto histórico que envolve o documento. Isto é válido para que o discente tenha uma melhor capacidade de interpretação do mesmo. No entanto, o documento não deve ser usado como um coadjuvante, apenas ilustrando a aula. Em contrapartida, deve ser utilizado como um agente problematizador dentro do contexto histórico. Nessa perspectiva, Schmidt e Cainelli (2009) colocam que

O trabalho com o documento histórico em sala de aula exige do professor que ele próprio amplie sua concepção e o uso do próprio documento. Assim, ele não poderá mais se restringir ao documento escrito, mas introduzir o aluno na compreensão de documentos iconográficos, fontes orais, testemunhos da história local, além das linguagens contemporâneas, como cinema, fotografia e informática. Mas não basta o professor ampliar o uso de documentos; também deve rever seu tratamento, buscando superar a compreensão de que ele serve apenas como ilustração da narrativa histórica e de sua exposição, de seu discurso (SCHMIDT e CAINELLI, 2009, p. 117).

Também é necessário apresentar, ao estudante, o vocabulário contido na fonte a ser utilizada. Elementos como conceitos e palavras desconhecidas do universo do aluno podem comprometer a sua análise. É preciso familiarizar o estudante com esse vocabulário para não comprometer o posterior procedimento de leitura interpretativa do documento.

Ao utilizar procedimentos de pesquisa no espaço da sala de aula com o uso dos documentos, o professor produz conhecimento histórico com seus alunos evidenciando a possibilidade de uma aprendizagem histórica fora do paradigma de ensino que oferece uma narrativa pronta, inquestionável e linear que, muitas vezes, é oferecida nos livros didáticos de história.

De acordo com Alberti (2012), documentos precisam ser interrogados para se tornarem evidência de algo, e é nesse esforço que se realiza a atividade intelectual do historiador, levando à descoberta e ao conhecimento. Assim, orientando seu estudo sobre as relações étnico-raciais por questões de pesquisa, utilizando fontes históricas no artigo *Proposta de materiais didáticos para a história das relações étnico-raciais*, Verena Alberti afirma que o potencial do trabalho direto com documentos tem sido enfatizado por muitos autores, em contraste com o conteúdo muitas vezes “pronto e acabado” e “homogeneizador” do livro didático (ALBERTI, 2012, p. 65).

Nessa perspectiva, citando o historiador Paulo Knauss que também sublinha a importância do trabalho com documentos, podendo até dispensar, segundo ele, a utilização do livro didático, Alberti coloca que, para ele

O trabalho com os documentos históricos desde cedo pode ser justamente uma fórmula para não adiarmos as tarefas que o mundo contemporâneo exige da escola – que o aluno compreenda a lógica dos meios de comunicação, especialmente os de massa, para não ser agente passivo da manobra de informações, reconhecendo outras visões de mundo, desabsolutizando-as e demarcando a sua identidade de sujeito da própria existência (KNAUSS in ALBERTI, 2012, p. 65).

Oliveira (2018) em sua dissertação de mestrado, intitulada *Formação e Saberes Docentes: apropriações e ressignificações de conceitos históricos no Ensino Médio*, entende o estudante como sujeito escolar e de sua formação com ideias prévias e com experiências do contexto social (OLIVEIRA, 2018, p. 23). Desse modo, elencou alguns procedimentos metodológicos bastante úteis que permitem, aos estudantes, interpretar as fontes históricas, tirar conclusões e avaliá-las, de maneira que são

PROCEDIMENTO 1: Questionando os documentos

1) Identificar o documento quanto aos seguintes aspectos: tipo do documento, autor, período de produção/publicação e local; 2) Tema que o documento aborda. 3) Perceber o que documento sugere com relação à natureza das atividades descritas: se é política, econômica, cultural, religiosa e/ou outras. 4) Identificar a partir do documento o período histórico de sua elaboração. 5) Identificar elementos de semelhanças e diferenças com os primeiros documentos analisados. 6) Que hipótese você indica com relação ao objetivo desse documento ter sido produzidos na época? (OLIVEIRA, 2018, p. 121-122).

Carlo Guimarães Monti, no artigo *Estratégias para o uso de fontes em sala de aula e a liberdade de ensinar e aprender história* (2019), aponta que quando o professor opta pelo trabalho com fontes históricas em sala de aula, ele deve tomar alguns cuidados e destaca três momentos importantes do trabalho:

Em um primeiro momento ao realizar a seleção de documentos para serem trabalhados em sala de aula é importante que o professor opte por fontes que possibilitem a problematização de temas naturalizados ou cristalizados historicamente pelo senso comum. Num segundo momento é importante levar em conta alguns critérios sobre a estrutura dos documentos a serem utilizados em sala de aula, entre eles temos: o estado de conservação, sua legibilidade; a clareza das informações que constam no documento de acordo com o nível de complexidade; a extensão do documento observando o tempo disponível para a

realização da aula; o conceito substantivo que ele traz e que irá conduzir a um tema gerador de discussões. Em um terceiro momento é aconselhável que o professor faça a mediação de um debate entre os alunos e as fontes, priorizando a ação dos estudantes promovendo críticas ao documento na busca por questionamentos. Desse modo, é interessante que os alunos lancem alguns questionamentos às fontes, como: A) Com qual fim foi produzida esta fonte? B) Quais as intenções observadas no conteúdo que a fonte apresenta? C) Quais grupos do passado essa fonte nos ajuda a entender? D) Quais discussões históricas podem ser tiradas a partir da análise dessa fonte? E) Quais elementos históricos essa fonte apresenta? F) Quem a produziu? G) Quais sujeitos essa fonte descreve? H) Qual o período abordado pela fonte? (MONTI, 2019, p.11).

Apesar de ser direcionado ao ensino médio, os procedimentos indicados por Oliveira (2018) são um roteiro válido para o trabalho com as fontes em sala de aula. O trabalho de Monti (2019), direcionado ao ensino básico, foi proposto, segundo ele, como estratégico para que os professores superem as limitações do livro didático. As questões postas por esses dois pesquisadores são sugestões que têm potencial para nortear o processo de leitura das fontes, mas que podem ser acrescidas pelos docentes à medida que tenham necessidade em realizar novas inferências ao processo.

Na parte propositiva de seu trabalho, Oliveira (2018) apresenta uma proposta de formação continuada para os professores com a elaboração de oficinas de trabalho que apresentam estratégias didáticas e que trazem, como foco, o trabalho com as mudanças de conceitos históricos por meio das fontes históricas. Nesse sentido, o uso das fontes como ferramenta, capaz de auxiliar o aluno a fazer abstrações e formar conceitos, é bastante evidenciada nas propostas pedagógicas sobre o uso de fontes em sala de aula. Outra constante dessas propostas é a ligação com a construção do senso crítico dos alunos. Desse modo, Monti (2019) coloca que

A maioria dos historiadores que trabalham com documentos para o ensino de história, concorda que instigar a curiosidade do aluno, fazendo-o ir à busca de informações nos documentos, é de grande importância, pois esse processo estimula a construção de um conhecimento histórico, além de contribuir para o seu desenvolvimento como cidadão que possui a habilidade de realizar uma leitura crítica (MONTI, 2019, p. 10).

Essa função do uso de documentos em sala de aula mostra que, embora o professor utilize do método da História acadêmica ao auxiliar seu aluno, ler o documento, as habilidades que ele pode adquirir de compreensão do passado vão além dessa aprendizagem. O discente torna-se capaz de produzir novos conhecimentos, manifestando um saber escolar. Dito isto, fazer abstrações, diferenciações, realizar uma leitura crítica,

criar um raciocínio histórico são saberes que podem ser estimulados pela disciplina História, de modo que contribuem para o desenvolvimento do discente na sua vida prática enquanto cidadão.

O trabalho interdisciplinar com uso de fontes auxilia ainda mais no processo de desenvolvimento do discente como cidadão. O diálogo possibilitado com a conexão entre disciplinas enriquece a visão de mundo dos alunos, de forma que estes passam a compreender que podem observar um tema sobre diferentes pontos de vista, gerando uma aprendizagem de maior qualidade.

Além disso, para um projeto interdisciplinar com o auxílio das fontes do site: **HPS em sala de aula** sugerimos o uso dos cordéis da sessão Literatura, por exemplo. A disciplina Língua Portuguesa, em parceria com a História, pode fornecer importantes elementos para a compreensão da realidade narrada naquele gênero literário. A habilidade de interpretação textual adquirida com o auxílio da Língua Portuguesa é essencial para a compreensão do cordel e de outras fontes que foram inseridas no site. A disciplina Geografia pode auxiliar no entendimento do espaço descrito. Diante disso, percebendo através de projetos interdisciplinares que um tema pode ter diferentes abordagens, o estudante pode analisar melhor a realidade que está inserido lidando melhor com a diversidade.

Em História, as atividades com fontes históricas em sala de aula, uma vez que fogem do paradigma de um ensino que recorre apenas à memorização de nomes, fatos, datas, proporciona uma aprendizagem significativa, visto que considerando o conhecimento prévio do estudante o auxilia na construção de novos conhecimentos. A avaliação de aprendizagem significativa, ou melhor, a autoavaliação precisa ser metacognitiva, preservando os mesmos pressupostos do método de ensino. Sugerir, então, que os alunos reflitam sobre o que sabiam antes e o que passaram a saber depois do estudo é uma das formas de avaliar. Para Cruz e Rocha (2017)

O termo metacognição foi definido por Flavell (1999, p.125) como “qualquer conhecimento ou atividade cognitiva que toma como seu objeto, ou regula, qualquer aspecto de qualquer iniciativa cognitiva. [...] ela é chamada meta-cognição porque seu sentido essencial é cognição acerca da cognição”. Nesse sentido, acredita-se que a metacognição auxilia na tomada da consciência a respeito do próprio aprender, fazendo com que o sujeito aprendiz torne-se autônomo da sua aprendizagem. Para isso, torna-se necessário haver espaço para que nos momentos de aprendizagem haja estímulo para a reflexão sobre a maneira de aprender (CRUZ e ROCHA, 2017, p. 24223).

A reflexão sobre a aprendizagem é um movimento importante no processo de ensino-aprendizagem. Para Schmidt e Cainelli (2009), “o objetivo da metacognição é que o aluno seja capaz de identificar o que aprendeu, comparando com o que já sabia, informando o que considerou mais significativo na aprendizagem” (SCHIMIDT e CAINELLI, 2009, p, 186).

Os dados coletados durante a pesquisa, nossa vivência profissional docente e as leituras dos estudiosos da educação nos permitem advertir que, em um atual contexto histórico que tende a valorização cada vez maior de um ensino tecnicista e voltado à formação para o mercado de trabalho, os professores devem buscar propostas de ensino e formas de intervenção pedagógica mais dinâmicas, investigativas e com menor ênfase conteudista. A criticidade ligada ao ensino de história não deve voltar a dar lugar à aprendizagem puramente mecânica com resultados imediatistas, de maneira que o professor tem um papel fundamental nesse processo.

Com a postura ligada à transformação de atitudes passivas e receptivas do aluno em atitudes investigativas e ativas no processo de aprendizagem, consideramos que o professor de HPS tem, no uso de fontes em sala de aula, um excelente aliado na promoção de situações de ensino em que considerem também os alunos como produtores de conhecimento escolar, capazes de interpretar, avaliar e tirar conclusões sobre a realidade que estão inseridos, trazendo assim um ensino da história local de forma significativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho procurou analisar o ensino de História Local no município de Porto Seguro – BA, a partir da introdução da disciplina História de Porto Seguro (HPS) no currículo das escolas municipais da região urbana, enquadradas na categoria de porte especial e de grande porte através da Lei nº236/96. Ademais, tivemos como propósito entender as formas de abordagem da História Local pelos professores e oferecer um subsídio para que a prática do ensino-aprendizagem possa se tornar, cada vez mais, efetiva.

Apesar de nosso trabalho não ser exclusivo de História Oral, percebemos que esse tipo de evidência nos trouxe respostas que contribuíram de forma significativa para a sua confecção. Nessa perspectiva, nos vimos diante de uma deficiência da documentação escrita e a fonte oral nos possibilitou uma análise mais profunda de nosso objeto de estudo. As entrevistas com nossos colaboradores foram essenciais para a compreensão do processo que levou à implantação da disciplina HPS no currículo e de seus desdobramentos.

A Lei nº 236/96, de 10 de dezembro de 1996, criou a disciplina História de Porto Seguro (HPS) e estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História de Porto Seguro em todas as escolas públicas de 1º e 2º graus do município, de forma que foi implantada no ano seguinte, nos anos finais das escolas públicas de ensino fundamental II. No entanto, a Lei não foi naquele momento justificada por seu autor, o antigo prefeito João de Matos⁴³ (popularmente conhecido como João da Sunga) e nem por outro representante político.

A falta de uma proposição no texto da Lei, a narrativa de nossos colaboradores que atestaram que não houveram debates sobre a temática entre os profissionais da educação ou quaisquer outros profissionais que justificassem a sua implementação, a inexistência de documentos do poder público que estabelecessem conexões com o seu conteúdo e de suportes materiais compatíveis ao seu desenvolvimento, assim como o fato do antigo prefeito ter sido um grande empresário do setor turístico no município e que se

⁴³ João Carlos Mattos de Paula foi prefeito de Porto Seguro entre os anos de 1992 e 1996. Faleceu em 22 de setembro de 2006 com 68 anos. Ficou popularmente conhecido como João da Sunga pois seus trajes costumavam ser roupas de banho, inclusive no ofício do executivo. Em entrevista publicada pelo Jornal do Sol ele respondeu sobre o motivo do apelido: “Por que eu vivia de sunga, recebia governador, presidente, todo mundo de sunga. Tenho foto com Fernando Henrique Cardoso de sunga. Num clima desse você vai vestir paletó e gravata para receber autoridade? A autoridade aqui era eu.” Fonte: Jornal do Sol, 17/01/2013. Disponível em: João Carlos Mattos de Paula - João da Sunga (O PREFEITO QUE DESPACHAVA NA CIDADE DE PORTO SEGURO COM A ROUPA DE BANHO) – Portal Luis Nassif (ning.com).

orgulhava de ter, como prioridade do seu governo, o turismo, o que nos levou a arrazoar que a Lei pode ter sido implantada com fins ligados ao desenvolvimento desse setor.

A formação de uma mão de obra, desde a escola com vistas a atender ao público (turistas) da principal atividade econômica do município de forma mais receptiva, pode ser uma das causas que incentivaram a implementação da Lei muito mais do que uma iniciativa ligada a discussões e processos, que visam melhorias no ensino de História e/ou como um todo. Desse modo, o *boom* da História pelo qual estamos passando também pode ter contribuído para a disciplina entrar no currículo sem os aportes necessários ao seu desenvolvimento. O interesse crescente da sociedade pela História, mas que privilegia mais a sua aparência do que sua interpretação, pode ter influenciado a inserção de HPS no currículo apenas como uma iniciativa mais superficial.

Além disso, poderíamos até atribuir aos debates que deram origem aos Parâmetros Curriculares Nacionais uma justificativa para a iniciativa local de introduzir o estudo da História de Porto Seguro no currículo, todavia, não obtivemos nenhum dado que o amparasse. Assim, a ausência de objetivos claros quanto às discussões sobre o ensino de História no período que antecede a anúnciação da obrigatoriedade da Lei e a desorganização, na sua implantação vivenciada e narrada por nossos colaboradores, exhibe um dado relevante, a saber: as decisões sobre currículo reproduzem, algumas vezes, interesses mais políticos do que pedagógicos.

Percebemos que muitas das nossas políticas curriculares são decisões de gabinete tomadas sem consulta aos atores principais, colocados ali como espectadores da peça que tanto compromete as suas vidas. Professores, alunos, comunidade escolar ficam à margem das decisões que, frequentemente, são tomadas a partir de objetivos que tornam a educação como mercadoria. Em síntese, realidade angustiante refletida na narrativa de um de nossos colaboradores, o prof. Elias, que finalizou nossa conversa com uma declaração conformista: “as coisas vêm de cima pra baixo, mas eu vou fazendo meu trabalho”.

As narrativas de nossos colaboradores docentes de HPS evidenciaram uma grande dificuldade em exercer o seu ofício devido à falta de suporte material dos órgãos competentes, da deficiência das formações continuadas fornecidas pela Prefeitura Municipal, desvalorização da área dentro da comunidade escolar, falta de diálogo com os professores nas decisões que afetam o seu ofício, déficit de cursos de licenciatura oferecidos pelas instituições de ensino e do vínculo de dependência com o livro didático atrelado a um modelo de ensino tradicional. Sobretudo, de maneira unânime, os

professores queixaram-se de falta de recursos didáticos, principalmente de um livro didático que sistematizasse o ensino e fosse um guia para a sua ação em sala de aula.

Destacamos, também, que a ausência de estímulo do poder público para que professores pesquisem e produzam subsídios para a História Local e, em especial, para a localidade de Porto Seguro e adjacências ficou bastante visível. Os docentes queixam-se das dificuldades resultantes de uma desatenção da Prefeitura Municipal com o ensino-aprendizagem de HPS, que pouco dialogou e produziu a esse respeito até o momento. Ademais, podemos ainda constatar que um incentivo dos órgãos públicos seria, sobremaneira, salutar para o desenvolvimento desses subsídios para o desempenho das ações pedagógicas dentro da própria comunidade escolar, especialmente por aqueles que estão vivenciando diariamente o chão da sala de aula e que deixam de se ver como pesquisadores.

No entanto, existe um entrave para que os professores consigam uma licença para o aperfeiçoamento através de cursos, oficinas e programas como é o caso do ProfHistória, por exemplo. Quanto aos cursos de formação continuada, estes ficam a cargo, muitas vezes, de especialistas extramuros da escola que já estão desenvolvendo pesquisas nas universidades e que não têm dialogado com as necessidades reais dos professores de HPS. Dito isto, conforme vimos, isto vem provocando descontentamentos e prejudicando o ensino de HPS.

Devemos destacar, também, como a história de Porto Seguro geralmente só está contemplada pelos livros didáticos de forma eventual, atrelada à chegada dos portugueses ao Brasil no século XVI. Neste sentido, cabe sobretudo aos professores de HPS a responsabilidade de selecionar e organizar os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula. Esse compromisso poderia ser encarado de forma positiva, uma vez que, assim, eles têm a decisão mais autônoma quanto aos suportes informativos e documentos a serem utilizados. Contudo, as narrativas nos mostraram que isso constitui um entrave para aqueles docentes, visto que eles se queixam da falta de um material sistematizado que pudessem seguir durante o decorrer das unidades do ano letivo.

Além disso, apesar do interesse de pesquisadores locais na História de Porto Seguro e a produção recente de dissertações e teses sobre a temática, existe uma dificuldade em transpor esse conhecimento para a sala de aula, não havendo um reflexo imediato entre produção acadêmica e conhecimento escolar. As capacitações promovidas pela Secretaria são, muitas vezes, gerenciadas por acadêmicos pesquisadores da historiografia sobre a região que utilizam esses momentos para divulgação de seus

trabalhos. Sua contribuição vem no sentido de promover conhecimento e aprofundamento de conteúdos sobre a História de Porto Seguro aos docentes, entretanto, estes externam dificuldades na transposição didática.

No tocante aos documentos curriculares de HPS produzidos até o momento, estes são também frutos do trabalho desses estudiosos e, por isso, têm sido a causa de transtornos dos docentes que sentem dificuldade em encontrar e/ou fazer uso dos conteúdos citados neles em sala de aula. Os professores demonstram interesse em conhecer a história do município, muitos narraram que, na falta de suporte didático, acabam por adquirir livros de escritores e historiadores locais por conta própria, com o intuito de ter um embasamento teórico para lecionar. Porém, os docentes se queixam que o material é escasso e que a linguagem é inacessível para os alunos. Nessa situação, notamos que existe uma preocupação dos docentes com a quantidade de conteúdo e pouca inclinação para amadurecer metodologias para o ensino, ainda centrado na ênfase conteudista.

Além dos livros usados como fontes, os professores também registraram o uso de outros recursos didáticos, como visitas ao patrimônio histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e relatos orais, embora admitissem utilizá-los eventualmente. Sabemos, neste aspecto, que as inúmeras fontes que o município dispõe, e que podem ser utilizadas como subsídios para a ação pedagógica, são maiores do que o explorado, no momento atual, por nossos colaboradores. O interesse por materiais didáticos, já sistematizados e que fossem produzidos para este fim, foi constantemente reiterado nas narrativas de nossos colaboradores, o que mostra que os professores apresentam a necessidade de um material didático pronto e que o ensino de HPS é ainda pouco ligado à pesquisa.

Entendemos, aqui, que um ensino de história que leve em consideração apenas a transposição didática do conhecimento acadêmico incertamente irá considerar a realidade do aluno, de forma que o professor permanecerá como um transmissor de conteúdo. Consequentemente, o discente continuará como receptor de um conhecimento que, talvez, não tenha muito significado para ele. Professores são produtores de saberes e não simplesmente reprodutores. Desse modo, o docente precisa buscar produzir conhecimento com seus alunos a fim de evitar cair num conservadorismo educacional que não tem resultado em um ensino-aprendizagem significativo em História.

A prática de sala de aula, para a maioria dos professores, é cansativa. Nessa perspectiva, também, o espaço da escola pública é no geral mal administrado e cuidado, as turmas são lotadas, existem muitos problemas de indisciplina, resultado não de apenas

problemas de metodologia, mas também da miséria, do uso de drogas, da violência sexual, entre outros. Outrossim, há também a carga horária grande, o salário pouco atrativo, de maneira que tudo isso desanima. Em síntese, ensinar se torna um desafio frente aos obstáculos diários enfrentados na escola, mas o professor é fundamental na busca de uma educação de qualidade e precisa estar sempre atento ao aperfeiçoamento de sua prática, procurando tornar o ensino de História mais próximo e, assim, significativo ao aluno.

Os métodos e práticas da História escolar, muitas vezes, ficam estagnados devido aos problemas de formação de professores, às condições de trabalho nas escolas, à burocratização, aos baixos salários e às altas cargas horárias. Tudo isso influencia negativamente na alteração dessa realidade. Nossos colaboradores estão ainda um tanto mal assessorados por aqueles que deveriam orientar a sua prática profissional em sala de aula. Observamos, diante do exposto, que as decisões de gabinete tomadas sem consulta prévia, a falta de diálogo com os profissionais que ensinam HPS, a desvalorização da área pela comunidade escolar e até uma formação acadêmica que pouco valoriza as disciplinas de cunho mais pedagógico, causam descontentamentos e grandes dificuldades didáticas.

Existe uma certa apatia, em alguns discentes, que também demonstraram indignação provocada pelo tempo em exercício, sem um direcionamento e a necessária sistematização da disciplina. Infelizmente, encontramos também atitudes de pouca solidariedade quando ouvimos de alguns, em conversas informais, que não gostam de compartilhar os materiais com os colegas devido à grande dificuldade que tiveram de encontrar, gerando um medo, infundado, de perder ao partilhar. No entanto, diante do diálogo com nossos colaboradores, pudemos experimentar que mesmo diante de queixas derivadas das dificuldades próprias da situação, os docentes têm encontrado alternativas para o ensino, todavia, ainda baseado em um modelo de ensino de História mais conservador.

Contudo, compreendemos que, mesmo diante de condições tão adversas, existem no Brasil – tanto na área das Ciências humanas, quanto em outras áreas – profissionais da docência que são engajados e que propõem novas metodologias, novas ações e que têm compromisso com a educação de qualidade, com a construção da cidadania e com a manutenção de uma sociedade democrática.

Assim, mediante às provocações suscitadas pelas conversas e entrevistas, observamos que os docentes colaboradores têm consciência da importância de ensinar e aprender HP, de forma que estão comprometidos com o seu fazer, buscando uma educação de qualidade. Eles se queixam e reivindicam, porém, um livro didático por

associarem a esse suporte como um ponto de apoio para a sua prática em sala de aula, fazendo com que estes deixem de ser ver para além de professores, isto é, que se vejam também como pesquisadores.

Os teóricos do ensino e os documentos curriculares nacionais vêm trazendo orientações para a prática de um ensino de História, em que professores e alunos sejam sujeitos. Um ensino mais inovador que considere a realidade do aluno, que leve em consideração os seus conhecimentos prévios, que estimule a investigação e à pesquisa são elogiados e valorizados como necessários para um ensino-aprendizagem significativo em História.

Desse modo, apresentamos como produto final da pesquisa um site: **HPS em sala de aula**, no qual reunimos fontes para serem utilizadas pelos docentes interessados na História de Porto Seguro e que estão buscando um ensino em que o aluno tenha mais autonomia na aprendizagem, assim como que possibilite ao professor maior orientação e mais que somente cobre a reprodução de conhecimentos memorizados. Caso nosso trabalho seja aprovado, e assim oficializado, teremos a possibilidade de alocar nosso produto no site pedagógico da Secretaria de Educação, do município de Porto Seguro, o que poderá facilitar ainda mais sua divulgação entre os profissionais interessados e, presumivelmente, ter uma contribuição no que tange aos seus gastos de manutenção.

Acreditamos, ainda, que a escassez de materiais didáticos que se queixam os professores colaboradores de HPS pode ser vencida pouco a pouco, quando estes começarem a aliar a sua prática em sala de aula com o uso de outras fontes históricas. Consideramos, diante disso, as fontes em suas variadas formas, como sinônimo de vestígios dos seres humanos. Dessa forma, a variedade de materiais disponíveis para o ensino da disciplina é bastante ampla. Nos dias de hoje, atentamos especialmente à sua disponibilização em formato eletrônico, preferencialmente na internet como uma forma mais acessível ao material pelos docentes. Existem jornais, mapas, músicas, fotografias, documentários sobre o município entre outras possibilidades em diferentes formatos que estão disponíveis para acesso e que podem ser mais um subsídio para o ensino-aprendizagem em HPS.

Salientamos quanto a este tema, ainda, que como um vestígio dos seres humanos, a quantidade de fontes é enorme, e só tende a aumentar. Portanto, tentando não nos deixar ofuscar por essa profusão, agrupamos as fontes históricas sobre Porto Seguro em temas que são relevantes para nós, com o cuidado para que o site não funcione apenas como um local de consulta única, em que o professor poderia entrar e salvar seus favoritos e não

retornar. Priorizamos, em contrapartida, para que o conteúdo seja realmente relevante para o ensino de HPS, do ponto de vista do currículo escolar e o modelo colaborativo do site contribui para que ele se mantenha atualizado com novas fontes e possibilidades atraentes aos professores.

Também, como em Porto Seguro existe uma disciplina autônoma para trabalhar a História Local no currículo, temos ali uma possibilidade não só de uma abordagem esporádica dos assuntos históricos pelo viés da História Local, mas sim uma disciplina que traz a possibilidade de o professor trabalhar conteúdos próximos ao aluno ao longo de todo o ano letivo. Com efeito, as pesquisas mostram que esses conteúdos atraem mais a atenção dos alunos, pois trazem uma maior identificação destes que passam a se ver como sujeitos da História, o que ajuda no rendimento das aulas. No entanto, faz-se necessário que esse ensino não seja usado como um fim em si mesmo. Assim como toda a História, a disciplina com um viés local é dinâmica e precisa ser trabalhada em sala de aula, mantendo-se uma clareza das conexões entre passado e presente, bem como dos *links* entre o local, nacional e mundial. Dito isto, conforme já afirmou o historiador Raphael Samuel (1990), a história local pode ser usada como uma “janela para o mundo”⁴⁴.

O produto foi construído no sentido de auxiliar os professores no atendimento às demandas da Lei nº 236/96 e estimular uma atitude de interação e colaboração entre esses profissionais e demais interessados na História Local, a fim de estimular sobretudo um ensino-aprendizagem mais significativo em Porto Seguro e nas adjacências. Assim, consideramos que o ensino de história local aliado ao uso das fontes históricas pode abrir uma janela para um ensino-aprendizagem mais significativo.

Outro aspecto se refere ao fato de que se tem averiguado que o estudo com a história local tem a possibilidade de contribuir na geração de atitudes investigativas, criadas com base no cotidiano do aluno, além de ajudá-lo a refletir acerca do sentido da realidade social. No entanto, estas atitudes e reflexões não são possibilitadas através de um ensino-aprendizagem que se utilize daqueles mesmos pressupostos da história nacional tradicional: memorização pura e simples, ênfase conteudista, professor como transmissor e aluno como receptor e engrandecimento dos grandes feitos dos grandes homens. Uma aprendizagem somente mecânica, na qual se vê o professor expondo conteúdo, o aluno copiando e memorizando informações sem significado na véspera das

⁴⁴ Raphael Samuel, 1990, p.229.

provas e que, depois de um tempo, as esquece rapidamente continua predominando na escola. Em contrapartida, temos esperança de que este trabalho sensibilize professores que, como nós, estão cansados desse método que não promove a aprendizagem significativa ao aluno.

Dessa maneira, nossa opção por trabalhar com fontes foi pensando na possibilidade de os professores alterarem esse modelo e produzirem conhecimento com seus alunos. Com o uso do material reunido no site, os professores irão poder adaptar atividades de acordo com a realidade e a necessidade de seus discentes, sem serem guiados pelo conteúdo sistematizado de um livro que já entrega o conhecimento pronto e que pode limitar as possibilidades. Logo, o professor irá produzir, junto dos seus alunos, o conhecimento que faça parte da sua realidade.

O HPS em sala de aula foi pensado para se tornar um local que permite ao professor ultrapassar os limites dos materiais oferecidos pelas entidades públicas, desenvolvendo um ensino em que este atue como coordenador das ações a serem desenvolvidas, mediador das problemáticas, orientador das pesquisas possibilitadas pelo uso de outras fontes, outras bibliografias, imagens, meios audiovisuais, de forma a transformar o ensino de história numa tarefa mais instigante e significativa para todos os envolvidos no processo de interpretação do mundo no qual vivem e interagem.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Palestra “Ensino de história e fontes históricas”. **VII Encontro Nacional de História da Universidade Federal de Alagoas** (Ufal) “O historiador e suas fontes” 2º Colóquio PIBID-História e 1º Encontro do Sistema Estadual de Arquivos Centro de Convenções de Maceió, 26 a 28 de novembro de 2015.

ALBERTI, Verena. Vender história? **A posição do CPDOC no mercado das memórias**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996.

ALBERTI, Verena. Proposta de material didático para a história das relações étnico-raciais. **Revista História**. Hoje, v. 1, nº 1, p. 61-88 – 2012.

ALEM, Nathalia Helena. A construção de um novo modelo curricular para a disciplina de História no ensino fundamental, na rede estadual da Bahia durante a década de 1990. **VI Colóquio Internacional: Educação e Contemporaneidade**. São Cristóvão - SE, 2012.

APPLE, Michael. A política de um conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? IN: MOREIRA, Antônio Flávio; e SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade**. Cortez Editora. São Paulo, 2002.

ARANTES, Antônio A. **Museu Aberto do Descobrimento: Guia Cultural**. Campinas: Andrade & Arantes Ltda, 2001.

ASSIS, Elisabete Xavier de; BELLÉ, Kássia; BOSCO, Vania Dilma. O ensino da história local e sua importância. In: REDIVI – **Revista de Divulgação Interdisciplinar do Núcleo de Licenciaturas**. UNIVALI, Santa Catarina, 2013. Disponível em: [O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL E SUA IMPORTÂNCIA | Assis | Revista de Divulgação Interdisciplinar \(univali.br\)](https://www.univali.br/revista-de-divulgacao-interdisciplinar/) Acesso em 02/06/21.

BARBOSA, Vilma de Lurdes. **Ensino de História Local: redescobrimos sentidos**. In: Saeculum – Revista de História: João Pessoa, 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 3ª edição – São Paulo: Cortez, 2009.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. **Estudos Avançados**. 2018, vol.32, n 93, pp127-149.

CAIMI, Flávia Eloísa. **Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História**. Tempo11 (21),p.17-32, junho de 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042006000200003>.

CALIL, Gilberto. Uma História para o conformismo e a exaltação patriótica: crítica à proposta de BNCC /História. **Giramundo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p.p 39 - 46, jul. / dez. 2015. Disponível em: [*670-1423-1-PB.pdf](https://www.giramundo.com.br/wp-content/uploads/2015/12/670-1423-1-PB.pdf) Acesso em: 10/06/2021.

CANCELA, Francisco (org). **História da Capitania de Porto Seguro: novos estudos sobre a Bahia Colonial, séc. XVI-XIX**. Jundiaí: Paco Editorial, 2006.

CAVALCANTI, Erinaldo. História e História Local: desafios, limites e possibilidades. **Revista História Hoje**, v. 7, nº 13, p. 272-292 – 2018. Disponível em: [*hist local limites e possibilidades.pdf](#) Acesso em 07/06/2022.

CAVALCANTI, Luciana Araújo. **A história local no currículo da educação básica**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: [RI UFPE: A história local no currículo da educação básica](#) Acesso em: 22/08/2022.

CENTRO HISTÓRICO DE PORTO SEGURO. **Fotografia do Centro Histórico de Porto Seguro**. Fotografia, 2020. Disponível em: Página do Facebook do Centro Histórico de Porto Seguro: @centrohistoricoportoseguro. Acesso em 08/08/2022.

CHIZZOTTI, Antônio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, 2003. Disponível em: [Redalyc. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. Revista Portuguesa de Educação \(grupodec.net.br\)](#) Acesso em: 18/05/2021.

CRUZ, Juliana B. A e ROCHA, L. B S. Munhoz da. Autoavaliação como estratégia metacognitiva em alunos do 4º ano do ensino fundamental. **EDUCERE XIII Congresso Nacional de Educação: Formação de professores; contextos, sentidos e práticas**, Curitiba, PR, 2017. Disponível em: [24619_12707.pdf \(bruc.com.br\)](#) Acesso em 02/05/2022.

DONNER, Sandra Cristina. História Local: discutindo conceitos e pensando na prática. O histórico das produções no Brasil. **Anais Eletrônicos**. XI Encontro Estadual de História – ANPUHRS. Rio Grande do Sul, 23 a 27 de julho de 2012. Disponível em: [1342993293_ARQUIVO_HistoriaLocalBrasileMundotexto2012.pdf \(anpuh-rs.org.br\)](#) Acesso em: 21/09/2020.

FAGUNDES, José Evangelista. **A história local e seu lugar na história: histórias ensinadas em Ceará Mirim**. Natal, RN, 2006. Tese (Doutorado) –Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. p.195. 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/14531>. Acesso em: 20/12/2020.

FONTANA, Romeu. **Porto Seguro: aqui começou o Brasil – o DNA do descobrimento**. Itabuna – BA, Agora, 2000.

GERMINARI, G. e BUCZENKO, G. História local e identidade: um estudo de caso na perspectiva da educação histórica. **História & Ensino**, Londrina, v.18, n..2, p.125-142, jul/dez, 2012.

GOODSON, I. **A construção social do currículo**. Lisboa: Educa, 1997.

GONÇALVES, M. C. da S; STEFANO, F. M. S. O uso do museu do descobrimento como recurso didático para as aulas de história em escolas municipais de Porto Seguro (BA);

Revista Humanidades & Tecnologia – Faculdade do Noroeste de Minas/ v.8, n.8, dez., Paracatu: FINOM, 2014.

JORNAL DO SOL. João Mattos de Paula – **João da Sunga (O Prefeito que despachava na cidade de Porto Seguro com a roupa de banho. Porto Seguro- Bahia, 17/01/2013.** Disponível em: João Carlos Mattos de Paula - João da Sunga (O PREFEITO QUE DESPACHAVA NA CIDADE DE PORTO SEGURO COM A ROUPA DE BANHO) - Portal Luis Nassif (ning.com) Acesso em 23/08/2022.

LEITE, Juçara Luzia. Capítulo 8: Fazendo gênero na história ensinada: uma visão além da (in)visibilidade. IN: OLIVEIRA, Margaria Maria Dias. **História: ensino fundamental. Brasília:** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010, p. 71 (Coleção Explorando o Ensino de História, v. 21).

LIMA, Cristiano Bento de. **A Importância do Ensino de História Local nas Escolas.** 2011. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-historia-local/> Acesso em: 18 de março de 2022.

MACHADO, M, Judith Lintz Guedes e NOGUEIRA, Natania Aparecida da Silva. Os desafios para a construção de uma história local e para a implementação da educação patrimonial – O caso de Leopoldina, Zona da Mata de Minas. **Polyphonia**, v. 21/1, jan./jun. 2010. Artigo disponível em: www.revistas.ufg.br/index.php/sv/article/download/229/9941. Acesso em 27/08/2020.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. **História da historiografia**, Ouro Preto, n.15, p. 27 -50, agosto, 2014.

MARTINS, Roberto. **Porto Seguro: História de uma esquecida capitania.** Salvador, ALBA, 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe B e SEAWRIGHT, Leandro. Gêneros narrativos em história oral. In: **Memórias e narrativas.** História oral aplicada. São Paulo: Contexto, 2020.

MELO, Vilma Lurdes Barbosa e. História Local: **Contribuições para Pensar, Fazer e Ensinar.** 1. Ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015

MONTI, Carlo Guimarães. Estratégias para o uso de fontes em sala de aula e a liberdade de ensinar e aprender história. **ANPUH** – Brasil. 30º Simpósio Nacional de História, Recife, 2019. Disponível em: [1565294438_ARQUIVO_Estrategiasparaousodefontesemsaladeaulaealiberdadedeensinareaprenderhistoria.pdf \(anpuh.org\)](https://anpuh.org/1565294438_ARQUIVO_Estrategiasparaousodefontesemsaladeaulaealiberdadedeensinareaprenderhistoria.pdf) Acesso em: 01/05/2022

MOREIRA, Marco Antonio. **O que é afinal aprendizagem significativa?** Aula Inaugural do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais, Instituto de Física, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, MT, 23 de abril de 2010. *Curriculum*, La Laguna, Espanha, 2012.

OLIVEIRA, Merval Santos de. **Formação e saberes docentes: apropriações e ressignificações de conceitos históricos no Ensino Médio** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, Recife, 2018.

PINSNKY, J.; PINSNKY, C. B. O que e como ensinar: Por uma História prazerosa e consequente. In: KARNAL, Leandro. **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 17-36.

PMPS. **Fotografia do Portal da Cidade**. Fotografia, 2021. Disponível em: politicacomdende.com/prefeitura-de-porto-seguro-revitaliza-portal-de-entrada-da-cidade2. Acesso em: 08/08/2022.

POVO PATAXÓ. Inventário Cultural Pataxó: tradições do povo Pataxó do Extremo Sul da Bahia: Atxohã/ Instituto Tribos Jovens (ITJ), 2011.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. In: **Revista Brasileira de História**, vol. 09, nº 19. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, set.1989-1990, pp. 219 – 243. Disponível em: [raphaelsamuel.pdf](#) Acesso em 02/06/2021.

SANTOS, L. L de, C. P. História das disciplinas escolares: outras perspectivas de análise. **Educação e Realidade**. Julho-dez 1995. Disponível em: [História das Disciplinas Escolares: outras perspectivas de análise | Santos | Educação & Realidade \(ufrgs.br\)](#) Acesso em 25/03/2021.

SMED -Porto Seguro. **Palavras em Movimento: educação de jovens e adultos**. Grupo Educar, 2006.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

SOUZA, Ivonice Sena. **Mapa da localização de Porto Seguro**. Mapa, 2010. Disponível em: [aprendendocartografia.blogspot.com](#). Acesso em 08/08/2022.

SOUZA, Rita de Cássia Louback de. **A história local e as suas abordagens nas salas de aula da rede municipal de educação de Nova Friburgo**. Niterói, RJ, 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, p. 101. Disponível em : [A história local e suas abordagens na sala de aula da rede municipal de educação de Nova Friburgo.pdf \(uff.br\)](#) Acesso em: 22/08/2022.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. História local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia no ensino de história. **Antíteses**, vol. 3, n. 6, jul.-dez. de 2010, pp. 743-758 Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses> Acesso em 20/09/2020.

ZASLAVSKY, Susana Schwartz. Dificuldade de aprendizagem em história e a construção do conhecimento histórico. **UNIrevista**, vol 1, nº2, abril de 2006.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

BAHIA. Secretaria de Educação. Departamento de Ensino. **DIRETRIZES CURRICULARES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DO ESTADO DA BAHIA**. Salvador: s.n., 1995. Disponível em: [Avisión \(usp.br\)](#). Acesso em 07/06/2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **LEI Nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Brasília. Disponível em: [Documento1 \(mec.gov.br\)](#) Acesso em: 18/05/2021.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Fundamental (SEF) **PARAMÊTROS CURRICULARES NACIONAIS: HISTÓRIA, GEOGRAFIA /** Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Fundamental (SEF) **PARAMÊTROS CURRICULARES NACIONAIS: HISTÓRIA /** Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC** (versão final). Brasília: MEC/SEF, 2018.

BRASÍLIA, Presidência da República. **LEI 10.639** de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: [Base Legislação da Presidência da República - Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003 \(presidencia.gov.br\)](#) Acesso em 27/07/2022.

BRASÍLIA, Presidência da República. **LEI Nº 11.274** de 6 de fevereiro de 2006. Disponível em: [Lei nº 11.274 \(planalto.gov.br\)](#) Acesso em 31/03/2021.

BRASÍLIA, Presidência da República. **LEI 11.645** de 10 de março de 2008. Disponível em: [L11645 \(planalto.gov.br\)](#) Acesso em 27/07/2022.

PORTO SEGURO, Câmara Municipal de. **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO – BAHIA**. Abril de 1990. Disponível em: [Índice \(cmps.ba.gov.br\)](#) Acesso em 24/03/ 2021.

PORTO SEGURO. **LEI Nº236/96** – Publicação em 10 de dezembro de 1996. CÂMARA MUNICIPAL, [1996]. Disponível em: Acesso em [e-SIC - Acesso à Informação \(acessoinformacao.org.br\)](#) Acesso em: 15 de outubro de 2020.

PORTO SEGURO. **DIÁRIO OFICIAL - Publicação em 19 de dezembro de 2012**. Prefeitura Municipal de Porto Seguro, Porto Seguro/BA, 2012.

PORTO SEGURO. **DIÁRIO OFICIAL - Publicação em 9 de julho de 2013**. Prefeitura Municipal de Porto Seguro, Porto Seguro/BA, 2013.

PORTO SEGURO, Conselho Municipal de Educação. **RESOLUÇÃO - CME Nº118/2019**, 09 de agosto de 2019.

PORTO SEGURO. **PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA HISTÓRIA DE PORTO SEGURO**. Prefeitura Municipal de Porto Seguro, Porto Seguro/BA, sem data.

ENTREVISTA

SILVA, Geovani de Jesus. **Entrevista sobre os desdobramentos da disciplina HPS no currículo das escolas municipais de Porto Seguro** [fevereiro, 2021]. Concedida a: Fabiana Mércia Souto Stefano Moufarreg em 14 de fevereiro de 2021.

ANEXOS

Anexo 1



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO
ESTADO DA BAHIA

LEI Nº 236 / 96, de 10 de Dezembro de 1996

"Torna obrigatório o Ensino de História de Porto Seguro, nas Escolas de 1º e 2º Grau, no Município, e dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO SEGURO - ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, e ainda amparado pelo INCISO IV do Artigo 58 da Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que a Câmara Municipal Aproveu e EU Sancionei a Seguinte Lei.

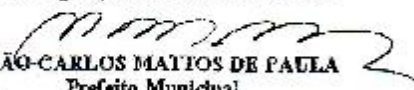
Artigo 1º - Fica criada a disciplina HISTÓRIA DE PORTO SEGURO.

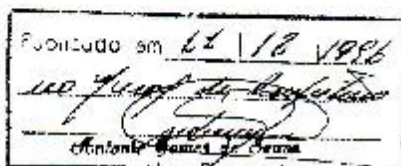
Artigo 2º - Torna obrigatória a inclusão no Currículo Escolar, de 1º e 2º Grau, a Disciplina, HISTÓRIA DE PORTO SEGURO, em todas as Escolas, no Município de Porto Seguro, a partir do Ano Letivo de 1997.

Artigo 3º - Fica a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, responsável pelo estabelecimento da Comissão de Estudos Histórico, com a participação também de representante da Casa de Cultura Portuguesa de Porto Seguro, representante do Centro de Cultura de Porto Seguro e de representante da DIREC 3, com a finalidade de pesquisar, coordenar e laborar o compêndio da História de Porto Seguro, para ser referendado pela Câmara Municipal.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Porto Seguro, 10 de dezembro de 1996


JOÃO CARLOS MATTOS DE PAULA
Prefeito Municipal.



Anexo 2

68 Disruptive Postcolonial

XIV. Fichero electrónico participativo con el objetivo de estimular, impulsar e implementar nuevos proyectos pedagógicos, según las experiencias de los docentes y usuarios de Internet o entre Unidades Educativas.

XXV. Apresentar em sala de aula, com as Direções das Unidades de Ensino, o planejamento e implementação de visitas e ações que contribuam para promover a melhoria da qualidade do Ensino.

XXV. Colocarei, assimilar e implantar meus jogos pedagógicos a partir das experiências e ideias, promovendo o desenvolvimento das crianças Especiais.

[illegible]

XXVIII. Expectativas de los padres con hijos con discapacidad intelectual de 13-17 años.

Art. 10º - os organos de administração da cidade de crissol
havere as seguintes Funções: (Art. 10º)

1 - Director

II - Viro-Director

[illegible]

Un dodecaedro por el momento se encuentra a la espera de ser usado por el equipo de la Universidad de Eranos que pasará meses de su tiempo equilibrando al dodecaedro con un Diction, un Vice-Diction por turno de lanzamiento para unificar de nuevo los diferentes saes. Condenadores Pedregal, una de las Seccións Especiales.

1 - *Unidade de grande porte, assim compreendida a Unidade de Ensino que possui, no total, no máximo, treze, escolas, sob um único "diretor" ou "coordenador" por turno de funcionamento, de acordo com o plano de ensino, em nível de Educação Básica, e um Decreto do Estado*

[illegible]

...entre os discentes em 1998, assim, complementando a literatura de referência sobre o tema, os dados foram analisados sob a ótica da Teoria da Aprendizagem Situada, tendo como base os estudos de Lave e Wenger (1991) e de Wenger (1998). Assim, os dados foram analisados sob a ótica da Teoria da Aprendizagem Situada, tendo como base os estudos de Lave e Wenger (1991) e de Wenger (1998).

8.1 As atividades de ensino que passaram por meio de outros alunos, ministraram a uma nucleação, administrativa pedagógica, da Educação da Unidade de Ensino, sob o compromisso de, antes de sair um Diretor, do Coordenador Pedagógico, e um Secretário Escolar da nucleação.

§ 2º A atuação escolar de uma taxa o obrigatório " de este artigo não poderá ultrapassar a quantidade de quatrocentos alunos no total, distribuídos em unidades de ensino nucleadas e não classificadas como unidade de ensino por si.

§ 3º As seguintes Escolas: em todos os ensinos infantis, são classificadas como unidade de ensino "trípares", em virtude da quantidade de aulas praticadas de acordo com o que definem os incisos I, II, III, IV e V deste artigo.

14. Os alunos das UF dispoem do Ensino de Inglês integralizado com o curso de Engenharia de Minas e com o curso de Engenharia de Petróleo, com o curso de Engenharia de Metalurgia e com o curso de Engenharia de Química, com o curso de Engenharia de Física e com o curso de Engenharia de Matemática.

nao, 12. A Unidade curricular de Matemática, com 60 horas, possibilita ainda aprofundamento de conhecimentos em matemática, permitindo a utilização de conhecimentos adquiridos em outras disciplinas da grade curricular.

Enthalpy, Entropy, and Gibbs Free Energy

Anexo 3

Comissão
27 de Dezembro de 2012
2ª Sessão - Nº 169

Porto Seguro

Diário Oficial do
MUNICÍPIO

Leis



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO
ESTADO DA BAHIA
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 3038/12 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012.

"Altera Lei 236/96, de 10 de Dezembro de 1996".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO SEGURO, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal APROVOU e EU SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º - Será incluído no currículo escolar do Primeiro Grau, para as turmas de 6a e 7a série, o conteúdo de Turismo Sustentável, dentro da disciplina, História de Porto Seguro, nas escolas da municipal, a partir do ano letivo de 2013.

Art. 2º - A Secretaria da Educação por ato de seu titular criará uma comissão de cinco membros para pesquisar, coordenar e elaborar, no prazo de 90 dias, o compêndio relativo ao tema Turismo Sustentável, e posterior edição de livros e outros meios pedagógicos de divulgação.

Art. 3º - Farão parte desta comissão um representante da DIREC B, um pedagogo, um técnico da Secretaria de Turismo e um técnico da Secretaria de Meio Ambiente.

Art. 4º - Após a elaboração do programa do conteúdo será emitido decreto do poder executivo aprovando o documento, submetendo-o a aprovação dos órgãos reguladores, e efetuando-se as adaptações necessárias na carga horária das escolas públicas.

GABINETE DO PREFEITO
Porto Seguro, 19 de dezembro de 2012.

-Estatuto que se encontra na sala
da Lei e no Arquivo da Câmara
Municipal
19/12/12
19/12/12

[Assinatura]
Gilberto Pereira Azeite
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO - Praça Coronel João Augusto de Sá - Lado da Igreja - Centro
Tel. (75) 3334-4450 - CEP: 45.610-440 - PORTO SEGURO - BAHIA - CNPJ: 03.603.016/2025-12

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: \$T\$U\$W\$M\$C\$B\$N\$J\$B\$J\$Y\$F\$Q\$

Esta edição encontra-se no site: www.portoseguro.ba.gov.br em servidor certificado (ICP-BRASIL)



Diário Oficial do **MUNICÍPIO**

Anexo 4

Prefeitura Municipal de Porto Seguro publica:

- **Portaria nº 001/2013 de 09 de Julho de 2013** - Cria a comissão especial de estudos histórico e apresentação de proposta de regulamentação da Lei nº 236/96 e estabelece outras providencias.



**Esse município tem
Imprensa Oficial.**

A Lei exige que todo gestor publique seus atos no seu veículo oficial para que a população tenha acesso e sua gestão seja transparente e clara. A Imprensa Oficial criada através de Lei, cumpre esse papel.

***Imprensa Oficial
do Município.***

Gestão Transparente e consciência limpa.

Esta edição encontra-se no site: www.portoseguro.ba.io.org.br em servidor certificado ICP-BRASIL

Gestor - Claudia Silva Santos Oliveira / Secretário - Governo / Editor - Ass. Comunicação Praça
Visconde de Porto Seguro, S/N, Casa da Lenha - Centro

Portarias

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



PORTARIA Nº 001/13 DE 09 julho DE 2013

Ementa: Cria a Comissão Especial de Estudos Histórico e apresentação de proposta de regulamentação da Lei nº 236/96, e estabelece outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO SEGURO – BAHIA, no uso das suas atribuições, com amparo na Lei Orgânica Municipal, na Lei nº 256 de 16 de outubro de 1997, no Decreto 102 de 16 de outubro de 1998, na Lei n. 236 de 10 de dezembro de 1996, e de solicitação da Secretaria Municipal de Educação, por meio do ofício 289/2012,

RESOLVE:

Artigo 1º – Fica criada a Comissão de Estudos Histórico, definida pela Lei 236/96, reunindo representação governamental, dos trabalhadores e dos órgãos envolvidos, com a finalidade de elaborar proposta de regulamentação da referida lei e, para tanto, deverá:

I – Realizar diagnóstico da experiência vivenciada nos últimos anos pelos profissionais que desenvolvem atividades relacionada à disciplina História de Porto Seguro;

II – Mapear o perfil desses profissionais;

III – Definir a política curricular com ementas dos conteúdos para o ensino de História de Porto Seguro;

IV – Articular a nova proposta às discussões contemporâneas sobre ensino de história local, bem como às novas determinações legais das Diretrizes Curriculares Nacionais

V – Apresentar uma proposta de Regulamentação da Lei nº 236/96

Artigo 2º – A Comissão será composta por:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Kátia Caroline Souza Ferreira

Uiá Freire Dias

II – Representante da Casa da Cultura Portuguesa de Porto Seguro;

Mário Jorge Jucksch Paula

III – Representante do Instituto Federal da Bahia (IFBA)

Iveneide Almeida



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



IV – Representantes da Universidade Estadual da Bahia (UNEB)

Francisco Cancela

Thaís Vinha

V – Representante do Centro de Documentação e Memória Regional (CEDOC/UESC)

Jair Fernandes

Artigo 3º – A Comissão fica vinculada ao Conselho Municipal de Educação;

Artigo 4º – A Coordenação da Comissão será exercida pelo **Prof. Dr. Francisco Cancela**

Artigo 5º – Ao Coordenador esta comissão compete:

I – Assinatura dos documentos pertinentes a comissão;

II – Distribuir os processos em estudo indicando o membro da comissão relator da matéria;

III – Despachar processos ou documentos, submetidos à comissão que independem de pronunciamento do plenário.

IV – Convocar, quando necessário, os membros da comissão para reunião extraordinárias.

V – Responder às consultas enviadas pelo Presidente do Conselho.

VI – Os pronunciamentos da Comissão são submetidos à apreciação e aprovação do plenário.

Artigo 6º – A Secretaria-Executiva será exercida pelo membro indicado pelo coordenador

Artigo 7º – Pelas atividades exercidas na Comissão, os seus membros, titulares e suplentes não receberão qualquer tipo de remuneração.

Artigo 8º – A comissão instituída conforme artigo 1º desta portaria terá o prazo de 180 (cento e Oitenta) dias, a partir da data de publicação desta portaria.

Artigo 9º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Porto Seguro/BA , 09 de julho de 2013.


Luzia Fernandes de Souza Santana

Presidente do CME do Município Porto Seguro

Secretaria Municipal da Educação – Conselho Municipal de Educação
Rua Pero Vaz de Caminha, 68 – Centro – Porto Seguro-Ba – Cep: 45.810-000

Anexo 5**HISTÓRIA DE PORTO SEGURO**

A disciplina HPS (História de Porto Seguro), tem como princípio fundamental trabalhar os contextos sociais e morais da sociedade. Visando estabelecer aspectos direcionados a cultura, pois é preciso abordar sobre a História de Porto Seguro, em especial, a história local. Para que assim, o sujeito possa estudar o espaço específico e suas relações sociais. Por isso, é importante estabelecer o contato direto com os elementos direcionados a sociedade, que contribui na construção da identidade local, principalmente na riqueza cultural e natural da cidade. Tornando-se o aluno crítico, diante das relações e sensações direcionadas a realidade Histórica.

Conhecer o processo histórico da cidade de Porto Seguro, no período colonial e atual. Estabelecendo semelhanças e características relacionadas ao passado e ao presente. Discutir sobre as mudanças e permanências entre as relações sociais, culturais e religiosas. Valorizar o Patrimônio Histórico em Porto Seguro, preservar as construções realizadas no período da colonização do Brasil e conservar as restaurações feitas ao longo dos anos. Com isso, o sujeito estará interagindo diante dos temas propostos, tais elementos; são fundamentais para o conhecimento e o desenvolvimento intelectual do cidadão.

Explora as relações entre o os sujeitos sociais e o território, em diversas temporalidades e contextos históricos, buscando compreender, a partir da experiência dos atores sociais, a formação histórica, as diversidades perceptíveis nas práticas econômicas, nas relações Inter étnicas e nas manifestações culturais. Explora a existência de rupturas e descontinuidades que evidenciam as singularidades e semelhanças entre as várias regiões do território do Extremo Sul baiano e as demais regiões da Bahia e do Brasil, sinalizando a presença e emergência de sujeitos que no seu fazer e no seu saber combinam o tradicional e o moderno, ressignificando e construindo representações diferenciadas da realidade social. Destaca a importância do patrimônio material e imaterial como elemento fundamental na construção da memória coletiva e identidade regional. Discute ainda as conceituações e definições de identidade como marcas que transcendem o meramente físico ou geográfico e envolvem o político, o sociocultural e a historicidade das experiências regionais.

PROPOSTA CURRICULAR

I. IDENTIFICAÇÃO

MODALIDADE/NÍVEL	ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
SERIE/ANO/ETAPA	8º ANO
DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR	HISTÓRIA DE PORTO SEGURO

OBJETIVO GERAL

Explorar as relações entre o os sujeitos sociais e o território, em diversas temporalidades e contextos históricos, buscando compreender, a partir da experiência dos atores sociais, a formação histórica, as diversidades perceptíveis nas práticas econômicas, nas relações Inter étnicas e nas manifestações culturais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CONTEÚDOS
✓ Apresentar e estudar a fisiografia do Extremo Sul da Bahia; ✓ Analisar a ocupação territorial e as principais características dos grupos humanos que se estabeleceram na região bem como as suas relações com a natureza; ✓ Compreender o processo de formação da Capitania de Porto Seguro; ✓ Analisar as relações sociais, políticas e econômicas	✓ O regional e local como centro dos estudos: análise da importância do estudo sobre a região em que vivemos: • Localização de Porto Seguro; • Litoral Norte e Sul; • Rede Hidrográfica; • Clima e relevo; • Espaço Urbano; ✓ A expansão marítima portuguesa e a chegada à região; • As grandes navegações

desenvolvidas no território da antiga capitania de Porto Seguro; ✓ Investigar o processo de independência e os desdobramentos das políticas do período imperial na região levando em consideração a atuação dos sujeitos a nível local; ✓ Entender o processo de abolição da escravidão, seus impactos para a formação da sociedade republicana e a construção de um novo perfil social na região; ✓ Entender as configurações e características da região e da cidade no período republicano; ✓ Conhecer os aparelhos turísticos do município numa perspectiva histórica. ✓ Conhecer as festas populares e religiosas da cidade e analisar a sua importância para a memória local.	• Os primeiros habitantes da América; • A chegada dos portugueses ao Brasil; • A carta de Pero Vaz de Caminha. ✓ A feitoria de Cristóvão Jacques e o comércio de pau-brasil na região; ✓ O paradigma do descobrimento: múltiplas interpretações sobre um mesmo fenômeno; ✓ Pindorama: os habitantes da região antes da chegada dos europeus; ✓ Os primeiros contatos entre os povos nativos e os europeus; ✓ A capitania de Porto Seguro: economia, sociedade e política; ✓ Escravidão e revoltas indígenas; ✓ Os jesuítas: evangelização e exploração da mão de obra indígena; ✓ O Pe. José Tibúrcio e o manifesto pela independência; (utilizar como recursos os hinos de Porto Seguro e da Bahia); ✓ A escravidão africana na região; ✓ A criação da Ouvidoria e Comarca de Porto Seguro: as reformas pombalinas na região; ✓ A Comarca de Porto Seguro no olhar de viajantes: Thomas Lindley e Maximiliano de Wiede-Neuwied;
--	--

PROPOSTA CURRICULAR

I. IDENTIFICAÇÃO

MODALIDADE/NÍVEL	ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
SERIE/ANO/ETAPA	9º ANO
DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR	HISTÓRIA DE PORTO SEGURO

OBJETIVO GERAL

Explorar as relações entre o os sujeitos sociais e o território, em diversas temporalidades e contextos históricos, buscando compreender, a partir da experiência dos atores sociais, a formação histórica, as diversidades perceptíveis nas práticas econômicas, nas relações Inter étnicas e nas manifestações culturais.

Conhecer o processo histórico da cidade de Porto Seguro, no período colonial e atual. Estabelecendo semelhanças e características relacionadas ao passado e ao presente. Discutir sobre as mudanças e permanências entre as relações sociais, culturais e religiosas. Valorizar o Patrimônio Histórico em Porto Seguro, preservar as construções realizadas no período da colonização do Brasil e conservar as restaurações feitas ao longo dos anos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CONTEÚDOS
✓ Apresentar e estudar a fisiografia do Extremo Sul da Bahia; ✓ Analisar a ocupação territorial e as principais características dos grupos humanos que se estabeleceram na região bem como as suas relações com a natureza; ✓ Compreender o processo de formação da Capitania de Porto Seguro;	✓ A fragmentação da Comarca de Porto Seguro (enciclopédia dos municípios brasileiros, IBGE); ✓ Novas levas migratórias: os estrangeiros e a constituição de uma nova sociedade na região; ✓ Porto Seguro nas primeiras décadas da República;(Primeira Guerra Mundial: caso do navio alemão afundado nos Abrolhos)

✓ Analisar as relações sociais, políticas e econômicas desenvolvidas no território da antiga capitania de Porto Seguro; ✓ Investigar o processo de independência e os desdobramentos das políticas do período imperial na região levando em consideração a atuação dos sujeitos a nível local; ✓ Entender o processo de abolição da escravidão, seus impactos para a formação da sociedade republicana e a construção de um novo perfil social na região; ✓ Entender as configurações e características da região e da cidade no período republicano; ✓ Conhecer os aparelhos turísticos do município numa perspectiva histórica. ✓ Conhecer as festas populares e religiosas da cidade e analisar a sua importância para a memória local.	✓ A escravidão africana na região; ✓ Porto Seguro e o Estado Novo (atas do conselho municipal de Porto Seguro); ✓ A Segunda Guerra Mundial e seus impactos na região; ✓ O Regime Militar e seus efeitos em Porto Seguro; ✓ Distritos e povoados de Porto Seguro: Questões históricas e culturais; Vale Verde; Trancoso; Caraíva; Itaporanga; Arraial d'Ajuda; ✓ As festas e as irmandades religiosas; ✓ Tradicionalidades: Festas populares, mitos locais e festas religiosas (tradição e traduções culturais); ✓ O patrimônio arquitetônico de Porto Seguro; ✓ Pescaria, mariscagem e extrativismo vegetal; ✓ O Turismo e a reconfiguração territorial da região; ✓ As heranças culturais africanas e indígenas;(Projeto a respeito das personalidades históricas locais).
---	---

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. São Paulo: Cortez, 2003.

- BARROS, José D'Assunção. *História, região e espacialidade*. Revista de História Regional 10(1): 95-129, Verão, 2005.
- BARBOSA, Agnaldo Souza. A proposta de um estatuo para a História local e Regional. Algumas Reflexões. In: *História e perspectiva*, Uberlândia, janeiro/dez, 1999.
- CANCELA, Francisco (org.) SILVA, Tharles Souza. SANTOS, Uiá Freire Dias dos. *História da Capitania de Porto Seguro: novos estudos sobre a Bahia colonial, séc. XVI-XIX*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- CANCELA, Francisco. *Os índios e a colonização na antiga capitania de Porto Seguro: políticas indigenistas e políticas indígenas no tempo do Diretório Pombalino*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.
- FARIAS, Sara Oliveira; LEAL, Maria das Graças de Andrade. *História Regional e Local II: o plural e o singular em debate*. Salvador, EDUNEB, 2012.
- GOUBERT, Pierre. "História Local." In: *História & Perspectivas*. Nº 6. Uberlândia. Jan-jul. 1992.
- MARTINS, Roberto R. *Porto Seguro: história de uma esquecida capitania*. Salvador: ALBA, 2018.
- NEVES. Erivaldo Fagundes. *História Regional e Local: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade*. Feira de Santana. Salvador: Arcádia, 2002.
- OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos; REIS, Isabel Cristina Ferreira dos (org) *História Regional e Local: Discussões e Práticas*. Salvador: Quarteto, 2010.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. *História Local e Regional- singularidades de uma história plural*. In: FARIAS, Sara Oliveira; LEAL, Maria das Graças de Andrade. *História Regional e Local II: o plural e o singular em debate*. Salvador, EDUNEB, 2012, p. 23-52.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. "História, Região e Poder: a busca de interfaces metodológicas". In: *LOCUS: revista de história*. Juiz de Fora: Vol.3. Nº1. p. 84-97. Jan-jun. 1997. Disponível em: http://www.locus.ufjf.br/c.php?c=artigo&cd_art=294
- SANTOS, Uiá Freire Dias dos. *Negociação e conflito na administração do pau-brasil: a Capitania de Porto Seguro (1605 – 1650)*. Dissertação (Mestrado em História) – FFCH/UFBA, PPGH, Salvador, 2015.
- SILVA, Tharles Souza. *O "escandaloso contrabando praticado em Porto Seguro": comércio ilegal, denúncia e ação régia no fim do período colonial*. Dissertação (Mestrado em História) – UNEB, Santo Antônio de Jesus, 2014.

SILVA, Tharles Souza. *O “escandaloso contrabando praticado em Porto Seguro”*: comércio ilegal, denúncia e ação régia no fim do período colonial. Dissertação (Mestrado em História) – UNEB, Santo Antônio de Jesus, 2014.

WILLIAMS, Raymond. *Campo e cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

INDICAÇÃO DE FILMES

Desmundo (2003), de Alain Fresnot;

Uma história de amor e fúria (2013). Direção de Luís Bolognesi;

Quanto vale ou é por quilo? (2005). Direção de Sérgio Bianchi;

Raoni (1979), de rio em 1979. Direção de Jean-Pierre Dutilleux e Luiz Carlos Saldanha;

Hans Staden (1999). Direção Luis Alberto Pereira. Brasil;

Anchieta, José do Brasil (1977). Direção de Paulo Cezar Sarraceni;

Pindorama (1970). Direção de Arnaldo Jabor;

A Missão (1986). Direção de Roland Joffé.

De 2007 à 2012

(CME Lei nº 256/97 - Resolução CME nº 19/2007 de 09/03/2007 - Resolvide):

Art. 1.º Ampliar o Ensino Fundamental para 09 (nove) anos, nas unidades escolares do Sistema Municipal de Ensino de Paraguaritã, em conformação do Plano Fundamental de 09 (nove) anos, nas unidades escolares do Rede Municipal de Ensino de 2007.

Art. 2.º O Ensino Fundamental, com duração de 09 (nove) anos, compreende-se a um ano de estudo contínuo e abrangente, iniciado no 1.º ano do Ensino Fundamental, com duração de 09 (nove) meses, para cada unidade escolar, de, no mínimo, 08 (oito) horas-aula por semana, com jornada diária de, no máximo, 24 (quarta) horas diárias, trabalho escolar, 05 (cinco) horas e trinta minutos, com intervalo de 15 (quinze) minutos.

140 Kuntze / Utilización de los abogonales para formar de propolis

1-A CONTINUADA - Para alunos de 7º para o 7º ano que obtiverem frequência mínima satisfatória (pelo L200) (An. 204). Coloca-se em paralelo a utilização de materiais.

11 - A RECLAMAR - Para os autos que, a partir do 2º ato, divergirem no tocante a interpretação e de fato da mesma, intabulem-se nos autos.

ABE. 11 - A criança que não percebe os sinais de retardo no ingresso na Educação Infantil, de um jovem com desenvolvimento de nível superior ao da maioria dos alunos da turma, ou de uma criança com desenvolvimento de nível inferior ao da maioria dos alunos da turma.

AP. 16 A Educação de Jovens e Adultos - EJA tem como objetivo a formação de jovens e adultos, visando à melhoria da qualidade de vida e à inserção no mercado de trabalho. A EJA é uma modalidade de ensino que visa à formação de jovens e adultos, visando à melhoria da qualidade de vida e à inserção no mercado de trabalho.

Parágrafo único. A Matriz Curricular de Educação de Jovens e Adultos de Ipojuca é baseada no currículo de Educação de Jovens e Adultos do Estado de Pernambuco, elaborado pelo Conselho Estadual de Educação e pelo Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, e contém as adaptações necessárias para atender às necessidades específicas dos alunos e alunas.

Art. 29. - Para o cálculo dos prazos em vigor na data de sua publicação, ficam ressalvadas as disposições em contrário.

Neurospora crassa auf der Erde und die meisten Sequenzen (75%) der *Neurospora* der Erde.

CRONOGRAMA PARA ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 (NOVE) ANOS

DATE	ANNUAL
1st Apr	1st Apr
2nd Apr	2nd Apr
3rd Apr	3rd Apr
4th Apr	4th Apr
5th Apr	5th Apr
6th Apr	6th Apr
7th Apr	7th Apr
8th Apr	8th Apr
9th Apr	9th Apr
10th Apr	10th Apr
11th Apr	11th Apr
12th Apr	12th Apr
13th Apr	13th Apr
14th Apr	14th Apr

ANEXO I - FUNDAMENTAL I

COMPONENTES CURRICULARES								COMPONENTES CURRICULARES							
1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º	13º	14º		
Ano	Ano	Ano	Ano	Ano	Ano	Ano	Ano	Ano	Ano	Ano	Ano	Ano	Ano		
C.H.	C.H.	C.H.	C.H.	C.H.	C.H.	C.H.	C.H.	C.H.	C.H.	C.H.	C.H.	C.H.	C.H.		
Prática de Leitura Experimental	400	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---		
Conceitos Matemáticos	240	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---		
Conhecimentos de Mundo - (soc. e Nat.)	160	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---		
Língua Portuguesa e Literatura	---	240	240	240	240	240	240	240	240	240	240	240	240		
Matemática	---	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200		
Ciências	---	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120		
Geografia	---	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80		
História	---	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80		
Artes*	---	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40		
Educação Física *	---	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40		
CARGA HORÁRIA TOTAL	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800	800		

of the 1990s and the 2000s. The 1990s saw a significant increase in the number of people who were employed in the service sector, while the 2000s saw a significant increase in the number of people who were employed in the manufacturing sector.

© 2006 by The McGraw-Hill Companies, Inc.